

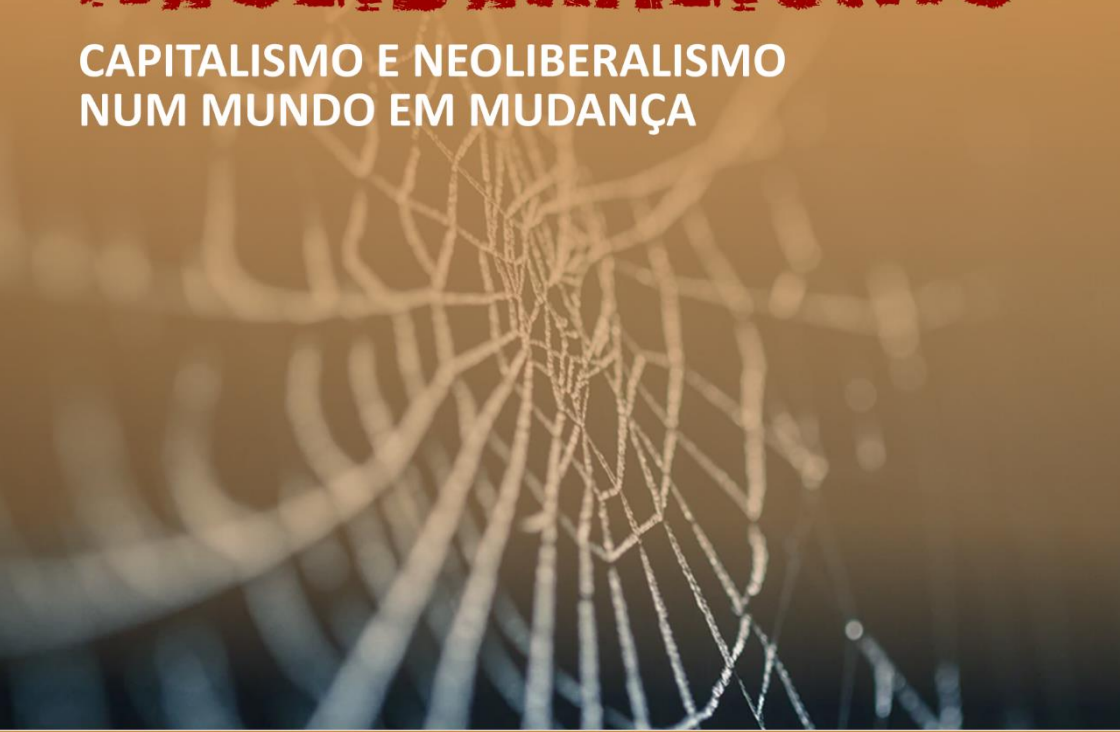
Fundação
Maurício
Grabois



José Loguercio
Beto Rivera
Mara Loguercio
Lilian Vargas
Walter Oliveira

AS TEIAS DO NEOLIBERALISMO

CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO
NUM MUNDO EM MUDANÇA



AS TEIAS DO NEOLIBERALISMO

CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO
NUM MUNDO EM MUDANÇA

José Loguercio

Beto Rivera

Mara Loguercio

Lilian Vargas

Walter Oliveira

Porto Alegre,

2024



AS TEIAS DO NEOLIBERALISMO

CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO
NUM MUNDO EM MUDANÇA

Edição e preparação de textos:
José Loguercio, Lilian Vargas, Walter Oliveira,
Beto Rivera e Mara Loguercio

Revisão:

Mara Loguercio

Capas, Projeto gráfico e diagramação:
Beto Rivera

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD



Ele falava pouco, sempre depois de ouvir todo mundo. Esperava para falar nos momentos mais difíceis, quando todos já tinham esgotado seus argumentos e a discussão chegava ao impasse e à exasperação do que parecia ser um beco sem saída. Era nesse momento que, calmo, sem pressa e com jovialidade e bom-humor que o mais jovem dos Loguercio pedia a palavra. Falava devagar, mirando com seus olhos verdes e bondosos, rebatendo implacavelmente todos os argumentos; citando fatos, textos, livros com memória prodigiosa e que pareciam ter sido feitos especialmente para aquela ocasião; encontrando o caminho e dando soluções para os impasses. A partir de sua fala, tudo se encaixava e se tornava mais claro em uma compreensão mais completa e mais profunda a partir da qual tudo se integrava e a todos animava. Convencia pela força de suas ideias, mas também cativava por sua esperança e por sua generosidade, pela sua convicção de que um futuro melhor estava surgindo como o sol que já despontava depois de uma longa noite de intermináveis discussões. Como podia ser tão sábio como se tivesse pensado, sofrido e vivido mais do que todos? Talvez porque, muito mais do que todos, ele era o que mais aprendia e, de todos nós, o que, amando o presente, mais amava um sonhado futuro que escrupulosamente buscava tornar realidade. Ele era e é nosso líder espiritual, pois, em todas as discussões que precederam a publicação desse livro, ele foi presença constante em nossas lembranças, nas nossas ideias, no nosso sonho compartilhado.

*Esse livro tem mais um autor:
Luís Savio Vieira Loguercio (in memoriam).*

SUMÁRIO

Apresentação	1
Introdução	5
Prefácio	11

Seção I – Como *O Capital* de Karl Marx explica o capitalismo do século XXI

Capítulo 1 – A atuação da lei do valor e do mais-valor na atualidade	19
Capítulo 2 – O duplo caráter do capital portador de juros.....	26

Seção II – O neoliberalismo, características e consequências

Capítulo 3 – A base econômica e política do neoliberalismo.....	35
Capítulo 4 – O neoliberalismo não se globalizou	42
Capítulo 5 – As distorções do sistema de crédito sob o neoliberalismo.....	59
Capítulo 6 – O desempenho da indústria sob o neoliberalismo.....	64
Capítulo 7 – Relação das nações com o neoliberalismo..	75
Capítulo 8 – A herança do neoliberalismo	
a) No mundo do trabalho	87
b) Nas relações sociais.....	102
c) Impactos do esgotamento do neoliberalismo no imperialismo dos EUA	124

Seção III – O caso do Brasil

Capítulo 9 – O que revela o exame das contas externas do Brasil 134

Capítulo 10 – A disjuntiva brasileira: soberania ou submissão..... 175

Seção IV – O multilateralismo do século XXI

Capítulo 11 – Um mundo turbulento, desafiador e mudancista..... 188

Capítulo 12 – A relação de poder entre as nações..... 193

Capítulo 13 – Um futuro compartilhado para a humanidade 196

Capítulo 14 – Somente o socialismo supera as contradições do capitalismo 202

Capítulo 15 – Premissas de um futuro melhor para os povos..... 206

Posfácio..... 214

Bibliografia 222

Apresentação

Uma radiografia das maldades neoliberais

*Oswaldo Bertolino**

Ler este livro é um privilégio. Ele traz uma compreensão abrangente sobre os fundamentos da economia política, componente determinante dos processos sociais e políticos ao longo da história. Ao desvendar as “teias do neoliberalismo”, o livro faz uma radiografia ampla do antagonismo intrínseco ao capitalismo numa escala de conceitos que leva o leitor a refletir sobre a natureza da crise que se aprofunda com o projeto neoliberal. Esse antagonismo é a base do livro, apontado pelas formulações de Karl Marx em *O Capital*, alicerce seguro para a compreensão dos temas da atualidade, sobretudo as consequências do neoliberalismo.

A contradição essencial se revela pelo instrumental teórico das interpretações de realidades concretas. Sem fatos para responder às mazelas decorrentes das imensas e cruéis desigualdades sociais, os corifeus do neoliberalismo apelam para verdadeiras metafísicas apresentadas como verdades absolutas, espécie de mandamento canônico que se traduz em pensamento único e imposição à margem do debate democrático. Esse obscurantismo, contendo uma falsa representação do mundo real, é desmascarado já no início do livro com a

ciência de Karl Marx sobre a lei do valor e o espectro do capital.

Esse debate é antigo. Pode-se recorrer a Aristóteles, o maior pensador da antiguidade, com seu dilema sobre a medida de igualdade de valor entre cinco camas e uma casa. Marx explicaria, em *O Capital*, que a resposta só viria no final do século XVIII pelo estudo de David Ricardo, num tempo em que a escravidão do mundo antigo e a servidão do mundo medieval haviam sido superadas. Surgiu a compreensão da igualdade de todos os trabalhos humanos na produção de mercadorias. E a proclamação, pela Revolução Francesa, da igualdade política entre todos.

O livro parte desse pressuposto para esmiuçar o neoliberalismo, demonstrando em detalhes a sua lógica de produzir acumulação de capital, sobretudo pelo parasitismo financeiro, deixando um rastro de destruição bem visível. A América Latina, como espécie de laboratório dessa experiência, foi duramente atingida. No Brasil, o projeto neoliberal se implantou com a herança da ditadura militar e a crise que se agravou nos anos 1980. Foi apresentado como triunfo do capitalismo sobre os escombros do Muro de Berlim, amplificado pela pirotecnia anglo-saxã de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Surgiram, nessa conjuntura, lideranças neoliberais como Augusto Pinochet (Chile), Carlos Menem (Argentina), Carlos Salinas de Gortari (México), Alberto Fujimori (Peru), Andrés Perez (Venezuela), Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolívia) e Fernando Collor de Mello (Brasil). Perseguidos pela lei – alguns foram se esconder nos Estados Unidos com suas malas cheias de dólares –, substituídos, num segundo ciclo também marcado pela condução anglo-saxã (desta vez com Bill Clinton nos Estados Unidos e Tony Blair na Inglaterra), por presidentes mais precavidos – chegaram a mudar a lei, com fez Fernando Henrique Cardoso, para criar proteções em caso de serem levados aos tribunais –, mas igualmente nefastos.

A marca da maldade está impressa no DNA dessa ideologia. O resultado é a gestão da vida pública como uma vasta operação comercial. Seu ar de “modernidade” já se revelou como maldade insana, que conquistou em livros como esse, seu devido lugar na história, mostrando como ele produz em grande escala corrupção, sofrimento, pobreza e miséria.

A virada à esquerda na América Latina, iniciada com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, despertou a ira dos ideólogos neoliberais. Retornaram as práticas golpistas e as teses rasas de que o desenrolar dos acontecimentos no mundo revelaria como revo-

lucionários que deram certo – não Marx, Lênin, Ho Chi Minh, Mao Tse-tung e Fidel Castro –, mas Milton Friedman, Ronald Reagan e Margaret Thatcher; mesmo depois que a crise asiática do final dos anos 1990 mostrou o fracasso da fórmula “menos Estado e mais mercado”. Fórmula essa que, na prática, estrutura a sociedade de modo a preservar o acúmulo de capital e a cercar a correção de injustiças sociais. A contribuição desse livro para a compreensão desses fenômenos é fundamental.

**Jornalista, escritor e historiador.*

Introdução

Para as elaborações apresentadas nessa obra, buscamos nos orientar pelos princípios teóricos e o método investigativo da Economia Política Marxista. O eixo desses princípios teóricos e método investigativo estão condensados na obra de Marx *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, obra essa que é um prelúdio de sua obra maior: *O Capital – Crítica da Economia Política*. Fizemos uso dessas sínteses em todos os capítulos dessa obra, como pode ser verificado abaixo.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais (MARX, 1982).

Nosso esforço na seção I foi destacar inicialmente a lei do valor e a lei do mais-valor, investigando se essas leis ainda se impõem sob o neoliberalismo. Na atualidade, como antes, há um esforço dos economistas defensores da ordem vigente de desdenharem essas questões, contudo, independente da vontade deles, essas leis con-

tinuam atuando sem parar. Em seguida estudamos o papel do capital portador de juros – base do crédito no capitalismo – e como essa categoria influencia o desenvolvimento ou a retração das forças produtivas. Em especial, essa modalidade de capital assume relevância a ponto de, se não for estudada a fundo, correr-se o risco de não compreender a contento o neoliberalismo.

Seguindo pelo *Prefácio*, as próximas sintetizações partem desde a estrutura econômica até as contradições que ela desenvolve, culminando em épocas de revoluções sociais:

A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrario, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais e do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se

tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim (MARX, 1982).

Na seção II, buscamos investigar a estrutura econômica da sociedade atual através da análise de dados referentes a uma série de países, buscando revelar a base real da produção material na atualidade. A interpretação desses dados sugere a ideia de que as forças produtivas materiais da sociedade atual podem estar entrando em contradição com as relações de produção existentes. Em paralelo, procura-se entender em que medida as atuais relações entre capital e trabalho contribuem para essas contradições. De igual forma, buscamos entender como o modo de produção da vida mate-

rial, sob o neoliberalismo, condiciona o processo de vida social, política e intelectual.

A seção III faz uso de uma abstração para conduzir ao entendimento do geral. Através de um caso específico, tentamos entender até que ponto o neoliberalismo, ao restringir a evolução das forças produtivas, torna-se um entrave para o desenvolvimento da humanidade.

A síntese conclusiva de Marx no *Prefácio*, nos conduz a necessidade de se ter consciência de nossa época através do descobrimento das contradições que ela nos revela:

Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo

da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará a conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana (MARX, 1982).

A seção IV examina um mundo onde já se observa indícios de esgotamento das relações de produção que estão impedindo o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ao mesmo tempo, surgem embriões de relações de produção novas e superiores. Os insolúveis problemas criados pelo neoliberalismo desafiam a hu-

manidade para buscar as soluções que podem resolver os grandes dilemas do século XXI. E para isso, é indispensável se orientar pelos princípios teóricos e o método investigativo condensados nesse *Prefácio* de Marx. A experiência tem comprovado a sua exatidão científica.

Prefácio

Desde que há capitalistas e operários no mundo, não se publicou um só livro que tenha para os operários a importância deste. Nele se estuda cientificamente, pela primeira vez, a relação entre o capital e o trabalho, eixo em torno do qual gira todo o sistema da moderna sociedade, e se faz com uma profundidade e um rigor só possíveis em um alemão. Por mais valiosas que são e serão sempre as obras de um Owen, de um Saint-Simon, de um Fourier, teria que ser um alemão quem escalasse o cume desde o qual se domina, claro e nítido — como se domina desde o alto das montanhas a paisagem das colinas situadas mais abaixo —, todo o campo das modernas relações sociais¹.

O tempo mostrou que, para além de uma apaixonada defesa do trabalho de um amigo e companheiro de estudos de toda a vida, esse texto de Engels foi uma certa e ousada profecia que, a cada dia, mais se confirma à luz dos fatos e dos mais modernos avanços das ciências sociais: o mundo jamais seria o mesmo a partir

¹ Escrito por Friedrich Engels entre 2 e 13 de março de 1868 sobre o livro *Das Kapital. Kritik der politischen Oekonomie, von Karl Marx. Erster Band. Der Produktionsprozess des Kapitals. Hamburg, O. Meissner, 1867*. Primeira edição: Em alemão nos números 12 e 13 do “*Demokratisches Wochenblatt*”, de 21 e 28 de março de 1868.

d’*O Capital* e essa seria a obra que, a partir daí, todos teríamos de visitar para compreender o capitalismo - e, assim, será enquanto esse for o sistema predominante de nosso mundo.

As Teias do Neoliberalismo é, antes de tudo, a constatação de que o capitalismo, desde o seu surgimento até hoje, só pode ser explicado através do estudo aprofundado da principal obra de Karl Marx: *O Capital* em seus três livros. Mesmo em sua atual faceta – o neoliberalismo – o capitalismo atual só pode ter desvendada a sua base econômica pela apropriação do conteúdo dessa obra extraordinária, mais exatamente em seu terceiro livro.

Os estudos que culminaram na elaboração d’As Teias do Neoliberalismo remontam de 2015, quando iniciamos as análises aprofundadas do Livro III d’*O Capital*, onde em nosso entendimento, encontram-se as respostas para descortinar os meandros econômicos do neoliberalismo. Posteriormente, estendemos os estudos para os volumes I e II. Nos interregnos, sentimos a necessidade de examinar outras obras do marxismo-leninismo, tais como: *Crítica ao Programa de Gotha* (K. Marx); *Contribuição à Crítica da Economia Política* (K. Marx); *Manifesto Comunista* (K. Marx e F. Engels); *O Anti-Duhring* (F. Engels) e *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* (V. I. Lenin).

Na seção I, antes de mergulhar nas entranhas do neoliberalismo, foi preciso trazer ao século XXI dois postulados básicos da obra de Marx: a lei do valor e o mais-valor. Não são poucas as teses que atualmente visam desconstruir o papel do trabalho como criador de valor, bem como flertam com a errônea ideia de que o mais-valor desaparece diante do empreendedorismo. Ora, a produção capitalista de hoje permanece aparecendo como uma enorme coleção de mercadorias. Sendo assim, permanece vivo até hoje o ensinamento da economia política de que o trabalho é a fonte de toda a riqueza e a medida de todos os valores. De igual forma, o lucro capitalista não encontrou ainda outra fonte que não o trabalho não pago usurpado do trabalhador.

No capítulo 2, formulamos uma das ideias centrais deste livro, que consiste na identificação do duplo caráter do capital portador de juros. Essa categoria tem suscitado interpretações contraditórias. De um lado, afirma-se ser a base econômica do neoliberalismo; de outra, a base do crédito quando aplicado na produção. A rigor, nenhuma das alternativas está errada - e daí advém seu duplo caráter. Essa afirmação tem como base a revelação de Marx que o capital portador de juros é um capital autônomo. Em sua autonomia, pode converter-se em capital industrial ou comercial, incrementando a produção; ou pode ser direcionado para a especulação financeira, convertendo-se em capital fictício. Não é,

portanto, em si, nem uma coisa nem outra; mas pode tornar-se tanto uma como outra. O destino do capital portador de juros será determinado, em última instância, pelas regulações do sistema financeiro; que, por sua vez, são determinadas pelo maior ou menor grau de intervenção do Estado em face do interesse das classes que compõem as instâncias de poder.

Na seção II, dissecamos as principais mazelas do neoliberalismo. Começamos por apresentar, sem qualquer subterfúgio, o capital fictício como a base econômica do neoliberalismo. Como consequência, sua base política são os setores de classe detentores de capital monetário interessados em valorizar seus capitais à revelia da produção, obtendo ganhos tão somente no mercado financeiro. A grave consequência é a profunda depressão da produção industrial e a virtual paralisação da reprodução da vida, motivo pelo qual, em derradeira análise, defendemos que o neoliberalismo não tem mesmo como dominar o mundo todo, pois isso acarretaria uma das mais graves ameaças à própria sobrevivência humana. Adiante, mostramos como esse sistema leva à distorção do crédito através da desregulamentação financeira e do livre trânsito de capitais. A seguir, com base em uma série de dados econômicos de várias nações, mostramos como o neoliberalismo deprime a produção industrial, levando os países que o adotaram a taxas pífias de crescimento. Para uma visão geral

de como algumas nações se comportam ante o neoliberalismo, escolhemos analisar seus balanços de pagamentos. É neste conjunto de contas que melhor se explicitam os perversos efeitos impostos pelo neoliberalismo, tendo como principal instrumento o dólar como moeda única para as transações internacionais e para a formação de reserva. É precisamente aí que os detentores do capital demonstram a face mais vil do imperialismo em nosso tempo. É aí onde se exacerba a vital importância que a soberania adquire para todas as nações nesses conturbados tempos em que se tentam impor verdades absolutas e até se propaga o fim da história, muitas vezes subestimando a superação da relevância e do próprio conceito de nação. Por fim, essa seção procura analisar a herança maldita advinda das políticas neoliberais, tanto no mundo do trabalho quanto nas relações sociais. Porém, aqui a contradição reside no fato de que o esgotamento do neoliberalismo vai proporcionando o fortalecimento das nações que escolhem enfrentá-lo e, ao mesmo tempo, solapa a força do imperialismo estadunidense. Hoje, essa nação não tem mais nada de produtivo a oferecer ao mundo. Debate-se em meio a uma crise insolúvel, e vê sua pretensão a uma hegemonia unipolar esvaír-se ante outras nações que optaram por caminhos muito diversos. A hegemonia do dólar vai paulatinamente se diluindo em um processo irreversível

e o ocaso da Grande Nação do Norte aproxima-se a passos largos.

Na seção III, o Brasil assume protagonismo em nosso trabalho, através de um exame minucioso de suas contas externas. Nosso país é um caso clássico de como uma nação acaba por ser capturada pelas teias do neoliberalismo. Desde a chamada década perdida (anos 80 do século XX) debate-se para fazer frente aos nefastos efeitos da subordinação política e da submissão econômica ante o imperialismo dos EUA. O exame do balanço de pagamentos revela sérias debilidades na condução de uma política economicamente soberana, muitas vezes justificadas por falta de maioria política. Mesmo após experimentar um período de 14 anos de governos progressistas, o país não foi capaz de se desvencilhar das armadilhas impostas pelo neoliberalismo. De todo modo, robustas reservas internacionais constituídas durante os governos de Lula e Dilma ainda sustentam uma situação controlável a curto prazo, mas o país necessita com urgência enfrentar e superar uma sempre difícil agenda internacional, onde os gargalos apresentados pelo balanço de pagamentos bem representam a encruzilhada que desafia a nação brasileira neste primeiro quarto do século XXI: soberania ou submissão.

Na última seção, abordamos este mundo multipolar que se apresenta neste século XXI. O capitalismo

para se desenvolver e se expandir internacionalmente foi o principal responsável pela criação das nações soberanas e de seus Estados nacionais. No entanto, a partir de sua fase imperialista, e principalmente com o advento do neoliberalismo, passou ele próprio a solapar essa soberania na tentativa de impor seu objetivo de dominar a economia mundial. Contraditoriamente, para fazer frente ao neoliberalismo, as nações necessitam, como nunca, fortalecer sua soberania. Por isso, todos os países que resistem aos desígnios neoliberais têm como característica primordial o fortalecimento de sua soberania política e econômica. Isso é o que determina a atual tendência à multilateralidade.

Os dados apresentados nessa obra evidenciam que há países capitalistas neoliberais e há países capitalistas que abandonaram o neoliberalismo. Os primeiros (EUA, Inglaterra, Alemanha, Itália e França, dentre outros) estão com suas economias estagnadas; os segundos (Índia, Indonésia, Rússia, Arábia Saudita, Etiópia, dentre outros), estão presenciando um crescimento acelerado de suas economias. Essa constatação evidencia que o neoliberalismo nada mais é do que apenas um das facetas do capitalismo. Um capitalismo que está em evidente crise na região neoliberal, mas que não existe na região que abandonou as propostas neoliberais.

O bloco de países dos BRIC's, liderados por China e Rússia, é o principal contraponto à decadente unipolaridade representada pelos EUA. Dessa luta entre contrários – unipolaridade x multilateralidade – emerge um mundo turbulento em que as potências imperialistas recrudescem a sanha pela preservação de seus privilégios ao preço de, com isso, acelerar a resistência de nações que já não se deixam dominar como antes. São desafios que serão enfrentados pelos oprimidos do mundo, pois, quando a opressão chega a níveis insuportáveis, se descortinam no horizonte situações revolucionárias que podem operar mudanças radicais no modo de vida de todos os povos. De nossa parte, reafirmamos nossa convicção de que somente o socialismo pode superar as contradições do capitalismo. Esperamos que o esforço para a elaboração dessa obra possa ser visto como nossa modesta contribuição para o avanço da luta teórica em favor dos que lutam por um mundo sem opressores e oprimidos.

Seção I

Como *O Capital* de Karl Marx explica o capitalismo do século XXI

Capítulo 1

A atuação da lei do valor e do mais valor na atualidade

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria (MARX, 2023, p. 113).

Assim Marx inicia sua obra *O Capital*. Para o propósito desse capítulo, também é fundamental, antes de mais nada, referir-se de pronto à mercadoria, pois é nela que se manifesta a lei do valor, visto ser esta lei, incidente na grandeza de valor da mercadoria, que regula suas relações de troca. Também é na mercadoria, mais exatamente no ato de sua troca – momento em que o capitalista embolsa o seu lucro –, que a lei do mais valor se materializa.

Ao examinar os dois fatores da mercadoria (valor de uso e valor) Marx desvenda a substância do valor – o trabalho social médio gasto na produção de uma mercadoria em determinadas condições de produção –, a

grandeza do valor – o tempo de trabalho social; e a forma do valor: o dinheiro.

Não é nosso objetivo esmiuçar os conceitos e desdobramentos da lei do valor. Para o que se quer demonstrar aqui, fixemo-nos nesta citação de Marx, como um dos aspectos mais visíveis da lei do valor:

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção (MARX, 2023, p. 263).

A determinação do valor pelo tempo de trabalho, é característica fundante do modo de produção capitalista, como ilustra Engels nesta passagem de seu texto “*Lei do valor e taxa de lucro*”:

Foi a partir dessa determinação do valor pelo tempo de trabalho que se desenvolveu toda a produção de mercadorias e, com ela, as múltiplas relações em que se afirmam os diferentes aspectos da **lei do valor**, tal como expostos na seção I do Livro I d'O capital; ou seja, as condições sob as quais **apenas o trabalho é criador de valor**. E tais condições, que se impõem sem que os participantes tomem consciência delas e só podem ser abstraídas da prática cotidiana por meio de uma longa investigação

teórica, atuam como se fossem leis naturais, o que, como Marx também demonstrou, **é algo que decorre necessariamente da natureza da produção de mercadorias** (MARX, 2017, p. 960, grifos nossos).

A formação do valor e sua lei expressam-se inicialmente na esfera da produção. Mas a lei do valor também se manifesta na esfera da circulação, como regente do sistema de troca das mercadorias:

O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor. [...] Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida (MARX, 2023, p. 116).

Hoje, muito mais do que na época em que Marx desvendou as leis que regem a produção das mercadorias, o modo de produção capitalista que predomina em quase todo o planeta aparece como uma enorme coleção de mercadorias. Embora os imensos avanços científicos e tecnológicos que alteraram profundamente o trabalho e a produção, a lei do valor segue atuando em todos os seus fundamentos, permanecendo inalteradas a subs-

tância, a grandeza e a forma do valor das mercadorias. Mesmo nos países onde o neoliberalismo é hegemônico, o mínimo que (ainda) é produzido de mercadorias acaba por obedecer à implacável lei do valor.

Além de fundamentar a lei do valor, que estava embrionária nos economistas clássicos, ao estudar a mercadoria Marx faz a sua mais importante descoberta: a mercadoria especial que ao ser consumida não apenas cria valor como acrescenta um mais-valor: a força de trabalho:

Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui. Esse é o serviço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias (MARX, 2023, p. 270).

Na Secção I do Livro III d'*O Capital*, Marx revela o mais-valor como sendo nada mais do que trabalho não-pago que é expropriado do trabalhador, desvendando assim a origem do lucro:

Se a parte do valor-mercadoria constituída de mais-valor não custa nada ao capitalista, é justamente porque ela custa trabalho não pago ao trabalhador (MARX, 2017, p. 54).

O valor contido na mercadoria é igual ao tempo de trabalho que custa sua produção, e a soma desse trabalho consiste em trabalho pago e trabalho não pago. Os custos da mercadoria para os capitalistas compõem-se, por sua vez, somente da parte do trabalho nela objetivado pelo qual ele pagou. O mais-trabalho contido na mercadoria não custa nada ao capitalista, embora para o trabalhador ele custe tanto quanto o trabalho pago e embora crie tanto valor como este último e entre na mercadoria como elemento criador de valor. O lucro do capitalista provém do fato de que ele possui para vender algo pelo qual não pagou (Idem, p. 68).

Embora resulte claro que o lucro é o mesmo que o mais-valor, a forma mistificada que ele assume proporciona que os capitalistas o vejam somente como uma recompensa digna do empreendedor. Entretanto, as investigações e conclusões científicas desenvolvidas por Marx acabam por revelar o verdadeiro caráter do lucro:

Assim, embora a taxa de lucro seja numericamente distinta da taxa de mais-valor, ao mesmo tempo que o mais-valor e o lucro são, na verdade, a mesma coisa, e também numericamente iguais, o lucro é uma forma transformada do mais-valor, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são encobertos e apagados. Na verdade, o lucro é a forma

de manifestação do mais-valor, tendo este de ser revelado mediante a análise daquele (MARX, 2017, p. 73).

Resta por fim responder objetivamente à indagação deste capítulo 1, ou seja, como se dá a atuação da lei do valor e do mais valor na atualidade? Ambas atuam hoje da mesma forma que no século XIX. A maior parte do mundo permanece sob o reinado do modo capitalista de produção, e a riqueza da sociedade no século XXI ainda aparece como uma (ainda maior) coleção de mercadorias. Os já referidos avanços científicos e tecnológicos, como inteligência artificial, impressão 3D, indústria 4.0, etc. realmente ajudam a borrar ainda mais a visão quando se quer enxergar onde está o valor do trabalho e o mais-trabalho nas mercadorias que são produzidas por essas tecnologias. Marx nos inspira quando aborda a incorporação do valor a uma mercadoria, usando o singelo exemplo da fabricação do fio:

O tempo de trabalho requerido para a produção do algodão, que é a matéria-prima do fio, é parte do tempo de trabalho requerido para a produção do fio e, por isso, está contido neste último. O mesmo se aplica ao tempo de trabalho requerido para a produção da quantidade de fusos cujo desgaste ou consumo é indispensável à fiação do algodão. (MARX, 2023, p. 264).

Hoje, por exemplo, diz-se que é possível montar um automóvel sem a necessidade de trabalho humano. Mesmo que o veículo possa ser montado com pouca ou até nenhuma intervenção humana, o produto final está abarrotado de trabalho. Todas as peças, componentes e matérias primas utilizadas durante os vários processos de produção, carregam o valor dos seus trabalhos e se incorporam no produto final. Além disso, não é sensato imaginar que o capitalismo subverteria sua ordem produzindo coisas sem valor, impossibilitando sua troca e inviabilizando a apropriação do lucro (mais-trabalho) pelo capitalista. Portanto, resultam infundadas e sem respaldo na ciência as teses que apregoam que hoje é possível a produção de mercadorias cujo valor não contenha trabalho humano, trabalho pago e não-pago.

Capítulo 2

O duplo caráter do capital portador de juros

Para entender o neoliberalismo dentro do atual processo global da produção capitalista, o capital portador de juros precisa ser colocado em destaque. Essa categoria especial foi amplamente analisada por Marx, e consiste na capacidade de o dinheiro se converter em capital, extrair mais-trabalho e obter lucro.

Com base na produção capitalista, o dinheiro – aqui considerado expressão autônoma de uma soma de valor, sendo indiferente se esta existe, de fato, em dinheiro ou em mercadorias – pode ser convertido em capital e, mediante essa conversão, deixar de ser um valor dado para se transformar num valor que valoriza a si mesmo, incrementa a si mesmo. Ele produz lucro, isto é, permite ao capitalista extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago, de mais-produto e mais-valor, e de apropriar-se desse trabalho. Com isso, ele obtém, além do valor de uso que já possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas

uma mercadoria *sui generis*. Em outras palavras, o capital como tal torna-se mercadoria (MARX, 2017, p. 385).

A análise de Marx, à luz da realidade da época, considera que o capitalista monetário (A), despojado de meios de produção, e desejoso de reproduzir seu capital, aliena-o (como mercadoria) a um terceiro (B) para que, este sim, percorra o ciclo produtivo e obtenha lucro. Esse lucro irá remunerar o capitalista B e pagar juros ao proprietário do dinheiro emprestado A. Nesse caso, o capital percorre o circuito $D - D - M - D' - D'^2$. No entanto, sob a ótica do capitalista monetário (A), tudo que existe é $D - D'$. Ele cede D e recebe $D + \Delta D$. E não há nada de irreal nisso, pois o que ele enxerga é exatamente a fórmula original do capital:

$D - D'$: temos aqui o ponto de partida do capital, o dinheiro na fórmula $D - M - D'$, reduzida aos dois extremos $D - D'$, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, dinheiro que gera mais dinheiro. **É a fórmula geral e originária do capital, condensada de modo absurdo.** É o capital consumado, a unidade do processo de produção e do processo de circulação, que, por conseguinte, gera mais-valor ao final de determinado pe-

² Vide ao final deste capítulo o esquema “*Fases do ciclo produtivo e formas funcionais do capital*”, que ilustra a autonomia do capital portador de juros e o conteúdo das fórmulas $D - D - M - D' - D'$ e $D - D'$.

ríodo. **Sob a forma do capital portador de juros, isso aparece de maneira direta, sem a mediação do processo de produção e de circulação** (MARX, 2017, p. 441 e 442, grifos nossos).

Portanto, é da índole do capital portador de juros esse duplo caráter que lhe dá marca: ele dá base robusta ao crédito que desenvolve a produção ($D - D - M - D' - D'$), mas também carrega consigo a forma insana do capital ($D - D'$). Essa forma não está somente implícita no capital portador de juros, ela se torna explícita e se realiza diretamente quando, por exemplo, o capital monetário tomado de empréstimo é usado para outras operações fora do ciclo produtivo. Marx nunca deixou de considerar essa hipótese:

Os atos de circulação $D - M$ e $M - D'$, em que a soma de valor exerce a função de dinheiro ou de mercadoria, não são mais que processos intermediários, fases do movimento total. Como capital, essa soma de valor realiza o movimento total $D - D'$. É investida como dinheiro ou soma de valor **numa forma qualquer** e retorna a seu ponto de partida como soma de valor. O prestamista do dinheiro não o desembolsa na compra da mercadoria ou, caso a soma de valor exista como mercadoria, não a vende por dinheiro, mas a adianta na forma de capital, como $D - D'$, isto é, como valor que retorna a

seu ponto de partida ao fim de um prazo determinado. Ele não compra nem vende, mas empresta. Esse empréstimo constitui, portanto, o modo adequado de se alienar uma soma de valor como capital, não como dinheiro nem como mercadoria. **O que não significa que o empréstimo não possa servir também para transações sem qualquer relação com o processo capitalista de reprodução** (MARX, 2017, p. 397, grifos nossos).

O que realmente determina o duplo caráter do capital portador de juros, é o fato de que este capital se destina a produzir juros, e nesse objetivo ele adquire autonomia, ou seja, buscará a remuneração dos juros independentemente de onde o capital será empregado:

O fato de que o capital emprestado produz juros, seja ele realmente empregado como capital ou não – e mesmo que só seja emprestado para fins de consumo –, **reforça a ideia da autonomia dessa forma do capital** (MARX, 2017, p. 425, grifos nossos).

Para o capital portador de juros em nada se altera sua função de produzir juros pelo fato desses serem proveniente de parte do lucro de um capitalista industrial ou fruto de um ganho de preço numa transação com ações, em qualquer dos casos a sua função foi igualmente cumprida. Produzir juros é a razão de sua

existência e inerente à natureza desse capital, pouco importando de onde provenham esses juros, como observa Marx nesta passagem:

O capital portador de juros só se conserva pelo tempo em que o capital emprestado se transforma realmente em capital e produz um excedente, do qual os juros são uma parte. Isso não anula o fato de que a capacidade de produzir juros, **independentemente do processo de produção**, é algo inerente a esse capital (MARX, 2017, p.430, grifo nosso).

Com o desenvolvimento do capitalismo e a enorme expansão do sistema de crédito, as transações envolvendo capital monetário vão se tornando mais complexas e obscuras. *O que vemos é apenas cessão e devolução. Tudo o que se encontra entre esses dois polos se esfuma* (MARX, 2017, p. 396). Todo o crédito passa a ser concentrado e administrado pelos bancos:

Conjuntamente com esse comércio de dinheiro, desenvolve-se o outro lado do sistema de crédito: a administração do capital portador de juros ou do capital monetário como função especial dos negociantes de dinheiro. Emprestar e tomar dinheiro emprestado converte-se num negócio específico desses negociantes, que atuam como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o prestatário de capital monetário. Desse ponto de vista, o negócio bancário con-

siste, em termos gerais, em concentrar nas próprias mãos, em grandes massas, o capital monetário emprestável, de modo que, em vez do prestamista individual, é o banqueiro que aparece como representante de todos os prestamistas de dinheiro diante do capitalista industrial e comercial (MARX, 2017, p. 454).

Não faltam opções para que capital portador de juros busque sua remuneração em juros fora do processo de produção, exercendo assim a sua autonomia em relação ao capital industrial ou comercial. Isso é examinado por Marx, quando analisa capital monetário e capital real (Livro III, capítulo 30):

[...] os títulos estatais, assim como ações e outros títulos de todas as espécies, são esferas de investimento para o capital de empréstimo, para o capital destinado a produzir juros. São formas de empréstimo desse capital (MARX, 2017, p. 535).

Quando se estabelece a mistura explosiva entre o capital portador de juros e sua concentração e administração pelo sistema bancário, surgem os embriões do que hoje conhecemos como mercado financeiro, juntamente com o mercado de ações e bolsas de valores, ninhos de especuladores e oportunistas.

Assim inaugura-se a era das crises de caráter eminentemente monetárias, que eclodem totalmente independentes das crises reais de superprodução. Em

sua época, Marx já alertava para esse tipo especial de crise:

Deve-se distinguir bem a crise monetária, definida no texto como fase particular de cada crise geral de produção e comércio, do tipo especial de crise que se chama também de crise monetária, mas que pode aparecer independentemente, de modo que ela só afeta indústria e comércio por repercussão. Estas são crises cujo movimento se centra no capital monetário e, por isso, bancos, bolsas de valores e finanças são sua esfera imediata (MARX, 1996, p. 257).

Examinamos neste capítulo o que consideramos o duplo caráter do capital portador de juros, determinado pela autonomia que esse capital expressa ao obter juros tanto na esfera da produção quanto na da circulação. No primeiro caso, ele incrementa a produção de bens e serviços ligados à produção, e os juros provêm de parte do lucro do capitalista empreendedor. Já no segundo caso, o capital permanece apartado da produção, obtendo juros através de ganhos em especulações financeiras. Enfatizamos a segunda variante, devido a ser essa a forma dominante hoje sob o neoliberalismo. Nesse sistema, em que impera a desregulamentação financeira e o livre trânsito de capitais, o capital portador de juros flui para as formas de capital fictício, e transforma-se num detonador de crises monetárias. Ao mesmo tempo, o capital portador de juros como base do crédito utiliza-

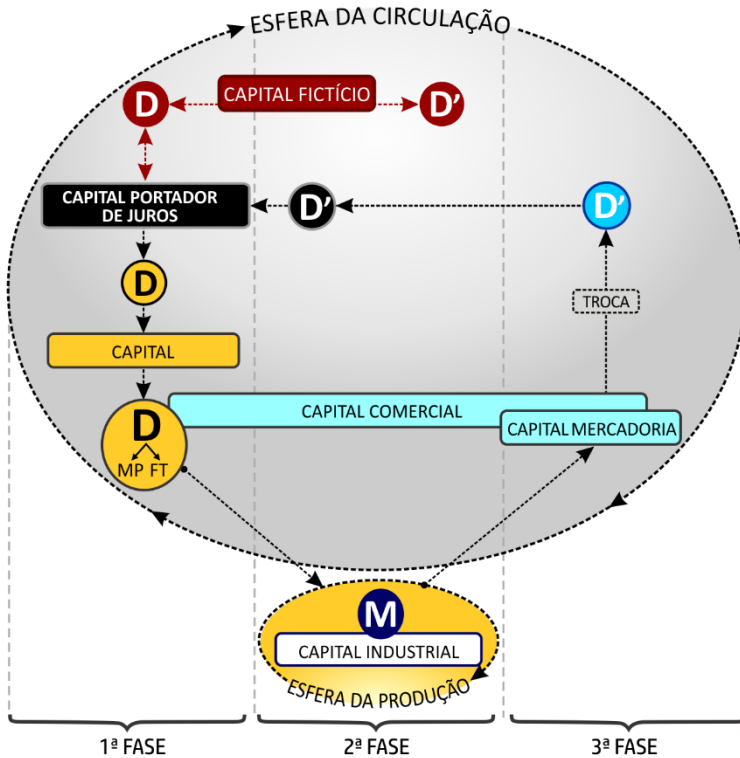
do na produção real, é uma poderosa alavanca no desenvolvimento das forças produtivas:

Tais são as duas características intrínsecas do sistema de crédito, por um lado, ele desenvolve a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento mediante a exploração do trabalho alheio, até convertê-los no mais puro e colossal sistema de jogo e fraude e limitar cada vez mais o número dos poucos indivíduos que exploram a riqueza social; por outro lado, estabelece a forma de transição para um novo modo de produção. É essa duplicidade que confere aos principais porta-vozes do crédito, de Law a Isaac Pereire, o agradável caráter híbrido de vigaristas e profetas (MARX, 2017, p.499 e 500).

Por fim, como base do crédito que é, o capital portador de juros acompanhará o capitalismo enquanto ele existir e até mesmo durante a transição para um novo modo de produção:

Finalmente, não resta a menor dúvida de que o sistema de crédito servirá como uma poderosa alavanca durante a transição do modo de produção capitalista para o modo de produção do trabalho associado; mas somente como um elemento em conexão com outras grandes revoluções orgânicas do próprio modo de produção (MARX, 2017, p. 667).

Fases do ciclo produtivo e formas funcionais do capital



- D** → O primeiro **D** representa o direcionamento do capital portador de juros faz, via crédito, para o capitalista industrial.
 - D** → De posse dessa quantia **D**, que agora é capital, o capitalista industrial adquire matéria-prima e força de trabalho.
 - M** → De posse dos meios de produção, o capitalista industrial produz a mercadoria **M**.
 - D** → Lançada no mercado para troca, a mercadoria gera o primeiro **D'**, ou seja, o **D** inicial acrescido do lucro (mais trabalho).
 - D'** → Devolução do primeiro **D** ao capital portador de juros, acrescido dos respectivos juros.
-
- D** → **D** é direcionado pelo capital portador de juros para reprodução fora do ciclo produtivo.
 - D** → **D** gera mais dinheiro (**D'**) fora da relação social entre proprietários de meios de produção e proprietários de força de trabalho: **capital fictício**.

Seção II
O Neoliberalismo,
Características e Consequências

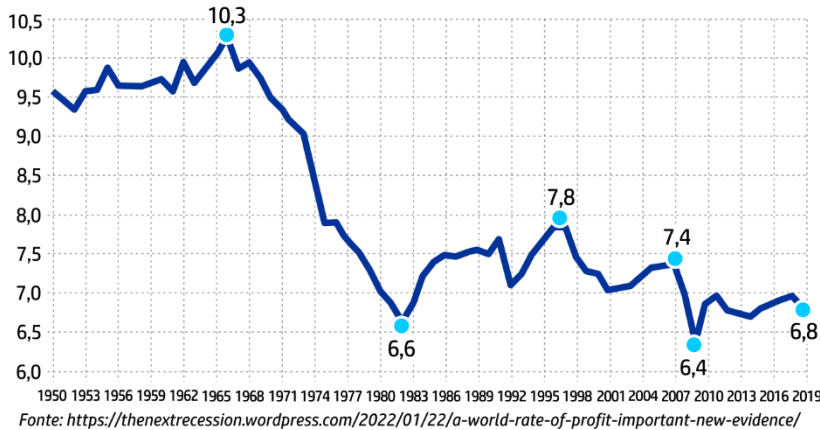
Capítulo 3
A base econômica e política do neoliberalismo

O caminho para a consolidação do neoliberalismo começa a ser pavimentado a partir de 1971, ano em que o governo de Nixon nos EUA decreta, unilateralmente, o fim da conversão do dólar em ouro. Muitos autores consideram o biênio 1979/1980 como o marco inicial do neoliberalismo. Contudo, o período compreendido entre o início da década de 1970 até o início dos anos 1980, ainda é caracterizado pela hegemonia do capital industrial, como forma predominante de reprodução do capital. No entanto, é também nessa época que o capitalismo experimenta uma acentuada queda na taxa geral de lucro, como mostra o gráfico 1, comprovando o que Marx chamou de “lei da queda tendencial da taxa de lucro” (*O Capital*, Livro III, Seção III).

A partir da década de 1980, sob a liderança global de Inglaterra e EUA, o neoliberalismo visa inicialmente a retomar as taxas de lucros anteriores. Para isso, promove um ataque brutal ao mundo do trabalho, com arrocho salarial, demissões, precarização das relações de trabalho, fragilização dos sindicatos, e tudo

mais

que

Gráfico 1**Taxa média de lucro - Países do G20 (%)**

puddesse lançar mão para diminuir o custo do trabalho. Entretanto, ainda que com alguma recuperação, as taxas de lucro jamais voltaram ao patamar anterior.

Em paralelo, os enormes volumes de capital dinheiro espalhados pelo mundo, diante do novo quadro de baixos lucros, cobram do capitalismo uma nova configuração. Tem início um rápido processo de liberalização do trânsito global de capitais. Para atender a nova demanda, mercados financeiros surgem e se fortalecem por todo o mundo. Com base na escalada tecnológica e das comunicações, um sem-número de inovações financeiras seduzem os capitais ociosos e entediados com os baixos lucros do setor produtivo.

Como vimos anteriormente no capítulo 2, a análise do capital portador de juros revela que ele tem duplo caráter: pode servir para impulsionar a produção ($D - D - M - D' - D'$) ou pode promover a especulação ($D - D'$). Nesse caso, o capital dinheiro entesourado, quando lançado na circulação, salta sobre o processo produtivo e resume-se aos dois extremos, subvertendo o conceito básico do capital, que deve expressar uma relação entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho. Este circuito abreviado ($D - D'$), é a base da categoria definida por Marx como capital fictício. Embora capital seja, não expressa a relação social que o conceito encerra.

O que o neoliberalismo faz, é generalizar o circuito ($D - D'$), como um fim em si mesmo:

É no capital portador de juros que a relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista. Aqui deparamos com $D - D'$, dinheiro que engendra mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo mediador entre os dois extremos (MARX, 2017, p. 441).

Outrora coadjuvante, agora o capital fictício figura como a forma preferencial de reprodução do capital, nos países onde o neoliberalismo é hegemônico.

Marx já apontava em sua época os principais exemplos de capital fictício: os capitais bancários, a dívida pública, os títulos de dívidas e as ainda incipientes bolsas de valores. Podemos então penetrar mais fundo no caráter nefasto do capital portador de juros, quando Marx destaca a relação promíscua desse capital com o capital bancário, como expressão máxima da forma D – D':

Em países de produção capitalista desenvolvida, os fundos de reserva dos bancos expressam sempre, em média, a grandeza do dinheiro entesourado num país, e uma parte desse tesouro é formada por títulos, meros direitos sobre ouro, mas que não têm em si nenhum valor. A maior parte do capital bancário é, pois, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos da dívida pública (que representam capital pretérito) e ações (direitos sobre rendimentos futuros). E não devemos esquecer que o valor monetário do capital representado por esses papéis nos cofres do banqueiro é, ele mesmo, fictício, na medida em que tais papéis consistem em direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos da dívida pública) ou títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações) e que esse valor é regulado diferentemente do valor do capital real, que, ao menos em parte, esses pa-

péis representam; ou quando representam me-
ro direito a rendimentos, e não capital, o direi-
to ao mesmo rendimento é expresso num mon-
tante de capital monetário fictício constante-
mente variável. Ademais, é preciso notar que
esse capital fictício do banqueiro representa,
em grande parte, não um capital do próprio
banqueiro, mas do público que o deposita em
suas mãos, com ou sem juros (MARX, 2017, p.
526 e 527).

O desenvolvimento desses instrumentos, acresci-
dos de novíssimas formas como derivativos, títulos se-
curitizados e recompra de ações, compõem um apetitoso
menu de opções para a reprodução do capital sem a ne-
cessidade de percorrer o espinhoso caminho do ciclo
produtivo do capital real. Portanto, esta é a base eco-
nômica do neoliberalismo: tendência à acumulação de
capital fictício.

O fato é que, os bancos de investimentos, compa-
nhias de hipotecas, seguradoras, fundos de investimen-
tos, companhias avaliadoras de riscos, constituem uma
espécie de oligarquia financeira autônoma, com base na
propriedade do capital portador de juros. E esta oligar-
quia passou de pequena à hegemônica nos EUA, Ingla-
terra e alguns países europeus.

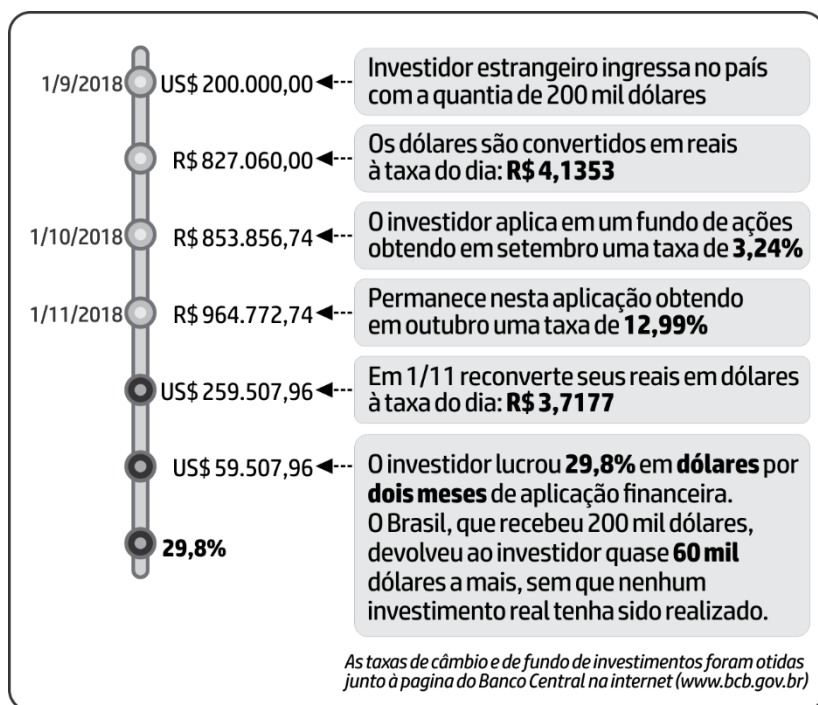
Para sustentar essa realidade, forma-se uma ba-
se política cuja tarefa principal é garantir a mais com-

pleta desregulamentação do sistema financeiro. Essa base representa milionários, bilionários, fundos, instituições financeiras, bancos e corporações, todos interessados em manter o capital fictício como base da economia. São hegemônicos na maioria dos órgãos de poder de Estado nas nações neoliberais. Com o tempo, condicionaram de tal forma a economia, que até mesmo frações consideráveis dos setores que representam o capital industrial e comercial foram cooptados e seduzidos pela lógica dominante dos mercados que instituiu nas empresas a lógica do lucro rápido. A distribuição de dividendos passa a ser o objetivo principal, em detrimento do investimento para incrementar a produção real, entortando suas estratégias, como mostra o Prof. Belluzzo:

A elasticidade financeira alterou as regras do jogo da “competitividade global” ao definir as novas normas de governança das empresas e impor o poder dos acionistas aos administradores das empresas. As corporações ampliaram expressivamente a posse dos ativos financeiros não como reserva de capital para efetuar futuros investimentos fixos, mas como forma de alterar a estratégia de administração dos lucros acumulados e do endividamento. [...]. O objetivo de maximizar a geração de caixa determinou o encurtamento do horizonte empresarial (BELLUZZO, 2015, p. 66).

O neoliberalismo, para firmar-se politicamente numa situação em que não havia mais colônias, optou por atacar a soberania das nações, o que conseguiu, especialmente na América Latina e no leste da Europa nas duas últimas décadas do século passado.

A seguir, uma simulação que ilustra bem como o capital fictício se desenvolve, facilitado pelo livre trânsito de capitais e pela adoção do câmbio “flutuante”. O exemplo refere-se ao Brasil, mas ocorre em muitos outros países que adotam os mesmos procedimentos.



Capítulo 4

O neoliberalismo não se globalizou

Cabe demonstrar que o neoliberalismo, que hoje vive sua fase declinante, nunca se globalizou. Para isso concorreram motivos tanto de ordem econômica quanto política. Reiteramos a ideia de que o neoliberalismo tem como marco inicial o ano de 1979, marcado por uma mudança radical na política monetária dos EUA bem ilustrada por David Harvey em uma de suas obras:

Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos. [...]. A taxa real de juro, que com frequência foi negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se impositiva por ordem do Federal Reserve. A taxa nominal de juro aumentou da noite para o dia, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto de 20%. [...] “Iniciou-se assim uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais (conforme D. Henwood, in *After*

the New Economy, New York, New Press, 2003, pág. 208)”. (HARWEY, 2005, p. 32).

Essa realidade, associada à já referida queda na taxa de lucro, induzem os líderes das nações imperialistas da época – R. Regan (EUA) e M. Thatcher (Inglaterra) – a aplicar a ferro e fogo o receituário monetarista de F. Hayek e M. Friedman. Os países devedores passam a apresentar fragilidade em seus balanços de pagamentos, como decorrência direta do brutal aumento dos juros de suas dívidas. Sob a égide do FMI, passam a ser chantageados e pressionados a aceitar o tripé neoliberal de promover ajustes fiscais, adotar câmbio flutuante e liberalizar suas contas financeiras.

O império estadunidense contava (e ainda conta) com dois outros poderosos instrumentos para forçar a globalização neoliberal. O primeiro deles é a prerrogativa de ser o emissor da moeda usada para o comércio internacional. Através dos tempos, formataram um sistema em que as principais *commodities*, principalmente o petróleo, são transacionadas em dólar. Isso é, em última instância, o que permite que os EUA sustentem seus gigantescos déficits, decorrentes principalmente de seus gastos militares, que por sua vez servem para intimidar as nações que ousem abandonar o uso do dólar. Para exemplificar: quando Saddam Hussein anunciou que o Iraque passaria a vender petróleo sem uso do dó-

lar, foi imediatamente eliminado e seu país invadido. Exatamente o mesmo sucedeu com Muammar Al-Gaddafi na Líbia. E o “sonho de consumo” ainda inclui Síria, Rússia, Irã, Venezuela, pois todos esses ousam comercializar petróleo fora do padrão dólar.

Outro privilégio dos EUA é o controle absoluto sobre o sistema *SWIFT*, responsável pelas operações das transações internacionais. Arbitrariamente excluem empresas e nações do sistema, impedindo que recebam ou efetuem pagamentos referentes às suas trocas comerciais.

Como é amplamente demonstrado por diversas estatísticas, o neoliberalismo deprime a produção industrial naqueles países onde é predominante. Reside aí a principal causa econômica pela qual o neoliberalismo não pode globalizar-se. Em um cenário onde todas as nações optassem pelos ganhos financeiros em detrimento da produção de bens de consumo, a própria humanidade estaria ameaçada de extinção. Mesmo com todos os instrumentos coercitivos à disposição, o neoliberalismo jamais logrou estender-se por todo o globo, sendo que sempre haverá um grupo de nações que assumirá para si a tarefa de prover o mundo dos bens necessários à sobrevivência do ser humano. Hoje, o continente asiático cumpre essa condição. Contraditoriamente, os principais representantes do neoliberalismo – EUA e expo-

entes europeus – ao tempo que tentam globalizar esse sistema, transferem suas plantas industriais para a Ásia, em busca de mão de obra mais barata e melhores condições de crédito. Com isso, contribuíram e contribuem para transformar o continente asiático no principal parque manufatureiro do mundo. Somente a China detém hoje cerca de 30% da produção mundial de bens industrializados.

Mais complexas são as razões políticas que inviabilizaram a globalização do neoliberalismo. Elas emergem principalmente das questões envolvendo a resistência de Estados Nacionais, podendo se destacar os casos da Índia e da China e de outras nações da Ásia. Em seguida, essa resistência se espalha pela África e América Latina, com avanços e reveses decorrentes das forças políticas que assumem o controle do Estado.

Para melhor compreensão desse componente político, vale considerar um conceito de nação e historiar o contexto em que surgiram e se consolidaram. Um conceito de Nação no sentido hegeliano de “síntese de todas as determinações”, pode ser assim resumido: Nação é uma comunidade social, historicamente formada, com certa unidade de idioma, delimitação territorial, conexão econômica, experiência cultural comum, dotada de um Estado capaz de manter o monopólio da tributação e de sua destinação e os aparatos de coerção e consenti-

mento necessários para tal, dentro de suas fronteiras, bem como a soberania em sua relação com outras nações.

As primeiras nações surgem entre os séculos XI e XIV, durante o período manufatureiro na Europa após um período da acumulação primitiva e o surgimento, em muitos burgos, da manufatura capitalista. As primeiras nações são Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França. Desde então, dos séculos XV a XVII, passa a predominar a manufatura capitalista. F. Engels é quem sustenta a ideia do início da formação das nações:

A moderna investigação da Natureza é a única que conseguiu um desenvolvimento científico, sistemático e múltiplo, em contraste com as geniais intuições filosófico-naturalistas dos antigos e com as descobertas, muito importantes, mas esporádicas e em sua maior parte carentes de resultados, realizadas pelos árabes. (...). Ela se inicia na segunda metade do século XV. A realeza, apoiando-se nos habitantes das cidades, ou sejam, os burgueses, enfraqueceu o poder da nobreza feudal e fundou as grandes monarquias baseadas **essencialmente no conceito de nacionalidade**. Sob esse regime, alcançaram grande desenvolvimento as moder-

nas nações europeias e a moderna sociedade burguesa. (ENGELS, 1985, p. 15, grifo nosso).

Para a passagem da manufatura à indústria, ou dito de outra forma, da acumulação primitiva para o domínio da indústria — o reinado das máquinas substituindo o trabalho manual — foram fundamentais as riquezas usurpadas das colônias pelos impérios coloniais europeus:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento das populações nativas nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da produção capitalista. (MARX, 2023, p.821).

Mais adiante, as colônias começam a apresentar contradição entre a economia local e a das metrópoles:

Nelas [nas colônias], o regime capitalista choca-se por toda parte contra o obstáculo do produtor, que, como possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo por seu trabalho, e não ao capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se efetiva aqui, de maneira prática, na luta entre eles. Onde o capitalis-

ta é respaldado pelo poder da metrópole, ele procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio (MARX, 2023, p. 835).

Essa situação se apresentou principalmente durante a colonização da América do Norte, onde então surge a necessidade de formar um exército de trabalhadores despossuídos de qualquer meio de produção, capazes de enriquecer os capitalistas das metrópoles:

O grande mérito de E. G. Wakefield não é o de ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas o de ter descoberto, nas colônias, a verdade sobre as relações capitalistas da metrópole. Assim como o sistema protecionista, em seus primórdios, visava à fabricação de capitalistas na metrópole, a teoria da colonização de Wakefield – que a Inglaterra procurou, durante certo tempo, aplicar legalmente – visa à fabricação de trabalhadores assalariados nas colônias. A isso Wakefield denomina “systematic colonization” (colonização sistemática) (MARX, 2023, p. 836).

O problema aqui consiste em que, em face do preço acessível da terra virgem, tanto o trabalhador local quanto o imigrante, trabalham como assalariados somente o tempo suficiente para adquirir capital que lhe permita acesso à terra, tornando-se camponeses in-

dependentes ou até mesmo concorrentes de seus antigos patrões.

Como curar, então, o câncer anticapitalista das colônias? Se se quisesse transformar de um só golpe toda a terra que hoje é propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia a raiz da doença, mas também... a colônia. A proeza está em matar dois coelhos de uma só cajadada. O governo deve conferir à terra virgem, por decreto, um preço artificial, independente da lei da oferta e da demanda, que obrigue o imigrante a trabalhar como assalariado por um período maior, antes que este possa ganhar dinheiro suficiente para comprar sua terra e transformar-se num camponês independente (MARX, 2023, p. 842).

O que nos interessa aqui, é como a Nação (seja em período colonial ou não), através dos órgãos coercitivos do Estado, cumpre seu papel de viabilizar e consolidar o capitalismo. Revela-se assim que o processo de surgimento das nações acompanha as diversas fases do desenvolvimento do capitalismo. E o elemento fundamental que caracteriza a existência consolidada de uma nação é ser dotada de um Estado.

Adentrando o século XX, quando o capitalismo ingressa em sua fase monopolista, a criação de novas nações independentes acelera acentuadamente. Cerca

de 130 nações formalizaram sua autonomia neste período, corroborando o que Lênin explanou em texto de 1914:

A formação de Estados nacionais, **que são os que melhor satisfazem estas exigências do capitalismo moderno**, é por isso a tendência de qualquer movimento nacional. Os mais profundos fatores econômicos empurram para isso, e para toda a Europa Ocidental – mais do que isso: para todo o mundo civilizado – **o que é típico e normal para o período capitalista é o Estado nacional**.

Conseqüentemente, se queremos compreender o significado da autodeterminação das nações sem brincar às definições jurídicas, sem 'inventar' definições abstratas, mas analisando as condições histórico-econômicas dos movimentos nacionais, então chegaremos à conclusão: por autodeterminação das nações entende-se a sua separação estatal das coletividades nacionais estrangeiras, **entende-se a formação de um Estado nacional independente** (LÊNIN, 1982a, p. 512, grifos nossos).

As duas guerras mundiais enfraqueceram os impérios europeus e facilitaram o êxito das lutas de libertação nacional dos povos da Ásia e África. Na conferência de Bandung de 1955, que reuniu 15 países da Ásia,

8 do chamado Oriente Médio e 6 da África, as resoluções dessa conferência, todas baseadas na Carta das Nações Unidas, marcaram sobremaneira a segunda metade do século XX. Os dez princípios vão ao encontro da elaboração de Lênin citada acima:

1. Respeito pelos direitos humanos fundamentais e pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
2. Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações.
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações, grandes e pequenas.
4. Abstenção de intervenção ou interferência nos assuntos internos de outro país.
5. Respeito pelo direito de cada nação de se defender individual ou coletivamente, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
6. (a) Abstenção da utilização de mecanismos de defesa coletiva para servir os interesses particulares de qualquer uma das grandes potências.
(b) Abstenção de qualquer país de exercer pressões sobre outros países.
7. Abster-se de atos ou ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.

8. Resolução de todos os litígios internacionais por meios pacíficos, tais como negociação, conciliação, arbitragem ou resolução judicial, bem como outros meios pacíficos à escolha das próprias partes, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

9. Promoção de interesses mútuos e cooperação.

10. Respeito pela justiça e pelas obrigações internacionais. (ESPÍRITO DE BANDUNG, 2010. Tradução: Google Tradutor.)

Depois de Bandung, novas nações se libertaram: Vietnã, Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, entre outras, todas na Ásia e na África, e com alto grau de soberania.

Precisamos ainda nos deter em alguns aspectos centrais para entender o Estado na atualidade, tanto na América Latina como no restante do mundo, que já tinham sido examinados por Engels e Marx. São situações em que o Estado tem um caráter transitório, híbrido, servindo a duas classes em luta e os órgãos centralizados de poder criados pela burguesia desde o absolutismo monárquico:

Entretanto, por exceção há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em

face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; de igual maneira, o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles. O mais recente caso dessa espécie, em que opressores e oprimidos aparecem igualmente ridículos, é o do novo império alemão da nação bismarckiana: aqui, capitalistas e trabalhadores são postos na balança uns contra os outros e são igualmente ludibriados para proveito exclusivo dos degenerados "junkers" prussianos (ENGELS, 2000, p. 194).

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira Revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luís Filipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio (MARX, 1982, p. 125).

O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos omnipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura — órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão de trabalho — tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao

serviço da classe média nascente como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo (MARX, [s.d.], p. 78).

A importância desse entendimento de Engels e Marx, acerca do Estado no período de formação das nações europeias é decisiva para se entender o Estado no período atual.

Na América Latina, desde o final da segunda guerra o Estado tem essa dualidade: serve aos interesses das classes que aspiram à soberania de suas nações e serve aos interesses das classes que, associadas ou aliadas ao imperialismo estadunidense, desejam reduzir e até mesmo eliminar essa soberania. Este tem sido o centro das lutas sociais desde então.

Na atualidade, quase 200 nações têm assento na ONU. Todas elas formalmente independentes. A independência só é verdadeira quando as nações têm soberania, quando seus Estados podem escolher o que é melhor para sua nação. Nas duas primeiras décadas do neoliberalismo, ele conseguiu fazer com que muitos Estados nacionais se transformassem de indutores da industrialização, do crescimento econômico, da ciência e tecnologia, em reguladores do livre trânsito de capital, aceitando a desregulamentação monetária. Neste período, ao tempo em que alguns proclamavam o fim da história, outros afirmavam, com palavras diferentes, o fim

próximo das nações, ou então sua perda de relevância, ou ainda que elas não seriam mais politicamente significativas. Diziam que a globalização, o transnacionalismo, o sistema mundial de redes, o pós-modernismo, a mundialização da comunicação, os territórios móveis e indefinidos, a tendência ao localismo, os sistemas políticos pós-nacionais (dentre eles citavam a União Europeia), prenunciavam que o sistema político de nações estava se tornando obsoleto, que elas perderiam relevância política, que estava se originando uma nova configuração política. Em nosso entender, a história atropelou indiferente todos esses vaticínios. Merece destaque, até por ser um grande conhecedor do tema, HOBBSAWN:

O que eu argumento, mais propriamente, é que apesar de sua evidente proeminência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante. Não é mais, como antes, um programa político global, como se poderia dizer que foi no século XIX e início do XX. [...] Não é implausível apresentar a história do mundo eurocêntrico do século XIX como aquele da “construção das nações”, assim como fez Walter Bagehot. [...] Estaria alguém inclinado a escrever a história do final do século XX e do início do século XXI em tais termos? Parece improvável. Pelo contrário, essa teria que, inevitavelmente, ser escrita

como a história de um mundo que não pode mais ser contido dentro dos limites das “nações” e “Estados-nações”, como estes costumavam a ser definidos, tanto politicamente, ou economicamente, ou culturalmente, ou mesmo, linguisticamente (HOBSBAWN, 2004, p. 214).

A globalização é inevitável pela essência econômica do capitalismo. E o instrumento político desse sistema, em todas as suas fases é a nação. Continuará sendo enquanto ele existir e, na sua fase de transição para outro sistema ela continuará tendo relevância. Não existe nação sem Estado, que é o instrumento político que amalgama a unidade territorial, a conexão econômica, o território comum, o idioma oficial. A base de uma nação é o seu povo; se ele não existe, ela não existe.

Todo o processo visto até aqui de formação e consolidação das nações, com seus Estados possibilitando a garantia da soberania, começa a ruir com o aparecimento do neoliberalismo. Esse sistema só pode se estabelecer quando debilita todos os aspectos que envolvem os princípios de uma nação. Deixa-a de joelhos e fere quase de morte sua integridade e até mesmo suas fronteiras e sua identidade. Decorre daí que todos os caminhos para resistir e superar o neoliberalismo passam, obrigatoriamente, pelo fortalecimento da nação e sua soberania. Toda e qualquer luta antineoliberal se traduz em luta

nacional. Uma decorre da outra, independente do polo que ocupem na equação. Em certa medida, neutralizar o domínio do neoliberalismo tende a devolver a hegemonia ao capital industrial que, como vimos, não pode prescindir de uma nação estruturada o suficiente para induzir o esforço nacional para a economia real. Hoje, é preciso também garantir uma correlação de forças políticas dentro dos órgãos de poder do Estado, que resulte na defesa intransigente da plena e absoluta soberania política e econômica da nação.

Nas três primeiras décadas do século XXI, surgem cada vez mais nações comprometidas com suas soberanias e com seus Estados indutores da economia. Politicamente, o neoliberalismo tentou frear e reverter essa tendência, mantendo a unipolaridade a ferro e fogo. Não conseguiu, porque essa é a tendência que vai predominando.

Ao contrário do que pensava Hobsbawn, o século XXI está sendo escrito por nações cada vez mais caracterizadas por suas unidades territoriais, econômicas, culturais, idiomáticas (julgamos que idioma é uma criação da nação e unidade linguística era própria de Estados pré-nacionais) e politicamente (Estados cada vez mais soberanos). Dentre elas nações socialistas, como China e Vietnã, e nações capitalistas como Índia, Indonésia e Rússia.

Na atualidade, é preciso que o Estado nacional controle o crédito, a entrada e saída de capitais monetários, os juros e o câmbio. Sem este controle e direcionamento do crédito é inviável qualquer projeto de crescimento industrial sustentável. E sem o controle da entrada e saída de capitais monetários, dos juros e do câmbio, não há como o Estado garantir a soberania da nação. Ela fica vulnerável à chantagem e sanções de outros Estados.

Primeiramente, constatamos que o neoliberalismo, com sua base econômica baseada no capital fictício, não pode globalizar-se economicamente, porque a economia real que produz os bens necessários à humanidade sempre será assumida por um grupo de nações. Por decorrência, somente nações comprometidas com um alto grau de soberania podem assumir esse papel, o que inviabiliza, por sua vez, a globalização política do neoliberalismo.

Capítulo 5

As distorções do sistema de crédito sob o neoliberalismo

O crédito como conhecemos, administrado pelos bancos e demais instituições financeiras, consolida-se na segunda metade do século XVIII, como resposta à usura, que impedia o desenvolvimento das forças produtivas num capitalismo que começava a ser hegemônico pelo capital industrial. Marx examinou esse processo à exaustão, e demonstrou todos os desdobramentos da nova ordem sob o crédito. Subjetivamente, onde a classe representativa do capital industrial conquista a hegemonia do poder político, a usura é subjugada e o crédito passa a ter como base o capital portador de juros.

O sistema de crédito completa seu desenvolvimento como reação contra a usura. ...O sistema de crédito não significa nada além da submissão do capital portador de juros às condições e às necessidades do modo de produção capitalista (MARX, 2017, p. 659 e 660).

Ao mesmo tempo em que se desenvolve a batalha contra a usura, os bancos vão surgindo como candidatos naturais a administrar e concentrar as massas de capital de empréstimo à disposição do capital industrial e comercial. Assim, “...o sistema bancário... despoja o capital usurário de seu monopólio, ao concentrar e lançar

no mercado de dinheiro todas as reservas inativas...” (MARX, 2017, p. 663). Nasce dessa forma o sistema bancário privado com seu mercado financeiro, cujas entranhas para sempre abrigarão os fantasmas da usura.

Constitui-se o moderno sistema de crédito, e com ele todas as contradições que lhe são inerentes. Além de impulsionar enormemente a produção capitalista, o crédito também engendra uma quantidade notável de operações que, cedo ou tarde, ocasionarão crises de toda a ordem. Marx apresenta uma eloquente citação de Gilbert, que em 1834 escreveu:

[...] tudo o que facilita os negócios facilita também a especulação. Negócios e especulação estão, em muitos casos, tão intimamente unidos que é impossível dizer onde exatamente acabam os negócios e onde começa a especulação (MARX, 2017, p. 458).

Este percurso do capitalismo sob a predominância do crédito, também foi acompanhado de um sem-número de crises, na sua maioria crises de superprodução, e outras tantas de caráter monetário. A mais relevante foi a de 1929, que apresentou um duplo caráter: crise de superprodução e crise monetária. O capitalismo experimentou aqui os primeiros reflexos do crédito desregulado, em face da tendência inexorável do capital em valorizar-se por si mesmo, tendência esta que está na

gênese do capital portador de juros. Porém, sob o neoliberalismo, o crédito fácil, abundante e desregulado, as crises são eminentemente monetárias, como a dos “*tigres asiáticos*” em 1998, das corporações “.com” em 2000 e a “*subprime*” em 2008.

A deturpação do crédito sob o neoliberalismo gerou, de um lado, as desmedidas valorizações dos ativos financeiros, e de outro, a anemia do setor produtivo e principalmente a espiral de dívidas intermináveis que assombram as pequenas e médias empresas e mais ainda as famílias. Em seu tempo, Marx já alertava como os bancos são pródigos na sua criatividade:

Há, portanto, uma clara distinção entre os casos em que o cliente solicita e obtém capital do banco e aqueles em que ele apenas recebe dinheiro adiantado ou o compra do banco (MARX, 2017, p. 486).

O que esse modelo faz é vender dinheiro barato e abolir qualquer tipo de regulamento. Pavimenta o caminho para que o capital monetário sobranse se transforme, de um lado, em pletora de capital fictício, e de outro, em dívidas que sugam renda sob a forma de juros. Não há saída nos moldes do neoliberalismo. Ele não está concebido para que o crédito “*desenvolva a mola propulsora da produção capitalista*” (MARX, 2017, p. 499), visa tão somente “*convertê-lo no mais puro e colos-*

sal sistema de jogo e fraude e limitar cada vez mais o número dos poucos indivíduos que exploram a riqueza social” (MARX, 2017, p. 500).

A questão central não é a existência ou não de um setor financeiro. Após séculos acumulando mais-trabalho, não há como conceber o capitalismo atual sem um robusto mercado monetário que administre as enormes somas de capitais acumulados. O capitalismo é, por natureza, “financeirizado”. O fator determinante é a que e a quem o mercado financeiro serve. Sob o neoliberalismo – onde o aparato do Estado é controlado pelos detentores de capital monetário ocioso e seus representantes –, o mercado financeiro exacerba sua autonomia em relação ao ciclo produtivo do capital, atraindo de forma inapelável o capital à conversão em capital fictício. Em tais condições, o caráter do crédito é deturpado, sendo direcionado basicamente a operações fora do ciclo produtivo.

Como o crédito tem como base o capital produtor de juros, sempre estará condicionado e suscetível a todas as mazelas daquele que lhe dá base. Sob o neoliberalismo, desregulado e livre das “amarras do Estado opressor”, ele vive de percorrer caminhos inusitados, todos eles bem longe dos investimentos em novas capacidades produtivas, como observa Hudson:

No mundo real, a maior parte do crédito hoje é gasto para comprar ativos já existentes, não para criar nova capacidade produtiva. Cerca de 80 por cento dos empréstimos bancários no mundo de língua inglesa são hipotecas imobiliárias, e grande parte do saldo é emprestado contra ações e títulos já emitidos (HUDSON, 2012, tradução: Google Tradutor).

Somente um novo poder político, que se estenda aos principais órgãos centralizados de dominação, conseguirá, nas nações dominadas pelo neoliberalismo, realocar o crédito em seu caminho original. Impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, criação de empregos em massa e desconcentração de renda só serão alcançados sob essa condição.

Capítulo 6

O desempenho da manufatura e da indústria sob o neoliberalismo

Com o crédito livre e fluído para o capital fictício, são nefastas as consequências no desempenho da manufatura e da indústria que se manifestam de diversas formas, a começar pela baixa produção de bens de consumo, penalizando as populações que passam a conviver com alta de preços e inflação. Um segundo aspecto, tem caráter econômico e político estratégico, levando em conta os interesses do imperialismo estadunidense. As nações que deprimem sua produção industrial, acabam comprometendo a balança comercial, visto que não exportam bens de valor agregado e, por consequência, precisam importá-los. Geralmente, essa situação acaba por comprometer o balanço de pagamentos, decorrendo disso a necessidade de abertura da conta financeira, de modo a cobrir eventuais saldos negativos em conta corrente. Disso se beneficia a nação detentora da moeda internacional (dólar) sendo também aquela que mais exporta capitais monetários, necessitando assim de mercados transfronteiriços abertos e desregulados.

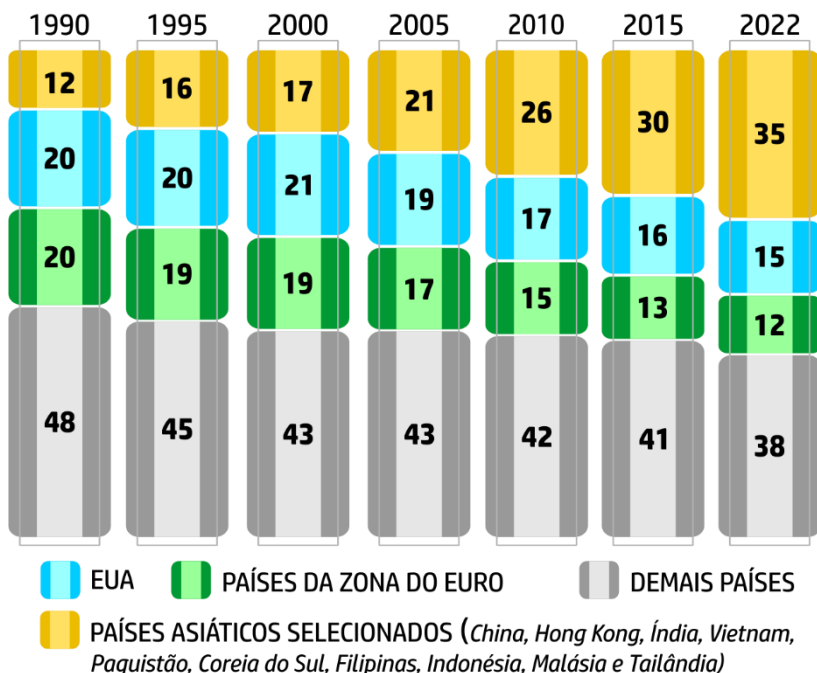
Justamente os dois países líderes do neoliberalismo (EUA e Inglaterra) são os que mais deprimem suas indústrias. As maiores corporações dos EUA, embora com acesso ao crédito, priorizam a recompra de

suas próprias ações, em detrimento dos investimentos para aumentar a produção. No ano de 2022, as 500 maiores empresas dos EUA (*S&P 500*), gastaram cerca de 1,4 trilhão de dólares com recompras e pagamento de dividendos. Desde 2009, a soma das recompras atingiu cerca de 8 trilhões de dólares.

A retração da produção industrial acaba por se refletir no produto interno bruto (PIB) das nações afetadas. Países que nas últimas décadas experimentaram variados graus de desindustrialização, apresentam estagnação nas taxas de evolução do PIB. Do contrário, países que têm incrementado sua produção industrial, são os que contribuem para elevar a média de crescimento do PIB mundial. A seguir apresentamos dados e gráficos que procuram ilustrar essas e outras opiniões até aqui apresentadas.

O gráfico 2 analisa o desempenho de países selecionados e dos EUA em relação às respectivas participações no PIB mundial (medido pela paridade do poder de compra) nos últimos 32 anos. Os países asiáticos selecionados praticamente triplicaram sua participação, ao passo que os EUA passaram de 20% para 15%, a zona do EURO recuou ainda mais, bem como o conjunto dos demais países.

Gráfico 2
Participação no PIB mundial
medido pela paridade do poder de compra
Em percentagem

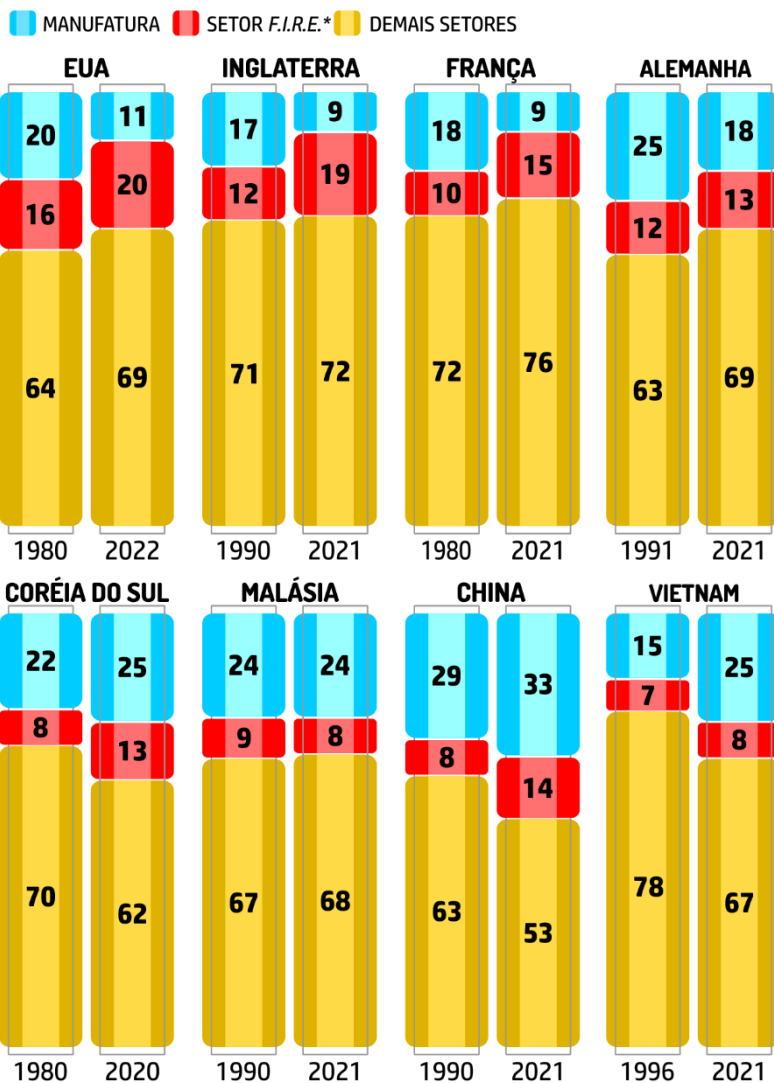


Fonte dos dados: Banco Mundial | <https://databank.worldbank.org/>
 Elaboração própria.

No gráfico 3, para cada país selecionado, cotejamos a contribuição para o PIB do setor de manufatura com o setor *FIRE* e demais setores. Escolhemos inicialmente os quatro países que consideramos os pilares do neoliberalismo (EUA, Inglaterra, França e Alemanha), e a seguir, quatro países asiáticos, sendo dois (Coreia do

Sul e Malásia) onde o capitalismo opera em toda a sua plenitude, porém com o Estado presente na condução dos rumos da economia, e outros dois (China e Vietnã) onde prevalece a economia socialista de mercado. É notório, nos países neoliberais, o achatamento da participação da manufatura, ao passo que o setor *FIRE* cresce, ocupando-se, todavia, em incrementar setores fora da área de produção de bens. Já nos países asiáticos, o aumento ou a estabilidade da manufatura, mostra que, pelo menos parte do setor *FIRE* (setor financeiro), cresceu alocando recursos para a economia real. Essas variações remetem à conclusão de que o crescimento sólido e constante de uma economia é diretamente proporcional à sua produção de bens e serviços de apoio à produção. De outro lado, mostra-se ineficaz a opção neoliberal de desenvolvimento baseado em capital fictício.

Gráfico 3
Participação (%) no PIB | Manufatura x Setor F.I.R.E.*



*Intermediação financeira (*Finance*); Seguros (*Insurance*); Intermediação imobiliária (*Real Estate*)

Fonte: Banco Mundial | <https://databank.worldbank.org/>. Elaboração própria

O gráfico 4 mostra que são os países asiáticos e africanos, e somente um latino que cresceram acima da média mundial, ao passo que todos os países com tendência à hegemonia neoliberal puxam o crescimento mundial para baixo. A maioria dos países latinos, vítimas das políticas neoliberais em grande parte do período analisado, não conseguem imprimir uma evolução consistente de seu produto interno.

O gráfico 5 segue na mesma linha, mostrando que são os países asiáticos e africanos que alcançam o melhor desempenho no crescimento do PIB per capita. Destaca-se que, entre os 10 primeiros países da tabela, 5 figuram entre os 10 mais populosos: Índia, China, Indonésia, Paquistão e Nigéria. Novamente o único país latino a figurar acima da média mundial é a Colômbia. De resto, nenhum país neoliberal consegue crescer acima da média.

Gráfico 4 | Taxa média de crescimento do PIB

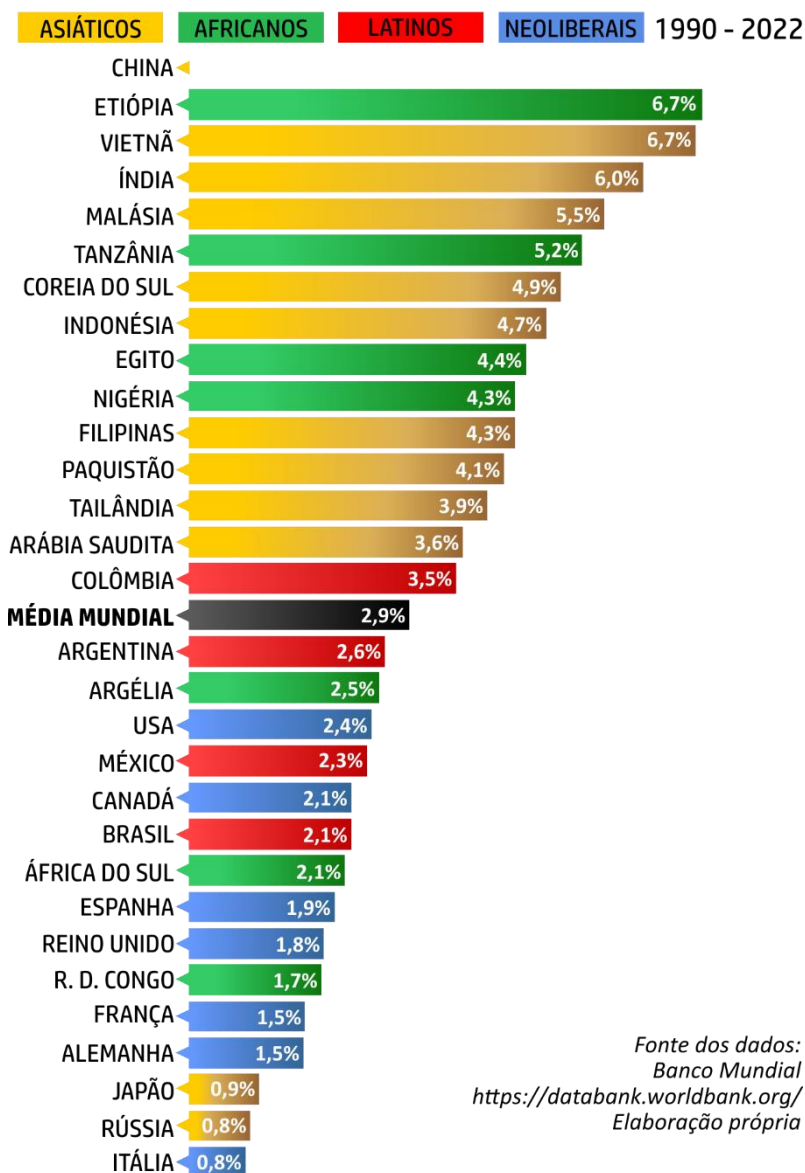
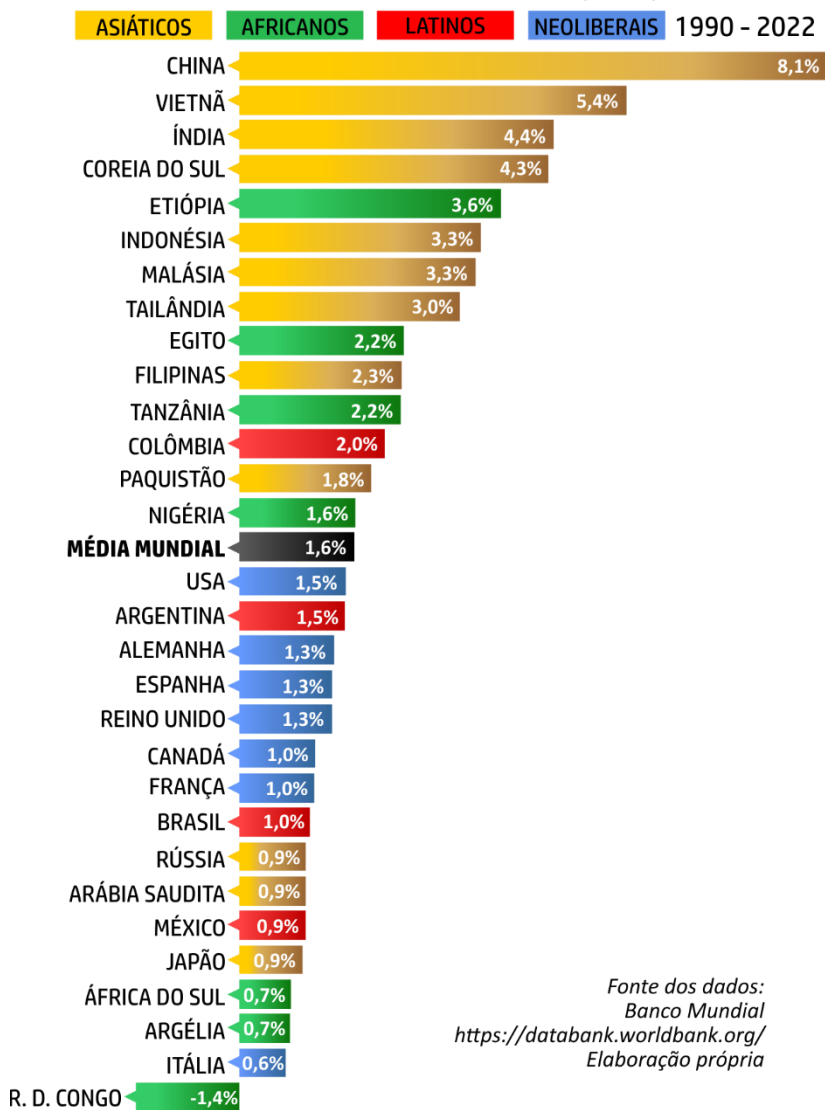


Gráfico 5 | Taxa média de crescimento do PIB *per capita*

Fonte dos dados:
Banco Mundial
<https://databank.worldbank.org/>
Elaboração própria

O gráfico 6 mostra o percentual médio do PIB que é aplicado na formação de novos meios de produção e no incremento aos já existentes. Também aqui, os países asiáticos e africanos despontam como investidores na produção real. Os países neoliberais não conseguem atingir níveis de investimentos que ajudem a incrementar a média mundial, pois se interessam pela especulação em detrimento da produção de bens. Nos últimos 32 anos, os EUA investiram apenas 55% do que a China em formação de capital fixo. A Alemanha, conhecida por seu poderio industrial, investiu cerca de 37% a menos do que a Etiópia. Os países latinos, enredados nas agruras impostas pelo neoliberalismo, não conseguem elevar seus níveis de investimento.

O gráfico 7 é a derradeira demonstração de quais países investem na produção e quais abandonaram essa via. A manufatura reveste-se de suma importância, pois é através dela que se produzem os bens que satisfazem as necessidades humanas. Mais uma vez fica evidente o desprezo do neoliberalismo pela produção de bens. A posição na tabela de países como EUA, França e Reino Unido são incontestes, ao mostrarem percentuais quase irrisórios de participação da manufatura no PIB. Aqui, dois latinos conseguem apresentar percentuais acima da média mundial, e destaca-se o fato de um país africano liderar esse ranking. Dos neoliberais, somente a Alemanha consegue ainda apresentar uma posição pelo menos aproximada em relação à grandeza da sua economia.

Gráfico 6 | Taxa média de formação bruta de capital fixo

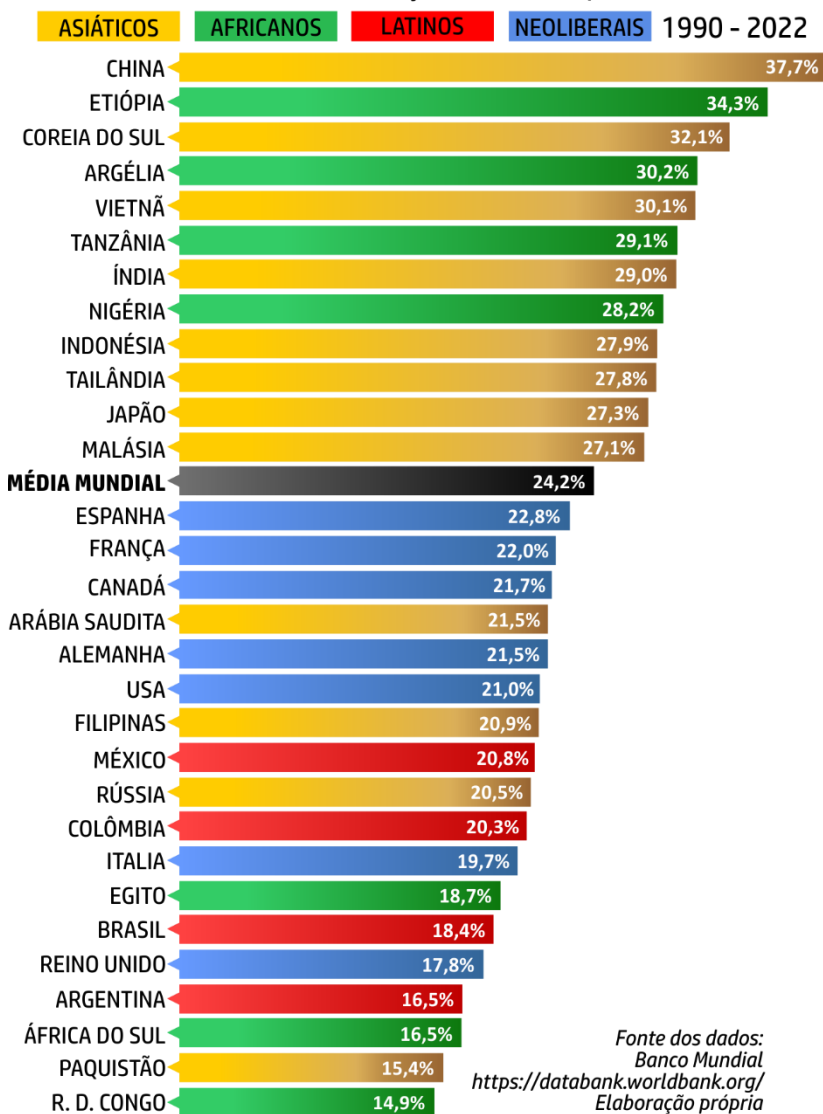
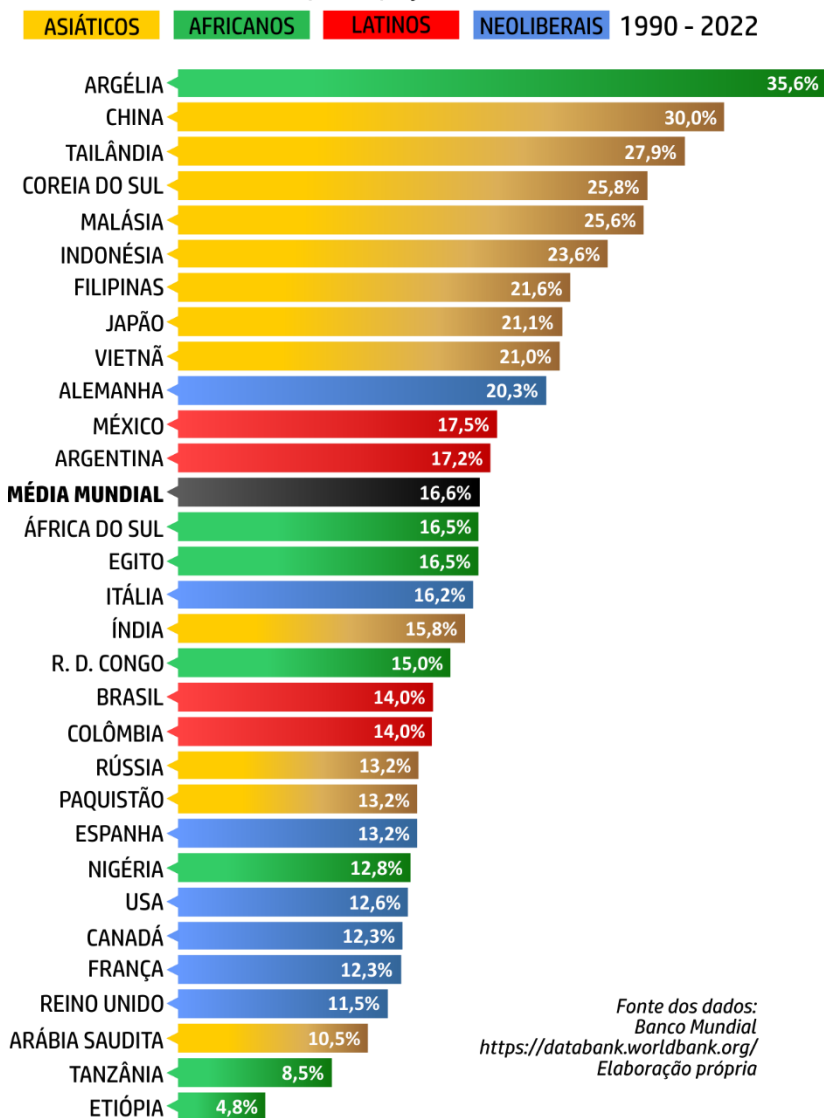


Gráfico 7 | Taxa média de participação da manufatura no PIB



Capítulo 7

Relação das nações com o neoliberalismo

É possível obter algumas revelações de como uma nação está posicionada diante do neoliberalismo, pelo exame de seu balanço de pagamentos³. As contas externas são as mais afetadas pela globalização que esse sistema impõe.

Elencamos doze países, em estágios diferentes de desenvolvimento e com posicionamentos políticos diversos. O 12º país é o Brasil, que é analisado em detalhes no capítulo 9. A fonte dos dados é o Banco Mundial, disponível em: <https://databank.worldbank.org/> e a elaboração das tabelas é nossa.

EUA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	-761.868	-749.801	-799.343	-878.749	-857.260	-912.875	-1.083.511	-1.183.010
Serviços	271.092	270.343	282.404	300.155	297.865	259.995	241.938	231.822
Renda Primária	185.205	196.442	257.942	255.275	247.400	180.968	149.930	148.553
Renda Secundária	-102.882	-113.199	-108.618	-116.530	-129.756	-125.227	-139.802	-168.960
Transações Correntes	-408.453	-396.215	-367.615	-439.849	-441.751	-597.139	-831.445	-971.595
Conta Capital	-7.940	-6.606	12.394	-4.261	-6.456	-5.610	-2.511	-4.603
Conta Financeira	402.147	398.317	365.920	444.853	446.411	606.107	945.703	977.409
Erros e omissões	29.993	40.394	-18.016	141.238	-110.149	-66.182	45.122	171.406
Ativos de Reserva	-6.306	2.102	-1.695	5.004	4.660	8.968	114.258	5.814
Reservas internacionais	383.728	405.942	451.285	449.907	516.701	628.370	716.152	706.644

³ Para uma melhor compreensão sobre a estrutura do balanço de pagamentos, consulte o capítulo 9.

Os EUA é um caso à parte, pois não se trata de identificar como se defende diante do neoliberalismo, e sim como se beneficia. O balanço começa com um gigantesco déficit crônico na balança comercial. Segue a balança de serviços, historicamente positiva, mas insuficiente para compensar os prejuízos no comércio de bens. A renda primária também é positiva, fruto da drenagem a título de lucros e dividendos que os monopólios norte-americanos canalizam de vários países. A renda secundária é negativa, em função do elevado contingente de trabalhadores estrangeiros que remetem divisas para seus países de origem. Tudo isso resulta em prejuízos sistemáticos em transações correntes, mas que são amplamente compensados pelo saldo positivo da conta financeira, fruto do prestígio que ainda gozam os títulos fiduciários do Tesouro, abrigo “seguro” para especuladores receosos e base para a formação de reservas internacionais das demais nações, além dos fluxos de capital monetário para todo tipo de especulações no mercado financeiro. A conta ativos de reserva, onde é registrado o resultado do balanço de pagamentos, é indiferente somente para os EUA, bem como o montante das reservas internacionais, visto tratar-se do país que tem ampla liberdade para a emissão de dólares.

Reino Unido	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	-193.224	-189.139	-181.887	-191.203	-189.482	-172.739	-232.548	-288.479
Serviços	144.605	136.435	142.944	147.321	143.275	181.034	193.985	177.193
Renda Primária	-63.686	-64.606	-29.051	-39.187	-985	-60.643	16.119	16.615
Renda Secundária	-36.403	-32.264	-28.885	-33.922	-33.586	-35.466	-24.609	-26.711
Transações Correntes	-148.708	-149.574	-96.879	-116.992	-80.779	-87.814	-47.054	-121.382
Conta Capital	-2.836	-2.055	-2.321	-3.585	-1.689	-3.924	-3.071	-3.609
Conta Financeira	191.923	172.810	102.850	146.486	100.911	104.924	47.383	80.920
Erros e omissões	-9.063	-12.532	3.878	-1.573	-19.605	-17.410	26.105	42.341
Ativos de Reserva	31.316	8.649	7.527	24.335	-1.162	-4.224	23.364	-1.730
Reservas internacionais	148.109	134.932	150.858	172.658	173.569	180.054	194.181	176.410

A combalida economia inglesa reflete-se primeiramente no déficit na balança comercial, fruto de sua permanente desindustrialização nas últimas décadas. Como os EUA, os saldos positivos em serviços são relevantes, mas não cobrem o prejuízo anterior. A renda primária apresenta um comportamento errático e de difícil interpretação. Contribui para isso o fato de a Inglaterra ser um paraíso fiscal, o que, em conjunto com as variações bruscas das taxas cambiais, influenciam os detentores dessas rendas de lucros e dividendos para ora enviarem valores para a Inglaterra, ora enviarem para outros países, conforme for mais vantajoso financeiramente. A renda secundária negativa também é motivada pelo grande número de trabalhadores estrangeiros remetendo valores para seus países de origem. Os relevantes déficits em transações correntes são compensados ou amenizados pela conta financeira, fruto do robusto mercado financeiro da *City Londrina*, e pelos pe-

sados investimentos diretos que os EUA mantêm na Inglaterra. O saldo final do balanço é geralmente positivo, e as reservas razoáveis, porém aquém do status da economia inglesa – metade das reservas do Brasil, por exemplo –.

China	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	576.191	488.883	475.941	380.074	392.993	511.103	562.706	668.633
Serviços	-218.320	-233.146	-258.932	-292.168	-261.149	-152.530	-101.212	-92.303
Renda Primária	-52.199	-54.880	-16.478	-61.365	-39.184	-118.192	-124.476	-193.607
Renda Secundária	-12.649	-9.520	-11.856	-2.410	10.250	8.455	15.868	19.132
Transações Correntes	293.022	191.337	188.676	24.131	102.910	248.836	352.886	401.855
Conta Capital	316	-344	-91	-569	-327	-76	94	-310
Conta Financeira	-434.462	-416.070	109.537	172.682	7.308	-61.147	-30.288	-211.028
Erros e omissões	-201.816	-218.587	-206.606	-177.358	-129.181	-158.763	-134.466	-90.557
Ativos de Reserva	-342.939	-443.665	91.516	18.887	-19.291	28.850	188.226	99.961
Reservas internacionais	3.405.253	3.097.658	3.235.682	3.168.216	3.222.895	3.357.241	3.427.931	3.306.839

O balanço de pagamentos da China revela toda a altivez de uma nação absolutamente soberana na escolha de seus destinos. A partir de 1990, abriu a economia para o investimento externo, porém manteve absoluto controle sobre o fluxo de capitais. Decorrente de sua sólida industrialização, alcança elevados superávits na balança comercial, suficientes para obter saldo positivo em transações correntes. Apresenta conta de serviços deficitária, mas claramente caminha para a autossuficiência. A renda primária negativa é explicada pelos volumosos investimentos estrangeiros, o que determina que a China tenha que flexibilizar a saída de lucros e

dividendos, pois do contrário não receberia tais investimentos. A conta financeira é movimentada basicamente por investimentos diretos, pois a China é grande receptora e também uma grande investidora, principalmente àqueles referentes à Iniciativa Cinturão e Rota, o que explica os saldos ora positivos, ora negativos. As reservas são extremamente robustas, as maiores entre todas as nações, e sabidamente vão sendo gradualmente convertidas em outros ativos fora do dólar.

Rússia	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	148.398	90.215	114.558	195.058	165.845	93.441	190.337	307.978
Serviços	-37.152	-23.959	-31.323	-30.082	-36.517	-16.788	-20.234	-22.200
Renda Primária	-37.749	-35.496	-42.053	-40.392	-53.521	-35.005	-43.016	-44.373
Renda Secundária	-5.720	-6.291	-9.003	-8.904	-10.180	-6.276	-4.825	-8.386
Transações Correntes	67.777	24.469	32.179	115.680	65.627	35.373	122.263	233.019
Conta Capital	-309	-764	-192	-1.104	-264	-94	125	-4.580
Conta Financeira	-68.625	-10.063	-11.942	-78.489	3.074	-52.829	-58.923	-258.659
Erros e omissões	2.859	-5.400	2.584	2.110	-1.952	3.796	103	-1.634
Ativos de Reserva	1.702	8.242	22.628	38.197	66.484	-13.754	63.567	-31.854
Reservas internacionais	319.835	317.544	356.084	381.575	443.970	457.018	497.554	445.784

Apesar das sanções impostas pelos EUA e seus aliados, a Rússia apresenta um balanço de contas externas absolutamente saudável. O elevado déficit da conta financeira em 2022 deve-se ao confisco de 300 bilhões de dólares de suas reservas, engendrado pelos EUA, Alemanha, França e Inglaterra. No entanto, o grande superávit na balança comercial amenizou, sobremaneira, esse prejuízo, resultando em uma diminui-

ção de apenas 48 bilhões de dólares das reservas internacionais. Para proteger-se dessas e de outras hostilidades, a economia russa tem levado a efeito um profundo programa de substituição de importações, resultando em avanço substancial da industrialização, o que deverá melhorar ainda mais o resultado de seu balanço de pagamentos.

Coréia do Sul	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	120.275	116.462	113.593	110.087	79.812	80.605	75.731	15.061
Serviços	-14.626	-17.338	-36.734	-29.369	-26.845	-14.670	-5.287	-5.548
Renda Primária	4.455	4.567	5.337	4.902	12.856	13.487	19.445	22.884
Renda Secundária	-6.965	-8.153	-6.147	-3.519	-4.661	-2.567	-3.258	-5.317
Transações Correntes	105.119	97.924	75.231	77.467	59.676	75.902	85.228	29.831
Conta Capital	-60	-46	-27	317	-169	-386	-155	1
Conta Financeira	-90.905	-92.310	-80.159	-58.978	-57.561	-63.991	-63.642	-66.711
Erros e omissões	-2.101	2.048	9.312	-1.310	-480	5.867	-6.582	9.001
Ativos de Reserva	12.053	7.615	4.357	17.496	1.466	17.392	14.849	-27.877
Reservas internacionais	148.109	134.932	150.858	172.658	173.569	180.054	194.181	176.410

A Coréia do Sul é exemplo de um país que, não raro, subordina-se politicamente ao imperialismo dos EUA, mas conduz sua economia de forma ativa e soberana. Historicamente, o Estado desempenha papel ativo no planejamento e na condução da economia. Após a crise financeira de 1998, a Coréia adotou medidas para desestimular o fluxo de capitais especulativos. Construiu um robusto parque industrial voltado principalmente para a produção de bens de médio e alto valor agregado e que dá base para manter os superávits na balança

comercial. A diminuição do saldo em 2022, deu-se em função do aumento das importações – principalmente petróleo – sendo que as exportações seguiram em alta. A conta financeira negativa reflete os pesados investimentos diretos no exterior efetuados pelas grandes corporações coreanas, principalmente dos setores de veículos e eletrônicos. Os investimentos externos também explicam os saldos positivos da conta de renda primária, fruto do ingresso de lucros e dividendos vindos do exterior. Com isso, a conta corrente mantém ano a ano um saldo positivo suficiente que permite à Coreia abdicar de fluxos financeiros especulativos para o fechamento do balanço de pagamentos. Por fim, as reservas apresentam montante suficiente para fazer frente a eventuais oscilações nas contas externas.

Índia	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	-136.884	-107.476	-148.134	-186.692	-157.678	-95.450	-176.721	-268.501
Serviços	73.635	65.896	75.923	80.774	84.226	87.108	102.681	132.536
Renda Primária	-23.360	-27.361	-26.423	-29.757	-29.378	-32.045	-37.620	-41.787
Renda Secundária	64.153	56.827	60.467	70.075	73.067	73.117	78.237	97.319
Transações Correntes	-22.457	-12.114	-38.168	-65.599	-29.763	32.730	-33.422	-80.433
Conta Capital	37	137	37	-123	-1.156	-1.056	-308	-60
Conta Financeira	67.659	29.340	76.630	60.233	86.128	69.768	100.011	52.066
Erros e omissões	-1.174	-1.624	-1.429	1.711	558	2.412	783	-2.184
Ativos de Reserva	44.065	15.739	37.071	-3.778	55.768	103.853	67.064	-30.610
Reservas internacionais	353.319	361.694	412.614	399.167	463.470	590.227	638.485	567.298

A Índia inicia seu balanço com déficits crônicos na balança comercial, devido principalmente às pesadas

importações de energia (petróleo e carvão). A economia indiana é forte em serviços, com destaque para comunicações, computação e telecomunicações, proporcionando um relevante saldo positivo no balanço. A renda primária negativa reflete pesadas remessas de lucros e dividendos baseados principalmente nos investimentos externos na área de serviços. O grande contingente de trabalhadores indianos no exterior que efetuam transferências pessoais, explica o robusto saldo da conta de renda secundária. O resultado até aqui é geralmente de prejuízo em transações correntes, compensado pela conta financeira através principalmente de investimentos externos na área de serviços. Embora necessite manter a conta financeira aberta aos ingressos de capitais estrangeiros de toda ordem, a Índia canaliza os resultados positivos do balanço de pagamentos para formar robustas reservas, que garantem estabilidade financeira.

Argentina	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	-785	4.416	-5.447	-743	18.234	14.631	18.696	12.353
Serviços	-5.815	-8.452	-9.695	-8.935	-4.843	-2.538	-3.643	-6.833
Renda Primária	-12.105	-12.192	-16.380	-18.650	-17.732	-10.119	-9.826	-11.321
Renda Secundária	371	1.245	849	1.147	1.481	2.013	484	581
Transações Correntes	-18.333	-14.983	-30.674	-27.182	-2.861	3.987	5.711	-5.220
Conta Capital	52	366	173	111	284	163	239	177
Conta Financeira	14.304	28.167	45.328	11.069	-33.087	-11.675	-513	7.856
Erros e omissões	-928	775	-295	-1.063	-1.911	612	-2.409	-2.785
Ativos de Reserva	-4.905	14.325	14.532	-17.065	-37.575	-6.913	3.027	28
Reservas internacionais	25.521	38.415	55.314	66.222	44.881	39.404	39.653	44.795

A Argentina é caso clássico de debilidade crônica em praticamente todo o seu balanço. A balança comercial, quando positiva, não é suficiente para proporcionar resultado geral para gerar reservas. Serviços e renda primária sempre deficitários. A conta financeira revela o jogo cruel do capital externo especulativo, sempre jogando para obter vantagens financeiras fruto de manobras especulativas contra a moeda nacional. É o país que mais vezes recorreu ao FMI, com quem possui atualmente uma dívida de aproximadamente 40 bilhões de dólares, cujas reservas são insuficientes para saldar a dívida e manter a saúde financeira das contas externas.

México	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	-14.612	-13.082	-10.984	-13.768	5.168	34.151	-10.915	-26.620
Serviços	-11.211	-10.607	-11.704	-12.886	-10.296	-15.472	-15.020	-14.839
Renda Primária	-30.737	-29.221	-29.469	-32.695	-36.583	-36.688	-33.619	-30.032
Renda Secundária	24.296	27.094	30.143	33.251	36.133	40.796	51.345	58.068
Transações Correntes	-32.264	-25.814	-22.014	-26.098	-5.578	22.787	-8.209	-13.423
Conta Capital	-102	35	150	-65	-56	-13	-48	-72
Conta Financeira	18.303	32.765	28.535	31.645	18.618	-9.351	11.206	11.404
Erros e omissões	-1.604	-7.122	-11.440	-5.005	-10.343	-1.425	7.355	712
Ativos de Reserva	-15.667	-137	-4.770	478	2.641	11.997	10.303	-1.380
Reservas internacionais	177.597	177.974	175.470	176.390	183.056	199.069	207.799	201.119

O México defende seu balanço de uma forma um tanto inusitada: através da conta de renda secundária, incrementada pelas remessas pessoais de mexicanos trabalhando principalmente nos EUA. As três contas iniciais do balanço são, via de regra, negativas e ocasio-

nam sistemáticos déficits em transações correntes. A conta financeira compensa o prejuízo com entradas tanto para investimento direto quanto para capitais especulativos. Com isso, consegue manter um nível satisfatório de reservas internacionais.

Vietnam	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	7.374	11.042	10.846	16.540	21.494	30.708	17.697	25.717
Serviços	-4.765	-4.258	-4.030	-3.680	-2.351	-10.287	-15.734	-12.624
Renda Primária	-12.151	-14.144	-16.993	-15.818	-15.283	-14.817	-16.097	-19.728
Renda Secundária	7.501	7.985	8.528	8.857	9.241	9.456	10.322	5.561
Transações Correntes	-2.041	625	-1.649	5.899	13.101	15.060	-3.812	-1.074
Conta Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta Financeira	967	10.727	20.029	8.470	19.378	8.486	32.487	9.470
Erros e omissões	-4.958	-2.962	-5.835	-8.334	-9.221	-6.912	-12.812	-31.135
Ativos de Reserva	-6.032	8.390	12.545	6.035	23.258	16.634	15.863	-22.739
Reservas internacionais	28.250	36.527	49.076	55.453	78.335	94.834	109.371	86.540

O Vietnã tem sido a nação que apresenta um dos maiores crescimentos do PIB nos últimos anos. O saldo positivo da balança comercial vem se consolidando, devido principalmente à exportação de bens industrializados. Atualmente já é o 4º país em exportação de eletrônicos, superando nações como Alemanha, EUA e Japão. Economia de mercado socialista, está aberta ao investimento estrangeiro direto, o que explica o déficit em renda primária. A conta financeira também reflete essa realidade, com ingresso constante de capital externo exclusivamente para investimentos produtivos. Tem mantido um nível de reservas internacionais compatível com a grandeza de sua economia, e com valores sufici-

entes para fazer frente a eventuais desajustes no balanço de pagamentos.

Tailândia	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	26.116	35.776	32.581	22.388	26.725	40.402	32.354	10.814
Serviços	15.564	20.275	24.296	22.535	24.323	-14.469	-32.433	-22.132
Renda Primária	-20.622	-19.427	-20.462	-24.458	-19.973	-11.056	-18.009	-14.771
Renda Secundária	6.695	6.814	7.537	8.015	7.182	6.057	7.442	8.859
Transações Correntes	27.753	43.438	43.952	28.479	38.256	20.933	-10.646	-17.230
Conta Capital	0	13	-112	-611	4	43	0	35
Conta Financeira	-21.455	-30.302	-16.933	-18.887	-23.029	-1.729	6.172	7.295
Erros e omissões	-439	-305	-950	-1.717	-1.648	-891	-2.622	-361
Ativos de Reserva	5.859	12.844	25.956	7.264	13.584	18.356	-7.096	-10.261
Reservas internacionais	156.460	171.772	202.538	205.641	224.356	258.104	246.025	216.501

A balança comercial apresenta saldos positivos robustos, centrado em exportações de produtos industriais como máquinas e equipamentos, produtos químicos e eletrônicos, onde ocupa a 5ª posição entre os países exportadores. O recuo em 2021 e 2022 deve-se ao aumento nos valores importados de petróleo e gás. A conta de serviços passou a ser deficitária nos últimos três anos, ocasionado pelo aumento nas contratações de fretes e recuo nas receitas de turismo. A renda primária é negativa em face das remessas de lucros e dividendos que decorrem dos investimentos estrangeiros diretos. Renda secundária positiva por transferências pessoais. A conta corrente é superavitária, à exceção dos últimos três anos pelos motivos arrolados acima. A conta financeira reflete investimentos diretos no exterior, com recuo nos últimos três anos. Possui reservas internacio-

nais robustas que lhe confere posição confortável para enfrentar eventuais desajustes.

Malásia	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	27.944	24.535	27.316	28.426	30.123	32.829	41.127	38.380
Serviços	-5.232	-4.544	-5.328	-4.371	-2.622	-11.225	-14.657	-10.406
Renda Primária	-8.147	-8.356	-8.999	-11.140	-9.527	-6.811	-10.006	-14.534
Renda Secundária	-5.497	-4.502	-4.029	-4.888	-5.179	-655	-2.321	-2.952
Transações Correntes	9.068	7.133	8.960	8.026	12.795	14.138	14.143	10.487
Conta Capital	-309	27	-6	-22	89	-100	-137	-104
Conta Financeira	-15.003	103	-970	3.335	-8.824	-18.388	3.310	3.765
Erros e omissões	-8.273	-5.811	-4.051	-13.109	-5.724	-270	-6.182	-2.148
Ativos de Reserva	-14.518	1.452	3.932	-1.770	-1.663	-4.619	11.134	12.000
Reservas internacionais	95.282	94.481	102.447	101.453	103.630	107.644	116.916	114.659

O balanço da Malásia guarda similaridade com o da Tailândia, sem, no entanto, sofrer os sobressaltos na balança comercial devido a importações de petróleo, visto possuir reservas suficientes para não comprometer seu saldo comercial. Há duas décadas a Malásia tem mantido a posição de 5º maior exportador de eletrônicos. O déficit da conta de serviços cresce substancialmente, devido à redução drástica nas receitas de turismo. A renda primária é negativa em face das remessas de lucros e dividendos, que cresceram de forma consistente nos últimos dois anos. Aqui a renda secundária é negativa, em função de transferências pessoais. Os saldos positivos em transações correntes proporcionam que o país tenha soberania para gerenciar a conta financeira, além de manter um nível de reservas internacionais confortável.

Capítulo 8

A herança do neoliberalismo

a) No mundo do trabalho

A partir do fim dos chamados “trinta anos gloriosos”⁴ de desenvolvimento capitalista nos países centrais (do pós-guerra até meados dos anos 70), a economia mundial entrou em recessão sem que deixasse de ocorrer um agudo processo inflacionário, – fenômeno denominado à época como “estagflação”⁵ – algo que surgia como um paradoxo para a teoria econômica clássica. O choque dos petrodólares⁶ foi o motivo mais apontado como a causa da crise, porém, na realidade, suas raízes eram mais profundas e ela não se resolveria por medidas emergenciais. A desorganização do sistema monetária-

⁴ A expressão “Trinta anos gloriosos” designa o período de 1945 a 1975 onde houve um forte crescimento econômico na maioria dos países desenvolvidos, em especial os países membros da OCDE.

⁵ O termo “estagflação”, criado em 1965, junta as palavras “estagnação” e “inflação” designando uma situação até então inédita e surpreendente para os economistas clássicos, já que, naquele momento, em muitos países começava a ocorrer uma alta acelerada dos preços em meio a uma queda acentuada da atividade econômica.

⁶ Entre 1973 e 1980, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou consideravelmente os preços do barril de petróleo, criando enormes problemas de inflação aos países industrializados, levando a um aumento das taxas de juro por bancos e Governos, causando a recessão e a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo.

rio internacional causada pela queda da paridade do dólar já havia levado a um acirramento sem precedentes da competição internacional⁷ e, a partir daí, a inflação e a recessão tomaram conta da maioria dos países industrializados. Tratava-se de uma profunda crise de reprodução do capital que se expressava, ao nível das grandes empresas transnacionais, em uma substancial queda da taxa de lucro.

A sustentabilidade de caráter virtuoso do paradigma de desenvolvimento fordista estava baseada na errônea concepção de que seria possível manter um crescimento econômico por tempo indefinido, ilusão que se desvaneceu por sucessivas crises que já anunciavam o esgotamento do ímpeto desenvolvimentista, confirmando a ideia de que crises de superprodução impunham um limite estrutural ao capitalismo. Da crise dos anos 70 em diante o capitalismo mundial passa a um “estado permanente de crise”, em que uma constante instabilidade financeira é sistematicamente atacada por fortes ajustes macroeconômicos marcados por agressivas políticas de reestruturação industrial que levam a uma feroz competição pelos mercados internacionais.

⁷ Autores como Brenner sustentam ter a vertiginosa queda da taxa de lucros decorreu da alta competitividade criada por potências globais emergentes que logram reduzir consideravelmente seus custos de produção em comparação com países de desenvolvimento anterior, como os Estados Unidos (BRENNER, 2003, p. 56).

No plano interno dos países afetados pela nova ordem da economia mundial, rompeu-se o pacto de classes que sustentava o modelo do desenvolvimento nacional. Assim um modelo de crescimento do pós-guerra baseado na produção e no consumo massivos, na criação de infraestruturas urbanas e na extensão dos serviços públicos de bem-estar social passa a ser questionado, surgindo no bojo de uma crítica neoliberal de que a crise é fruto de uma intervenção excessiva do Estado.

Surgem fortes ataques ao crescimento do gasto social, acusado de comprometer a eficiência da economia de mercado. Na realidade, terminado o ciclo de bonança – quando a distribuição dos frutos do crescimento ocorria sem traumas –, começa o ciclo da dura competição pelos escassos rendimentos da fase recessiva. Um substancial incremento dos lucros empresariais é apresentado como a chave para a recuperação econômica, elegendo-se os custos laborais e as cargas fiscais como os alvos preferidos de uma cruzada pela recuperação da saúde financeira das empresas.

Teoricamente, a queda da taxa de lucro foi explicada por Marx e Engels como uma tendência geral no desenvolvimento capitalista, pela qual recorrentes e periódicas crises do capitalismo evidenciam que este, à medida em que cresce, mais rápido caminha para sua superação como forma de organização política, econômi-

ca e social. Esta seria a principal – e inevitável – razão para a tendência de queda do lucro na indústria ao longo do tempo, algo que poderia ser compensado (mas não evitado) por medidas que se contrapusessem a tal tendência, sendo a principal delas a exploração mais intensa do trabalho, elevando a taxa de produção de mais-valor⁸. A crise de superprodução dos anos 70 surgiu, assim, como uma inevitabilidade do desenvolvimento anárquico capitalista, mas, ao contrário do que se poderia a princípio esperar, não levou à superação do regime econômico ou a reformas socializantes, mas a uma regressão sem precedentes do próprio capitalismo.

Foi assim que, mesmo ao preço de aprofundar e acelerar suas crises cíclicas, o capitalismo “dobrou a aposta”, utilizando diversas estratégias que levaram à reversão da queda tendencial da taxa de lucro por meio da ampliação da exploração do trabalho e, consequentemente, do aumento da extração do mais-valor.

⁸ Essencialmente, Marx e Engels argumentaram que, mantendo-se a mesma demanda e adotados meios de produção mais eficientes, aumenta a composição orgânica do capital, diminuindo a quantidade de trabalho (mão de obra) necessária para obtenção da mesma quantidade de mercadoria produzida. Assim, como o valor produzido está diretamente vinculado à quantidade de trabalho incorporado à produção, sua diminuição leva também a uma queda na remuneração do capital investido (taxa de lucro).

Tudo se fez com a participação decisiva do Estado⁹ que viabilizou a transferência para terceiros de parte dos custos de produção, “externalizando” toda sorte de gastos (custos sociais, de saúde, ambientais, de segurança, infraestrutura, entre outros) e garantindo a lucratividade das empresas por meio de subsídios e favorecimentos creditícios. E num contexto de desterritorialização do capital, com significativa redução do controle do Estado sobre a especulação das grandes empresas multinacionais.

Os empresários apostaram na elevação da produtividade pela elevação da taxa de exploração do mais-valor e pela ruptura de compromissos assumidos com os trabalhadores.

Em uma corrida vertiginosa pela redução dos custos de produção, a existência de um enorme “exército de reserva” constituído pela massa dos desempregados não foi o único fator de pressão sobre os salários. Também a migração dos parques produtivos para países que ofereciam menos custos salariais contribuiu para desmontar os direitos trabalhistas e destruir o poder dos sindicatos mesmo nos países desenvolvidos. Importante também, a aceleração da tendência de concentração

⁹ Ao contrário do que é propalado, o capitalismo neoliberal não pode prescindir do Estado, que lhe garante o arranjo mais produtivo possível, omitindo-se deliberadamente em suas responsabilidades regulatórias.

empresarial, que se fez tanto horizontal (com a cartelização que permite grande autonomia na fixação dos preços) como verticalmente (“espremendo” os custos da cadeia produtiva), propiciando o incremento do lucro. Porém a principal – e mais eficiente – forma de aumentar a taxa de exploração do trabalho se fez tanto na forma direta pela redução dos salários, como na indireta, pelo aumento “a frio” da produtividade, de sorte que se logrou simplesmente que os trabalhadores trabalhassem mais percebendo menos.

Para tanto, um novo modelo produtivo foi adotado, abandonando-se o modelo fordista por novas formas que implicaram em drástica redução dos custos laborais, com severas repercussões no mundo do trabalho. Surgiu o “toyotismo”, sistema que prega a adequação estrita da produção à demanda e, assim, combina racionalização produtiva com larga “automatização flexível”¹⁰ das etapas da produção, reduzindo bastante a necessidade quantitativa de mão-de-obra¹¹ e elevando sig-

¹⁰ A “automação flexível” combina a aplicação da informática aos sistemas industriais com a elevada adaptabilidade obtida por processos que permitem a produção de diferentes produtos sem grandes alterações físicas ou reprogramações complexas.

¹¹ Simultaneamente à introdução de máquinas cada vez mais modernas passou-se a exigir trabalhadores mais qualificados e multifuncionais, que se comprometessem e se responsabilizassem com aumentos contínuos da produtividade. Ainda que houvesse um aumento dos salários médios, houve uma redução significativa dos custos do trabalho.

nificativamente a produtividade. A tônica foi a intensificação do trabalho, que se caracterizou não apenas pelo aumento do ritmo da produção (sujeitando ainda mais o trabalhador à máquina, algo que foi uma das características do modelo produtivo anterior – o fordismo), mas também por uma obsessão pelo aproveitamento máximo do tempo pago (“*just in time*”¹²), passando a exigir toda sorte de flexibilização dos direitos trabalhistas e reduções constantes do valor real dos salários.

As alterações agressivas na gestão do trabalho¹³ e a introdução generalizada da automação produtiva constituíram, por si só, ameaças permanentes aos trabalhadores que, acuados por políticas agressivas de *downsizing*¹⁴, passaram a aceitar acordos que, sucessivamente, representavam menores ganhos – e aumento da extração do mais-valor.

¹² Técnica de gestão produtiva em que se pretende uma racionalização através da utilização da quantidade exata do necessário para a produção, transporte ou compra, de forma a satisfazer as necessidades do cliente no momento certo, levando a redução dos estoques e dos custos produtivos.

¹³ Sob a constante pressão psicológica de perda do emprego, o trabalhador foi incentivado a “lutar pelo seu posto de trabalho” e a demonstrar comprometimento com os interesses da empresa, o que se convencionou denominar a “captura da subjetividade do trabalhador” (ALVES, 2011, p. 168).

¹⁴ “Downsizing” é a estratégia de gestão que visa reduzir os custos nas organizações através do “enxugamento” de pessoal, em geral através de demissões em massa.

O impacto sobre o mundo do trabalho foi devastador.

Conforme Jorge Mattoso (1995, p. 77), criou-se uma imensa insegurança no trabalho, assumindo cinco aspectos principais: insegurança no mercado laboral, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho.

A insegurança no mercado laboral consistiu na incerteza de pertencer ou não a ele, resultando no excesso de oferta de mão-de-obra, assim como no incremento das desigualdades frente ao desemprego. O fenômeno do desemprego não é um produto da natureza, mas o efeito de determinadas políticas públicas que se podem caracterizar como portadoras de um déficit de atuação estatal e, assim, permitem um alto nível de desocupação como decorrência do abandono do pleno emprego como prioridade de governo. Como nunca se viu, a existência de um enorme “exército industrial de reserva” jogou para baixo o valor real dos salários. Os setores mais atingidos foram os jovens, as mulheres, os idosos e os trabalhadores menos qualificados.

A insegurança no emprego centrou-se na introdução, em praticamente todos os países avançados de facilidades para as demissões. A proteção contra a despedida imotivada é uma das peças-chave do sistema proteti-

vo, uma vez que a instabilidade no emprego (e o risco de perder o emprego por mero exercício da vontade patronal) torna o empregado bastante mais vulnerável em sua relação com o empregador. Ademais, passou-se a admitir a contratação a título precário (eventuais ou temporais), tornando-se esse coletivo um número percentual expressivo da massa assalariada. Houve, em praticamente todos os países, uma redução significativa dos postos de trabalho estáveis, ao mesmo tempo que proliferaram as modalidades chamadas “atípicas”, em muitos casos, legalmente fomentadas por políticas públicas específicas, a pretexto de combater o desemprego: trabalho temporário, por tempo determinado, eventual, por tempo parcial, a domicílio, de aprendizagem, para estágio ou autônomo. Merece especial ênfase o aumento da terceirização e da contratação de trabalhadores autônomos, dois aspectos de um mesmo fenômeno de externalização dos custos e dos riscos da atividade empresarial. O desmonte da fiscalização do trabalho e as restrições ao acesso à Justiça aumentaram a informalidade e o descumprimento da legislação trabalhista.

Paralelamente, observa-se uma jurisprudência cada vez mais restritiva no reconhecimento da existência da relação empregatícia (“fuga da relação de empre-

go”¹⁵). Acresça-se, ainda, o efeito fracionador sobre o mundo do trabalho que implicam as tendências empresariais à desconcentração e ao fortalecimento do setor terciário. A adoção de políticas de fomento a pequenas empresas é outro fator de desproteção na relação de emprego. A título de resumo, pode-se dizer que, sob a justificativa de redução dos custos laborais, a política flexibilizadora/precarizadora optou resolutamente pela destruição do paradigma do trabalho fixo e a tempo completo, por meio da introdução de uma enorme gama de trabalhos atípicos e por crescentes facilidades para o empresário romper injustificadamente o contrato de trabalho. A redução dos custos trabalhistas foi o efeito econômico desejado e alcançado por sucessivas reformas laborais que se seguiram em praticamente todos os países a partir dos anos 70.

A insegurança na renda é consequência das inseguranças anteriores que geraram uma maior variabilidade e instabilidade dos salários, que se tornam mais suscetíveis à situação econômica. Adotaram-se sistemas flexíveis de pagamento, tornando os salários mais dependentes da situação de cada empresa e se assiste ao retorno de antigas formas remuneratórias (como o salá-

¹⁵ Trata-se de uma migração para formas autônomas de prestação de serviço, normalmente precarizadas e/ou informais, sempre com o objetivo de redução dos custos do trabalho.

rio por peça produzida). Transformando parte da remuneração em prêmios, criou-se uma competição entre os próprios trabalhadores, quebrando-se a solidariedade de classe. Concomitantemente com o retorno de fórmulas de retribuição salarial individualizada, promove-se uma revalorização do poder de comando empresarial, com incentivos individualizados à produtividade e à qualidade do trabalho prestado. Ao mesmo tempo, desconectam-se os reajustes salariais de mecanismos indexadores (custo de vida e/ou produtividade). As políticas orientadas à moderação salarial responsabilizam os reajustes salariais pelo incremento da inflação. Constatase uma estagnação das contribuições social e fiscal das empresas, ao mesmo tempo em que ocorrem transferências de parte da carga aos trabalhadores. Boa parte dos salários deixa de ter natureza salarial e incondicional e passa a ser considerada indenizatória e, muitas vezes, condicionada a determinado evento ou fator sob controle do empregador. Cresce o trabalho infantil e o trabalho análogo à escravidão. Muitas vezes há um trabalho gratuito, a pretexto de ser voluntário, educativo ou cooperativo. Mais uma vez aqui, supostamente como uma “imposição dos fatos”, estamos diante de políticas deliberadas de transferência de renda em favor das empresas, de fragilização dos mecanismos de sustento das negociações coletivas centralizadas, de desmonte dos me-

canismos legais de reajuste indexados à inflação e de redução das contribuições sociais.

A insegurança na contratação se caracteriza por um notável desgaste da contratação coletiva em favor de uma maior individualização das condições de trabalho. Aqui, a política de desmontagem dos sistemas de negociação centralizada leva a uma quebra de expectativas de um futuro mais estável por parte dos trabalhadores, sejam considerados individualmente sejam considerados como integrantes de uma categoria profissional. Mais importante, representa a quebra de um compromisso geral de preservação e implemento de melhores condições de trabalho para todos, já que é desativado de um mecanismo solidário de extensão a categorias mais débeis das conquistas obtidas em negociações centralizadas por organizações sindicais nacionais.

A possibilidade de alteração unilateral das condições essenciais de trabalho a pretexto de permitir a reestruturação das empresas a novas exigências produtivas condicionadas por um mercado mais competitivo é uma constante nas políticas de trabalho em todos os países. Em troca de promessas de manutenção do emprego, admite-se a negociação de jornada de trabalho e de salário. Os salários podem ser reduzidos e os limites à jornada de trabalho se tornam “flutuantes”, admite-se a contratação por jornada anual, divisão da jornada por

dois ou mais empregados, trabalhos intermitentes, trabalho a tempo parcial não voluntário, etc.) ou evanescentes (como o contrato de “jornada zero” ou seja, a obrigação de permanecer em plantões, à disposição do empregador, sem qualquer remuneração garantida).

A insegurança na representação se verifica na debilidade crescente da organização dos trabalhadores, colocados na defensiva pelo processo conjunto de insegurança, com reflexo evidente no encolhimento dos níveis de sindicalização. Promove-se, em muitos casos, verdadeira perseguição e extermínio das lideranças sindicais, retornando-se aos tempos de proibição das ações sindicais e de prisão dos sindicalistas. Neste contexto, assiste-se a uma queda considerável dos níveis de sindicalização e aviltamento significativo dos convênios coletivos.

Em uma concorrência desenfreada pela redução dos custos, configurou-se uma situação de “crise permanente” que justificou, a partir daí, novos e crescentes esforços para manter cada vez mais alta a taxa de exploração do trabalho, levando, nos países que adotaram o neoliberalismo a um “capitalismo de crise” em que um incessante combate pelo aumento da taxa de exploração do trabalho leva inevitavelmente a crises de reprodução do capital cada vez mais recorrentes.

Nos países em que o capitalismo neoliberal predominou nesses últimos cinquenta anos, sucessivas crises levaram à redução da duração média das empresas, aumentando a concentração e a monopolização do capital¹⁶. Funcionou globalmente a lógica predatória, intrínseca a um processo voltado à obtenção da maior taxa de exploração do mais-valor possível, abstraindo-se qualquer outra variável, *"até a da sobrevivência econômica do próprio capitalismo a médio ou longo prazo"* (VARGAS, 2005, p. 59).

Porém, decisivo entender que, mesmo com a brutal ampliação da taxa de exploração do trabalho, o capitalismo neoliberal precisou lançar mão de formas artificiais de manutenção das taxas de lucro, o que foi feito através do “capitalismo cassino”, em que a valorização do capital é obtida na esfera da circulação – sem passar pela esfera produtiva. O objetivo se afasta da busca para criação do mais-valor e se volta para a obtenção de um valor fictício em um processo em que o lucro é alcançado pela máxima taxa de exploração possível e é imediatamente derivado para a esfera da criação de valor fictício que passa, mesmo, a ser priorizada em relação à esfera produtiva. Assim, não parece tão importan-

¹⁶ Surge o fenômeno das “empresas-vagalume” que aparecem e logo desaparecem, deixando um rastro de desemprego e de “destruição criativa” de meios produtivos.

te o que a empresa produza desde que a atividade produtiva propicie que o capital circulante possa ser “desviado” para fora do circuito produtivo e permita a obtenção de ganhos financeiros. É o Estado que garante tal circulação que permite a criação do valor fictício através da emissão de títulos da dívida pública, assim como a livre circulação internacional da riqueza. Os governos não parecem encontrar alternativas para esse cassino da riqueza fictícia.

Tal desvio da riqueza para o ciclo não-produtivo se faz ao custo da destruição das forças produtivas, com enormes consequências econômicas e sociais. Pode-se dizer que o capitalismo na sua forma neoliberal consome no presente um valor prometido para o futuro, pois a promessa de criação do valor se sustenta em bases irreais (capitalismo fictício).

O capitalismo neoliberal pensa apenas no presente, porque não tem futuro. Assim, na sua busca desenfreada pela valorização fictícia deforma o trabalhador, o processo produtivo, a economia e a própria sociedade. O futuro para o capitalismo neoliberal é sempre uma promessa vazia, um cheque sem fundos que não poderá ser descontado.

Caminho diverso foi trilhado em outros países em que o neoliberalismo não se consolidou, mas, ao contrário, encontraram espaços de resistência em que o Esta-

do não foi capturado pela lógica destrutiva neoliberal, assegurando a possibilidade de criação do valor concreto e atual de forma mais sustentável e equilibrada, coordenando e garantindo os meios para que a produção social não tenha o lucro como única e principal finalidade da atividade econômica.

b) Nas relações sociais

O neoliberalismo foi um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas com efeitos devastadores nas relações sociais.

No balanço que faz dos primeiros 15 anos da sua adoção, Perry Anderson conclui:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou. Não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o

início do século como o neoliberal hoje (ANDERSON, 1995 apud SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.), p. 9-23).

Destacam-se da definição de P. Anderson em 1994, com 15 anos do “sucesso” do neoliberalismo no Ocidente do mundo, algumas questões importantíssimas:

1º) em que pese seu sistema de ideias visasse a *impulsionar o sistema capitalista de produção, **neste particular fracassou rotundamente** porque até hoje, passadas cinco décadas de adoção das teses neoliberais, os países que a elas se submeteram não conseguem se desenvolver e crescer economicamente*. E, mesmo aqueles que já se consideram “desenvolvidos” têm sua economia emperrada, a produção capitalista truncada e impedida de se realizar, as crises monetárias se repetindo em ritmo acelerado e cada vez mais graves. Os governos dos países dominadores se encontram sem qualquer proposta para “corrigir” ou retomar a economia ou que abrande o pesadelo que a aplicação dessas teses representa para o conjunto das respectivas nações principalmente para os cidadãos mais pobres desses países, como já visto e comprovado na presente obra.

2º) interessante o esclarecimento de Perry Anderson, já em 1994, de que os desastres sociais que se seguem à adoção do receituário neoliberal não constituem

decorrências fatídicas de alguma falha na aplicação ou erro de análise da realidade local. Nos exatos termos do próprio autor: “*Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu **muitos dos seus objetivos**, criando sociedades **marcadamente desiguais***” [...]

Significa dizer que a realidade social em que 1% da população do planeta possui, hoje, a mesma riqueza do que a metade mais pobre dos cidadãos do mundo-, não é simples decorrência da adoção deste sistema de ideias pelos Governos, sobretudo dos países dominadores, mas representa um dos **objetivos das ideias neoliberais**¹⁷.

3º) também digna de nota a conclusão dessa mesma frase em que o Anderson fala no que considera o fracasso econômico das teses neoliberais: “[...] embora não tão desestatizadas (as sociedades) como queria (o neoliberalismo)”.

¹⁷ De acordo com um relatório divulgado no Fórum Econômico de Davos, na Suíça, apenas 85 pessoas detêm 46% de toda a riqueza do planeta, o que significa que o seletivo grupo dos mais ricos possuem tanto dinheiro quanto os 3,5 bilhões mais pobres. O relatório foi elaborado pela *Oxfam International*, um grupo humanitário que busca soluções para a pobreza e a injustiça. The Independent, disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/politics/oxfam-warns-davos-of-pernicious-impact-of-the-widening-wealth-gap-9070714.html>

A razão para tanto parece clara: a situação social engendrada é tão caótica e gera sofrimentos e violências tão insuportáveis que aumenta a necessidade de reforçar o aparato repressivo. É necessária a manutenção do Estado, quanto mais não seja expresso em forças policiais e militares para darem conta de reprimir a resistência natural das pessoas atingidas pela fome, a pobreza extrema, as péssimas condições de vida e a violência.

Mas há outras explicações para que a desestatização não seja tão drástica como pretendida pelos Governos ou pelas forças que aderem e aplicam as teses neoliberais. Ou pelo menos no grau de desestatização pretendido pelos ideólogos do neoliberalismo. Precisam ser mantidas as atividades em que o Estado se coloca, justamente, a serviço das empresas privadas, sobretudo as estrangeiras e aos interesses dos países a que estão submissos. Como exemplo, poderíamos citar a própria situação do Brasil nos governos Temer e Bolsonaro: é preciso que seja mantido o BNDES, não mais como Banco de fomento para o desenvolvimento de empresas brasileiras, mas para garantia de financiamento para os próprios adquirentes estrangeiros das empresas a serem privatizadas, como ocorreu durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Para isso tiveram e terão que manter atividades “estatizadas”. Afinal faz parte do esquema neoliberal

que o Estado esteja sempre – e cada vez mais – a serviço exclusivamente do mercado¹⁸.

As contradições e os rearranjos de classes e setores de classes sociais sob o neoliberalismo: a disseminação das ideias

Uma última observação necessária extraída do texto de Perry Anderson acima reproduzido:

Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas [...] (ANDERSON, 1995).

Caberia perquirir as causas do sucesso, “no plano político e ideológico” de uma proposta teórica que, na prática arruína, deliberadamente, a vida da grande massa do povo, os trabalhadores e que, do ponto de vista econômico, definitivamente não deu certo. Ao contrá-

¹⁸ Relativamente à PETROBRÁS, por exemplo: todas as refinarias brasileiras tiveram, por determinação do Governo Temer, redução em 20% da produção de derivados. Imediatamente, o Brasil passou a importar essa mesma diferença. A PETROBRÁS foi mantida, praticamente para arcar, apenas, com a parte que gera gastos, que é a prospecção e a produção de óleo cru, onde a empresa tem tecnologia própria e exclusiva de reconhecimento mundial, sendo privatizados: o refino, a distribuição além de outros setores que já o foram como a petroquímica.

rio, só emperra o desenvolvimento do sistema capitalista e leva a sociedade ao atraso econômico, além do caos social.

A assertiva de Perry Anderson de que foi disseminada a ideia de que não há alternativas e que todos têm de se adaptar a ela explica apenas parte do fenômeno. Foi disseminada essa versão por quem e como? A ideia predominante numa sociedade, já dizia Marx, é a ideia da classe dominante. A primeira questão, pois, é saber qual a classe ou setor das classes dominantes teria interesse em disseminar essa ideia?

Em todos os países em que prevalece o neoliberalismo, evidentemente, a classe ou o setor da classe burguesa a quem interessa disseminar as ideias neoliberais é, justamente, o dos detentores do capital portador de juros na versão de capital fictício.

Para isso tem buscado — e demonstrado eficiência em fazê-lo —, o apoio incondicional e esdrúxulo de outros setores dominantes, os capitalistas industriais e o setor produtivo rural, o chamado agronegócio. Fomenta — de maneira exagerada e quase caricata — as contradições desses outros setores com seus próprios trabalhadores, prometendo profundas alterações nas relações de classe correspondentes com inegável e decisivo apoio aos dominadores (empresários urbanos e rurais).

Ocultam, porém, ao menos na propaganda, as profundas e específicas contradições desses mesmos setores com o setor do capital especulativo ou fictício. É, claramente, o que vem ocorrendo por toda a parte, do “mundo ocidental” com:

A) as reformas trabalhistas ou desregulamentação total das relações de trabalho “encantaram” e continuam “encantando” os empresários industriais ou de serviços, tanto na Europa como na América, pela diminuição dos custos, fazendo-os esquecer de que:

1º) a remuneração do trabalhador precisa corresponder ao “valor da força de trabalho” que deve ser estimado como o mínimo imprescindível para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a própria força de trabalho, conforme ensina Marx no Livro I, capítulo 1 d'*O Capital*.

Quer isso dizer que o trabalhador precisa, com seu salário e demais direitos sobreviver, estudar, manter-se com a saúde hígida o suficiente e ainda prover tudo isso para seus filhos, encarregando-se, também ele, da perpetuação da força de trabalho. Nessa perspectiva, se os direitos trabalhistas não forem assegurados com este mínimo, os empresários não encontrarão no mercado força de trabalho à disposição ou, pelo menos, nessas condições.

Recorde-se que nos países europeus e nos dos americanos do Norte e do Sul, os trabalhadores já conheciam e recebiam os benefícios que hoje lhes são negados, através dos direitos assegurados pelo Estado de bem-estar social e *new deal*.

O que a propaganda enganosa não diz aos empresários incautos e despreparados é que sem a força de trabalho ou sem as condições mínimas asseguradas à sobrevivência dela, não haverá produção e nem lucro.

2º) o empresário, seja lá o que produzir ou serviços que prestar precisa de consumidor para seus produtos. E, a continuar a retirada das condições mínimas de consumo à esmagadora maioria da população, em um número cada vez maior de países do Ocidente não se poderá sonhar com qualquer retomada do desenvolvimento ou de sobrevivência de qualquer empresa pequena, média ou grande.

B) exacerbação dos conflitos no campo: com as promessas e efetivação de perseguição aos movimentos populares ligados à luta pela terra, povos indígenas e outros trabalhadores no campo, deixando imensas áreas, hoje em disputa, livres para serem exploradas – mesmo que de modo predatório ou improdutivo – pelos “barões rurais”, setor que ainda teima em sobreviver ileso em quase todos os países da América Latina, por exemplo, em pleno século XXI! E que recusa, tenazmen-

te, a distribuição de terras de caráter desenvolvimentista que foi realizada em países – hoje desenvolvidos, – já no século XIX ou até mesmo antes¹⁹.

Aguçando, pela propaganda e pela persuasão, as contradições dos demais setores da elite com suas respectivas classes antagônicas, os detentores do capital fictício encobrem a contradição existente entre eles e outros setores dominantes. Escondem que para a especulação desenfreada em nada importa, nem a sobrevivência e nem as condições de vida da população trabalhadora porque dela não necessita, nem como mão de obra ou **força de trabalho** e muito menos na qualidade de **consumidor**.

E, sobretudo, ocultam que o setor especulativo compete, com imensa vantagem, com a produção, seja no crédito assegurado a um e outro, seja em medidas estatais protetoras. E o mais importante: embora venha se mantendo há mais de 50 anos como setor dominante do sistema capitalista no Ocidente do mundo, essa prevalência é vazia de conteúdo, pois significa riqueza sem qualquer base real que a sustente. Apresenta, porém, enorme facilidade em “criar dinheiro” gerado pelo próprio dinheiro o que, embora sem base concreta que au-

¹⁹ Coincidentemente, no Chile, bem antes do neoliberalismo sob terror do governo Pinochet, o Presidente democrata-cristão Eduardo Frei Maldonado realizou a reforma agrária e sofreu, por isso, enorme oposição por parte de setores conservadores.

mente um átomo à riqueza do país, assegura a seus detentores o poder decorrente da riqueza pessoal, ainda que artificial e imediatista. Com sua competição abusiva, o setor especulativo consome o crédito existente (estatal ou privado) dificulta a produção capitalista e vai deixando um rastro de recessão e miséria por toda a parte.

A captura do Estado pelo neoliberalismo

Não seria suficiente à predominância política e ideológica do neoliberalismo que lhe permita *alcançar o êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam*, a cooptação das demais classes dominantes. É preciso “capturar” os órgãos centralizados do poder de Estado. Essa é a essência política do neoliberalismo: o controle dos órgãos centralizados de poder do Estado²⁰ pela fração de capitalistas que domina o capital portador de juros na forma de capital fictício.

Seguindo, ainda, o raciocínio de P. Anderson (1995), isso é feito pela disseminação da ideia de que não há saída ou alternativa e que, querendo ou não todos, tendem a acompanhar “as leis do mercado”. M.

²⁰ Na Tese de Doutorado já referida (LOGUERCIO, 2010), o autor aponta como órgãos centralizados do poder de Estado ao menos na América Latina, na atualidade, além dos três “oficiais” (Executivo, Legislativo e Judiciário), outros órgãos de poder real como mídia, igrejas, bancos e forças armadas.

Hudson também faz interessante raciocínio sobre o tema:

O objetivo é fazer com que as pessoas pensem que não há alternativa, porque se estão a ficar mais pobres, se estão a perder a sua casa por não pagarem uma hipoteca de alto risco, ou se têm de pagar tanto no empréstimo estudantil que não sobra dinheiro para comprar uma casa, ou se descobrirem que o único tipo de trabalho que podem conseguir é conduzir um carro Uber, é tudo culpa delas. É como se isso fosse apenas a natureza, e não a forma como a economia foi mal estruturada.

O papel do neoliberalismo é fazer com que as pessoas pensem que são impotentes face ao mercado, como se os mercados não estivessem estruturados social e politicamente. Os 1% contrataram lobistas e subsidiaram escolas de negócios para moldar os mercados no seu próprio interesse. O seu objetivo é controlar a economia e chamar-lhe “natureza”. O seu discurso é que a pobreza é natural para os “deploráveis” míopes e não o resultado da tomada de poder neoliberal predatória desde 1980 e da sua captura do Departamento de Justiça para que nenhum dos fraudadores bancários vá para a cadeia. (HUDSON, 2018).

As elites atuais do Ocidente não se afastam do modelo geral de perversidade e arrogância próprias das classes dominantes em todas as épocas históricas e em todos os locais. Destacam-se, porém, as latino-americanas como forças do atraso econômico, social e cultural e por sua incapacidade de desenvolver, ou de ao menos aderir, a qualquer movimento nacionalista; de pensar em um projeto de país. E pelo servilismo com que sempre se postaram diante das potências hegemônicas estrangeiras. Sentem-se muito mais protagonistas do crescimento e da riqueza dos dominadores – mesmo no triste papel de meros “zeladores” locais de interesses alheios –, do que de partícipes da construção da nacionalidade podendo exercer, inclusive, papel de liderança ou direção, buscando a independência econômica, social e cultural de seu próprio país e sua projeção ativa no concerto das nações.

Exemplo lapidar neste sentido foi a Guerra do Pacífico (1879) em que o Chile que tinha, à época, *a ordem política e o aparelho de Estado necessário para assegurar o domínio inglês sobre o salitre*. Mas não detinha o controle territorial da matéria prima. Invadiu a Bolívia e o Peru, conquistou esses territórios e, ato contínuo, colocou-os em concessão a empresas estrangeiras, sobretudo inglesas. Em troca conseguiram o *“imposto de exportação do salitre que gerou mudanças no poder econômico e no aparato de Estado”* (SADER,

2006, p. 99 e 101) e garantiu a “economia” do Chile por um largo período.

Se apenas com o imposto sobre a exportação do salitre o Chile movimentou sua economia por algum tempo, imagine-se a Inglaterra que depois deste verdadeiro “presente” recebido teve garantido o domínio mundial sobre esse produto até a Segunda Guerra Mundial, quando os alemães criaram os fertilizantes sintéticos e tornaram obsoleta aquela matéria prima.

O mesmo Chile cujo sucesso econômico, hoje, é apontado como exemplo de aplicação do neoliberalismo, o que consiste numa grande falácia daquelas que, de tão repetida é tomada como verdade, como demonstra José Luiz Fiori em recente artigo:

Agora bem, o que também nunca é dito pelos economistas neoliberais é que foi só depois do fim da ditadura, no período de quase 30 anos, entre 1990 e 2019, e em particular durante os 20 anos dos governos da “concertação” de centro-esquerda, formada por partidos de tendência social-democrata, que o PIB chileno de fato cresceu a uma taxa média de 7%, na década de 90, e de aproximadamente 4,6% durante todo o resto do período democrático. Foi nesse período, e sob esses governos de centro-esquerda, que a renda média dos chilenos quintuplicou, alcançando o patamar atual dos US\$ 25 mil, a

maior da América Latina, enquanto o PIB chegava a US\$ 455,9 bilhões, já no ano de 2017. Nesse período, os governos da concertação de centro-esquerda promoveram várias reestruturações tributárias que permitiram aumentar o investimento social do Estado, com a criação do seguro-saúde universal, o seguro-desemprego e o Pilar da Solidariedade. Como consequência, a presença do Estado chileno voltou a crescer, sobretudo na área da infraestrutura e das políticas sociais de proteção, saúde e educação. E quando os analistas falam de um “milagre chileno”, referem-se a esse período democrático, e sobretudo aos governos de centro-esquerda que lograram reduzir o desemprego deixado pela ditadura, de 18% para 6 ou 7% em média, reduzindo a população situada abaixo da linha de pobreza, de 45 para 11%, o que transformou o Chile no país com o mais alto IDH da América Latina, e 38º na escala mundial. Por fim, pouco a pouco, o legado mais dramático deixado pelas políticas e reformas neoliberais dos “Chicago Boys” do general Pinochet vem sendo revertido, como já aconteceu com a nova legislação trabalhista, que devolveu, pelo menos em parte, o poder de negociação que os sindicatos chilenos haviam perdido durante a ditadura militar. Além disso, os governos de centro-esquerda aumentaram significativamente os gastos pú-

blicos em saúde, criando o “Sistema de Garantia Explícita”, com o objetivo de expandir e universalizar sobretudo o FONASA, o braço público do Sistema Nacional de Serviços de Saúde chileno (FIORI, 2019).

A utilização de propaganda enganosa, inversão de dados e uso de novas nomenclaturas para velhos fatos e, sobretudo, a inversão do sentido das expressões clássicas para defender ou, ao menos justificar, as medidas e as propostas neoliberais constituem o âmago da persuasão imposta aos povos pelo neoliberalismo e que conseguiu sucesso ideológico como seus fundadores jamais imaginaram. Em sua época, Marx e Engels já mostravam como as classes dominantes impõem suas formas de pensar:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (MARX e ENGELS, 2007, p.47).

Michael Hudson demonstra como os defensores do neoliberalismo têm conseguido, sobretudo através da mídia, impor suas ideias velhas (e superadas) com roupagem nova:

Eu queria explicar como a maneira pela qual a economia parecia estar ficando mais rica era, na verdade, empobrecê-la. Estamos em uma nova Era Dourada mascarada por um vocabulário usado pela mídia através da televisão e jornais como o New York Times que estão exagerando o que estava acontecendo. [...]

Um eufemismo é um truque retórico para fazer um mau fenômeno parecer bom. Se um proprietário de terras enriquece ao valorizar um bairro explorando os inquilinos e forçando-os a sair, isso é chamado de criação de riqueza, se os valores de propriedade e os aluguéis aumentarem.

Se você pode distrair as pessoas para celebrar a riqueza e o esplendor no topo da pirâmide econômica, as pessoas estarão menos focadas em como a economia está funcionando nos 99% de baixo.

[...]

Os neoliberais, mais notoriamente Milton Friedman, da Universidade de Chicago, insistiam em que "não existe almoço grátis". Mas é exatamente isso que a maior parte da riqueza e

da renda dos 1% mais ricos é. É o resultado de administrar a economia principalmente para extrair um almoço gratuito. Naturalmente, seus destinatários tentam distrair a atenção pública desse rosto e dizer aos estatísticos da renda nacional e do Produto Interno Bruto que fingem que realmente obtêm sua renda, **e não apenas transferem a renda do resto da economia para suas mãos como credores, monopolistas e senhores da terra.** A principal empresa de Wall Street, Goldman Sachs, disse tão notoriamente há alguns anos que “nossos parceiros são os mais produtivos do país porque analisam quanto são pagos”. Mas eles não ganham realmente sua riqueza no sentido clássico de ganhar realizando um serviço econômico produtivo. A economia se daria muito melhor sem o Goldman Sachs e, de fato, com o sistema bancário e financeiro ou com o sistema de seguro de saúde funcionando da maneira como estão, sem que o setor imobiliário estivesse isento de impostos do jeito que é (HUDSON, 2018, grifos nossos).

Hudson demonstra, ainda, que isso tem sido propagado, também, através de estudiosos e na própria academia em razão da vitória do neoliberalismo (ou, como chama FIORI: ultraliberalismo) no plano da luta de ideias:

Eu também queria mostrar que o que eles chamam de “think-tanks” são instituições que fazem lobby para fazer a mesma coisa que anunciantes de empresas de pasta de dente e produtos de consumo fazem: eles tentam retratar seus produtos – neste caso, economia neoliberal, desmantelamento de proteção ao meio ambiente, desmantelar a proteção do consumidor e parar o processo de fraude financeira – como “criação de riqueza” em vez de empobrecimento e austeridade para a economia em geral. Então, basicamente, meu livro analisa o vocabulário econômico e a linguagem que as pessoas usam para perceber a realidade.

[...]

Os economistas clássicos tinham em comum uma descrição de aluguel e juros como algo de que um mercado verdadeiramente livre se livraria. De Adam Smith e John Stuart Mill a Marx e aos socialistas, um mercado livre era aquele que estava livre de uma superclasse de parasitas que obtinha renda sem fazer trabalho. Eles conseguiram dinheiro por meios puramente exploradores, cobrando aluguel que realmente não precisa ser pago; cobrando juros; cobrando aluguel de monopólio por serviços de infraestrutura básica e serviços públicos que um governo bem organizado deveria fornecer livremente às pessoas em vez de permitir

que monopolistas instalassem cabines de pedágio nas estradas e pelos direitos de tecnologia e patentes simplesmente para extrair riqueza.

[...]

Nós temos que tomar o slogan dos reformadores socialistas – um mercado livre – e redefini-lo como um 'livre mercado' é um livre do governo — isto é, do “socialismo” — não livre de latifundiários, banqueiros e monopolistas”. Eles viraram o vocabulário de cabeça para baixo para significar o oposto (HUDSON, 2018).

Embora todos os truques propagandísticos utilizados e tão bem abordados por Hudson e por Fiori, a verdade é que, cada vez mais, a imposição das ideias neoliberais está necessitando apelar para expedientes antidemocráticos e até mesmo protofascistas para assumir e permanecer no poder.

Não por outro motivo a primeira experiência de aplicação massiva do receituário neoliberal foi no Chile de Pinochet, um regime que ficou caracterizado como dos mais fascistas e violentos do mundo. A primeira leva de aplicação mais generalizada das ideias de Hayek, Friedman e Cia. em países da América Latina, com Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, Menen na Argentina, o México soçobrando ao NAFTA, nas chamadas décadas perdidas de 80 e 90 do século passado, como

observa J. V. Loguercio (LOGUERCIO, 2010), ainda alcançaram ser aplicadas apenas através da repressão – com violência crescente –, a movimentos reivindicatórios. Mas com vigência, ainda, das “instituições democráticas” e do chamado Estado Democrático de Direito.

Não se olvide de que os governos que mais se dedicaram à adoção do neoliberalismo na América Latina tiveram insucesso eleitoral posterior e geraram toda a reação que levou à vitória de posições antagônicas à aplicação dessas ideias, com destaque para: a inviabilidade da adoção da ALCA, a vitória de Chaves na Venezuela, de Evo na Bolívia, de Rafael Correa no Equador, de Lugo no Paraguai, de Lula e Dilma no Brasil, dos Kirchner na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai etc. E, pouco depois, com Labrador no México.

Hoje, contudo, estão sendo necessários golpes de novo tipo – com aparência de decisões parlamentares e judiciais –, como ocorreu em Honduras, Paraguai, Brasil e Equador ou através de medidas que já não se vejam de demonstrar desapego completo às instituições e/ou servilismo de governos cada vez mais submissos aos Estados dominadores, como nas medidas desatinadas contra os governos que ainda resistem a tais ataques como Venezuela, Nicarágua, Bolívia e a desassombrada resistência cubana que completou 65 anos.

A rigor, o que acontece no plano ideológico e cultural em países da América Latina, sobretudo, mas que atinge outros povos submissos até na Europa e – embora com poucos dados – certamente na maior parte dos países africanos é a completa dominação cultural “própria ao sistema capitalista”, somada, há mais de 50 anos, ao domínio neoliberal e que atinge a todos os dominados, seja pelas mídias e comunicação de massas, pela cultura do individualismo exacerbado, da supervalorização do dinheiro ou de sua expressão no consumo, do padrão de comportamento onde impera o mimetismo, das “expressões artísticas” importadas e, agora, ainda com mais eficiência, pelas redes sociais e celulares que propagam notícias sérias ou boatos, ou simples mentiras, opiniões e análises em espantosa velocidade e ao alcance da mão.

Todo esse **manancial ideológico** e os **meios de propagá-los** ou se originaram ou ainda pertencem à potência imperialista estadunidense. As potências secundárias, mas também, dominantes da Europa, em atitudes às vezes incompreensíveis se deixam conduzir, ainda hoje, de forma prosaica pelas “ordens” emanadas de Tio Sam, mesmo com evidentes prejuízos aos seus próprios países. É o caso dos “bloqueios econômicos” à Venezuela (maior reserva petrolífera do planeta), à Rússia, que além de produtora de petróleo e de ser, hoje, provavelmente, a maior potência militar do mundo,

tem o gás que abastecia praticamente toda a calefação que aquece a Europa no seu rigoroso inverno, por preços altamente vantajosos. E ao Irã, cuja situação geográfica e geopolítica privilegiada determina o curso, literalmente, do comércio no mundo e a dominação comercial e política da Eurásia²¹.

Entretanto, o rotundo fracasso econômico da aplicação das ideias neoliberais no Ocidente e a diferença cada vez mais evidente do sucesso econômico dos países asiáticos – que não o adotaram – e o pujante domínio do comércio mundial na área da **Eurásia**, com a crescente aproximação comercial e geopolítica dos países do Oriente Médio aos do Extremo Oriente tendem a alterar essa “percepção” da realidade por parte das classes trabalhadoras e pela população em geral dos países dominados.

Não estamos imaginando, de forma idealista, que esse “despertar” possa ocorrer espontaneamente, sem que haja, ao menos, uma disputa no plano das ideias por parte dos setores progressistas, contrários ao neoliberalismo. Todavia, é estreme de dúvidas que “já se escutam seus sinais”.

O que podemos chamar de ápice da agressividade e do terror neoliberal, a espantosa política do governo sionista de Israel de extermínio da população de Gaza

²¹ Através do intensíssimo movimento do Estreito de Ormuz.

tem gerado manifestações massivas e poderosas de indignação e revolta por parte de setores sociais importantes dos próprios países dominadores e, sobretudo nos países dominados ou submissos.

A América Latina, contudo, ressent-se ainda, da dominação ideológica e econômica das grandes massas por parte da política e ideário neoliberais. E do receio, quase pusilânime dos setores avançados em relação à última cartada do neoliberalismo: fomentar, financiar e organizar hordas neofascistas, de forma a usá-las como linha de frente do atraso para preservar os donos do capital fictício no poder, institucional ou de fato.

Essa manobra, porém, ainda que bem elaborada e estruturada com inequívoco sucesso pode ser, exatamente, o canto do cisne neoliberal. E isso por uma simples razão: os países dominadores não possuem — e estão longe de construí-los — meios reais de resolver os problemas reais das populações dos países dominados e, mesmo de seus próprios habitantes. Que só serão alcançados com a superação deste modelo perverso de domínio, o que já se desenha, num horizonte cada vez mais próximo, no concerto multilateral entre as nações.

c) Impactos do esgotamento do neoliberalismo no imperialismo dos EUA

Desde o debacle definitivo da URSS em 1991, o império norte-americano adquiriu status de unipolari-

dade. Com isso, recrudescer seu caráter belicista, promovendo ainda mais guerras e invasões, e quando não lança mão de violência, ataca a soberania das nações imiscuindo-se em seus assuntos políticos, conspirando para derrubar governos e impor sua ordem neoliberal. Atualmente, sanciona e confisca reservas monetárias oficiais como fizeram com as do Irã, Venezuela e Rússia, nações que não se condicionam aos seus desígnios.

A base de todo esse poder, advém, em última instância, da prerrogativa dos EUA de ser o emissor da moeda do comércio internacional. A partir da inconvertibilidade do dólar, imposta a partir de 1971, todos os países precisam manter reservas em dólar, representadas por títulos fiduciários do Tesouro norte-americano, isto é, dívida nominal dos EUA a governos estrangeiros, sem garantia absoluta de pagamento por parte do emissor. Reservas em dólar são necessárias para que os países possam se defender de eventuais desajustes em seus balanços de pagamentos. Mas nem todos os países conseguem obter superávit em suas contas externas (principalmente balança comercial de bens e serviços) a ponto de formarem reservas consistentes. Grande parte dos países em desenvolvimento, sob este regime do dólar, obrigam-se a liberalizar a conta financeira, abrindo as portas para o capital externo, a fim de obter dólares suficientes para cobrir prejuízos eventuais ou estruturais no balanço de pagamentos.

Uma conta financeira liberalizada, é a “joia da coroa” do neoliberalismo e seu representante maior: o imperialismo norte-americano. Por ela transitam três tipos de capitais: a) capital para investimento direto, quando utilizado para instalação de uma empresa ou para adquirir uma já existente a partir de 10% do seu capital; b) capital para investimento em carteira, que consiste em capital monetário destinado para aplicações no mercado financeiro. É por essa subconta que transitam os capitais para especulação em bolsas de valores, títulos de dívidas, derivativos e toda ordem de instrumentos que nada mais são que capitais puramente fictícios; c) empréstimos.

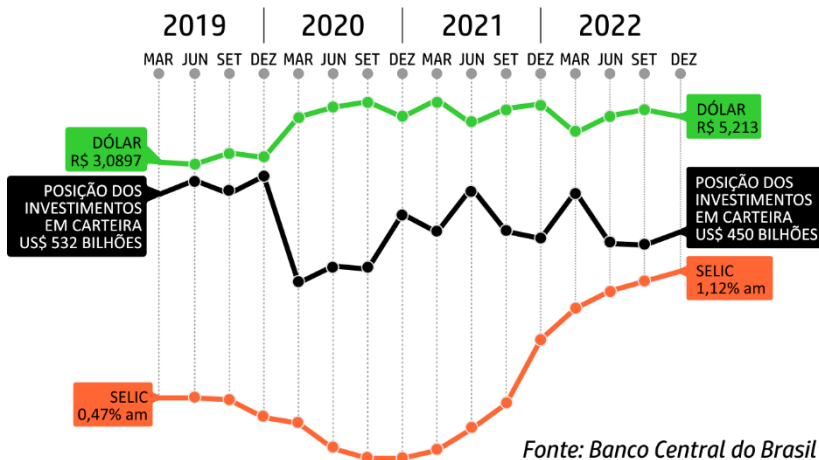
Quando nem mesmo a conta financeira é o suficiente para cobrir prejuízos do balanço de pagamentos, resta tão somente socorrer-se do FMI. Essa instituição, criada no bojo do Acordo de Bretton Woods em 1946 e sob controle dos EUA, foi concebida para abrigar cotas de cada país membro, usando-as para socorrer os países que apresentassem dificuldades para o fechamento das contas externas. Até a década de 1970, sob forte controle dos trânsitos de capitais, taxas cambiais controladas e padrão dólar-ouro, o FMI permaneceu quase adormecido, e pouco influenciava da economia global. A partir da crise das dívidas externas dos países “emergentes” na década de 1980, e principalmente com a consolidação do neoliberalismo, o FMI vestiu-se de carrasco da eco-

nomia global. Suas intervenções exigem como contrapartida austeridade fiscal, privatizações, recessão, desemprego e conseqüente sofrimento para as populações dos países afetados.

Para os países que adotam o “câmbio flutuante”, a situação é ainda mais grave. Entregam um instrumento essencial para o controle da economia para o “mercado”, ou seja, para os especuladores estrangeiros. Sob o regime flutuante, a taxa de câmbio obedece à lei da oferta e procura de dólares, determinada pelos fluxos de capital monetário que entra e sai da conta financeira. É através desse sistema que conseguem orquestrar ataques especulativos às moedas dos países alvos, angariando lucros financeiros exorbitantes e deixando um rastro de problemas para as economias. O Brasil é um caso típico dessa situação, conforme se pode observar pelo gráfico 8. O desenvolvimento da linha da taxa cambial guarda pouca ou nenhuma relação com a taxa de juros (taxa SELIC). O que realmente determina o desdobramento do valor do dólar é o fluxo dos investimentos em carteira, ou seja, é o capital fictício que arbitra a taxa cambial no Brasil. Durante o período analisado no gráfico, a taxa cambial subiu 68,82%, obrigando o país a queimar 50 bilhões de dólares da reserva para conter a elevação do câmbio.

Gráfico 8 | Brasil

Relação Dólar / Taxa SELIC / Investimentos em carteira



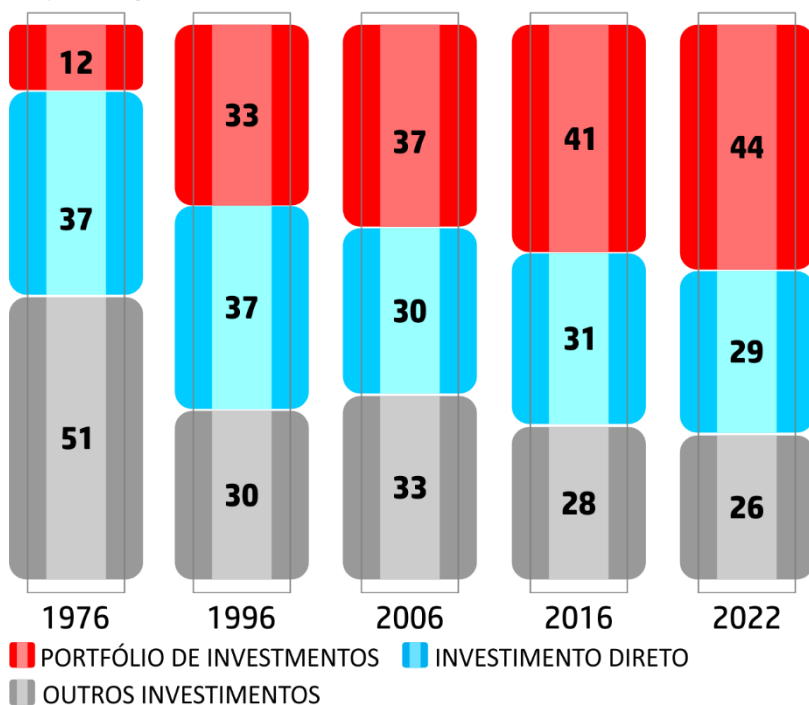
Fonte: Banco Central do Brasil

Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>

Elaboração própria.

Durante a chamada “época de ouro” do capitalismo – de 1945 a 1970 –, os EUA eram exportadores de capitais ligados à produção (indústria, comércio, serviços etc.). Apesar das mazelas que decorrem dessa prática – desnacionalização de setores estratégicos das economias, controle sobre matérias primas, depressão da indústria nacional etc. –, pelo menos podiam promover algum tipo de incremento ao desenvolvimento econômico das nações receptoras. Porém, com a consolidação do neoliberalismo, os EUA passaram a privilegiar a exportação de capitais monetários para especulação financeira (capital fictício). O gráfico 9 revela exatamente isso.

Gráfico 9 | Investimento Internacional dos EUA*Em percentagem*

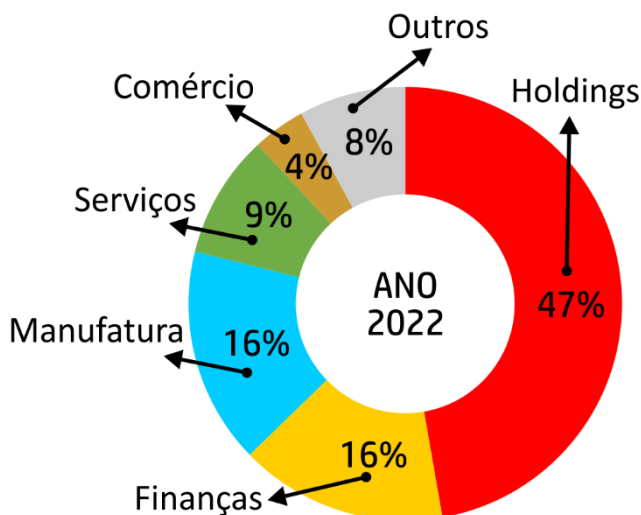
Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis | <https://www.bea.gov> | Elaboração própria.

A posição dos investimentos externos dos EUA em 1976 era composta por 37% de investimento direto, e apenas 12% de investimentos em portfólio. Já em 2022, os investimentos para especulação financeira saltam para 44%, enquanto os investimentos diretos recuam para 29%.

Na atualidade, mesmo o investimento direto privilegia a aquisição de companhias holdings – controla-

dores de um conjunto de empresas – que não raro abrigam corporações do setor financeiro, ou decorrem de privatizações de serviços públicos.

Gráfico 10 | Distribuição por setor da posição do Investimento Direto dos EUA no exterior



Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis | <https://www.bea.gov> | Elaboração própria.

O gráfico 10 demonstra como os investimentos diretos dos EUA estão distribuídos entre os principais setores econômicos no ano de 2022. Quanto aos países receptores dos investimentos, é peculiar constatar que cerca de 2/3 da posição estão em apenas 4 países: Inglaterra, Luxemburgo, Holanda e Ilhas do Caribe, todos considerados “paraísos fiscais”. Configura-se assim

uma situação em que a tendência é a de que só um lado se beneficia com os investimentos externos dos EUA: o próprio.

Conforme avança nos desígnios do neoliberalismo, os EUA vão gradativamente perdendo competitividade. Os achaques promovidos contra a renda dos trabalhadores, como juros, hipotecas, aluguéis e serviços públicos privatizados, implicam na necessidade de pagar salários mais elevados. Isso aumenta os custos dos produtos e colocam as empresas norte-americanas à margem do comércio mundial. Reside aí uma das principais razões pelas quais as corporações dos EUA optam por transferir suas plantas produtivas para os países asiáticos, em busca de menor custo de capital variável, proporcionando que se tornem mais competitivas. Mas o que antes era produzido em solo americano, passou a ser importado. A consequência disso é um gradativo déficit na balança comercial dos EUA, que em 2022 alcançou o valor de US\$ 1,18 trilhões de dólares. Nenhum país suporta um déficit comercial dessa ordem, salvo se for o emissor da moeda usada para o comércio internacional.

Os mecanismos até aqui descritos, que obrigam os países a uma busca incessante por dólares, têm funcionado como armadilha para aprisionar e submeter as economias aos interesses dos EUA e seus especuladores.

Por outro lado, resta claro que os EUA precisam defender e manter o atual status do dólar. Para isso, trataram de formatar o mercado das principais commodities exclusivamente baseados em dólar, e tudo fazem para manter essa situação. É o que explica tantos ataques belicosos e assassinatos de chefes de nações que ensaiaram, por exemplo, comercializar petróleo fora da esfera do dólar. Gaddafi na Líbia e Saddam no Iraque ousaram vender petróleo sem dólar, invasões, sanções ou intervenções veladas foram patrocinadas na Síria, Irã, Venezuela, Rússia, Brasil etc. Hoje, a máquina de guerra do império norte-americano visa, basicamente, a manter o dólar em seu atual status.

Todo esse sistema de pressão em torno do dólar, e mais recentemente as ações promovidas pelos EUA de confiscar reservas de nações consideradas inimigas, têm provocado um movimento crescente de países procurando alternativas ao uso dessa moeda em seus negócios com parceiros comerciais. E o que toda essa situação revela como fator objetivo é que o atual sistema monetário internacional está superado, e não atende mais às necessidades do mundo atual. O núcleo da resistência ao sistema dólar encontra-se hoje em torno do BRICS+. Embora todas as dificuldades advindas do fato de essa organização abrigar países em estágios muito desiguais de desenvolvimento, vão se formatando importantes alternativas, não só ao dólar, mas também ao sistema

SWIFT, com a construção de um ou mais sistemas alternativos para validar as transações internacionais. São ações que vão paulatinamente isolando o imperialismo estadunidense, moldando um mundo multipolar e impondo cada vez mais dificuldades para os EUA manterem seu *statu quo*, motivo pelo qual vão restando apenas soluções de violência contra quem não reza por sua cartilha.

O caminho para a superação do sistema dólar será longo e cheio de reveses, com avanços e retrocessos, mas, com certeza, é inevitável e irreversível, pois se tornou um obstáculo para o desenvolvimento do mundo no século XXI. O ocaso da economia dos EUA aproxima-se quanto mais necessitar de moedas alternativas para bancar seu extraordinário volume de importações.

Seção III
O caso do Brasil
Capítulo 9
O que revela o exame das contas
externas do Brasil

As contas externas são registradas no Balanço de Pagamentos (BP), onde são contabilizadas todas as transações do país (residentes) com o exterior (não-residentes). O BP é composto basicamente de três partes: a primeira se chama transações correntes (ou conta corrente) e dela fazem parte a balança comercial (exportações e importações de bens), a balança de serviços (viagens internacionais, transportes, aluguel de equipamentos, etc.), a renda primária (pagamento de juros e remessas de lucros e dividendos), e a renda secundária (transferências unilaterais, como por exemplo, o envio de dinheiro de imigrantes brasileiros no exterior para o Brasil). A segunda parte do BP é a conta de capital, composta por ativos não financeiros não produzidos e transferências de capital. A terceira parte é a conta financeira, que registra empréstimos concedidos ao Brasil, por bancos privados ou agências internacionais, aplicações financeiras em ações e títulos – chamados investimentos em carteira – e os investimentos estrangeiros diretos (IED).

O Brasil é signatário do sistema de registros padronizados pelo Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento, que encontra-se na sua sexta edição (BPM6), adotado em abril de 2015 no Brasil. O Manual é produzido pelo FMI, a partir do STA (departamento de estatísticas macroeconômicas). O STA se reúne para discussão com grupos de especialistas de vários países e outros organismos internacionais. Estes manuais fornecem recomendações para a compilação e apresentação das contas macroeconômicas; asseguram a consistência entre as várias estatísticas macroeconômicas e permitem a comparabilidade das estatísticas entre os países, e de um mesmo país ao longo do tempo.

Para facilitar a interpretação política, procuramos sempre que possível, dividir os períodos conforme cada governo, considerando que o governo de Dilma Roussef é interrompido em agosto de 2016, e a partir daí, o governo de Michel Temer. Ressaltamos também que, ao iniciar as séries de dados a partir de 1985, pode-se observar a evolução das contas externas coincidindo com a introdução do Real e com a abertura mais efetiva da conta financeira, cujo processo se inicia a partir do final da década de 80, passando pelos anos 90 e consolidando-se até a metade da década de 2000. Abaixo apresentamos o quadro sintético do balanço de pagamentos para

cada governo, entre 1995 e 2022, e a seguir a análise de cada conta.

Tabela 1| Balanço de pagamentos - Governo FHC

Bilhões de dólares

Contas	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Balança comercial	-4.571	-6.636	-7.751	-7.628	-2.062	-1.789	1.537	12.004
Serviços	-7.017	-8.279	-11.630	-10.983	-7.930	-8.782	-8.757	-6.083
Renda primária	-10.747	-11.374	-14.576	-17.840	-18.481	-17.481	-19.307	-17.718
Renda secundária	3.622	2.446	1.823	1.458	1.689	1.521	1.638	2.390
Transações correntes	-18.712	-23.843	-32.133	-34.993	-26.784	-26.531	-24.890	-9.407
Conta capital	18	47	84	50	61	127	106	79
Conta financeira	29.406	34.262	24.596	28.872	16.736	18.163	26.317	7.195
Erros e omissões	2.207	-1.800	-454	-1.900	2.165	5.980	1.774	2.434
Ativos de reserva	12.919	8.666	-7.907	-7.970	-7.822	-2.262	3.307	302

Tabela 2| Balanço de pagamentos - Governo Lula

Bilhões de dólares

Contas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Balança comercial	23.576	32.284	43.722	45.178	38.498	23.507	24.790	18.358
Serviços	-6.115	-6.454	-10.047	-11.725	-16.281	-21.527	-22.474	-37.727
Renda primária	-18.135	-20.107	-25.553	-26.985	-29.000	-41.806	-34.983	-70.245
Renda secundária	2.867	3.236	3.558	4.306	4.029	4.224	3.338	2.896
Transações correntes	2.193	8.959	11.679	10.774	-2.754	-35.602	-29.328	-86.718
Conta capital	83	-213	187	180	249	152	237	242
Conta financeira	4.135	-8.909	-10.885	15.139	86.802	27.109	70.105	127.160
Erros e omissões	2.085	2.407	3.338	4.476	3.186	11.310	5.637	8.416
Ativos de reserva	8.496	2.244	4.319	30.569	87.484	2.969	46.651	49.101

Tabela 3| Balanço de pagamentos – Governos Dilma e Temer

Bilhões de dólares

Contas	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017	2018
Balança comercial	27.525	16.908	369	-6.739	17.445	44.544	57.325	43.373
Serviços	-44.355	-48.548	-54.952	-57.053	-45.670	-36.656	-41.628	-39.328
Renda primária	-69.731	-63.876	-37.484	-49.427	-37.935	-41.543	-43.170	-58.824
Renda secundária	2.984	2.838	3.683	2.725	2.751	3.126	2.135	-15
Transações correntes	-83.576	-92.678	-88.384	-110.493	-63.409	-30.529	-25.337	-54.794
Conta capital	256	208	322	231	461	274	379	440
Conta financeira	147.626	112.829	83.675	119.765	66.998	31.429	25.499	58.711
Erros e omissões	-5.668	-1.459	-1.540	1.330	-2.482	8.064	4.552	-1.429
Ativos de reserva	58.637	18.900	-5.926	10.833	1.569	9.237	5.093	2.928

* Até agosto de 2016.

Tabela 4| Balanço de pagamentos – Governo Bolsonaro

Bilhões de dólares

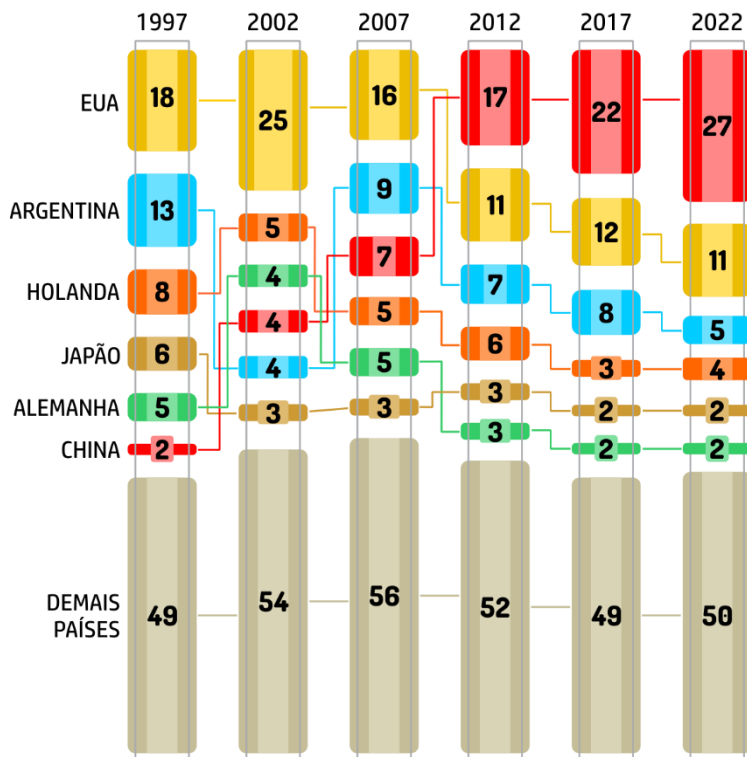
Contas	2019	2020	2021	2022
Balança comercial	26.547	32.370	36.363	44.153
Serviços	-38.481	-24.657	-26.957	-39.618
Renda primária	-57.272	-38.264	-58.971	-56.530
Renda secundária	1.184	2.344	3.207	3.742
Transações correntes	-68.022	-28.208	-46.358	-48.253
Conta capital	369	4.141	225	245
Conta financeira	41.292	2.028	64.135	39.476
Erros e omissões	305	7.806	-4.035	1.248
Ativos de reserva	-26.055	-14.232	13.967	-7.284

Obs.: Embora faça parte da conta financeira, a subconta ativos de reservas aparece destacada, visando facilitar o entendimento de que trata-se da rubrica que espelha o resultado final do balanço de pagamentos. Erros e omissões refere-se a ajustes de discrepâncias temporais das diversas origens dos dados utilizados, compensando super estimações ou subestimções dos componentes registrados.

Balança Comercial de Bens

O balanço de pagamentos inicia pelo saldo da balança comercial de bens, ou seja, exportações menos importações. Estas duas sub-contas são as mais volumosas, por isso o seu saldo assume importância determinante no déficit ou no superávit das transações correntes. Durante a série histórica de 28 anos que compreende este trabalho, somente em sete a balança de bens foi negativa, sendo que seis delas foram nos primeiros anos dos governos FHC, quando a política de câmbio com o Real apreciado para conter a inflação, desestimulou sobremaneira as exportações (o governo FHC inicia em 1995 com o dólar valendo menos de 1 real), bem como impulsionou as importações. Somente a partir de 2001 a balança passa a ficar positiva, à exceção do ano de 2014, atingindo seu pico entre os anos de 2004 e 2007. O saldo volta a ser negativo em 2014, face à desaceleração da economia brasileira. A partir de 2016 retornam os saldos expressivos, mas com volume de negócios inferiores. Mesmo com a taxa cambial em alta, as exportações apresentaram redução em 2019 e 2020, e as importações caem ainda mais, refletindo um período de desaceleração na economia. Em 2021 e 2022, exportações e importações voltam a crescer em ritmo acelerado.

Gráfico 11

Brasil - Exportações - Principais parceiros comerciais
 Percentual sobre o valor total exportado


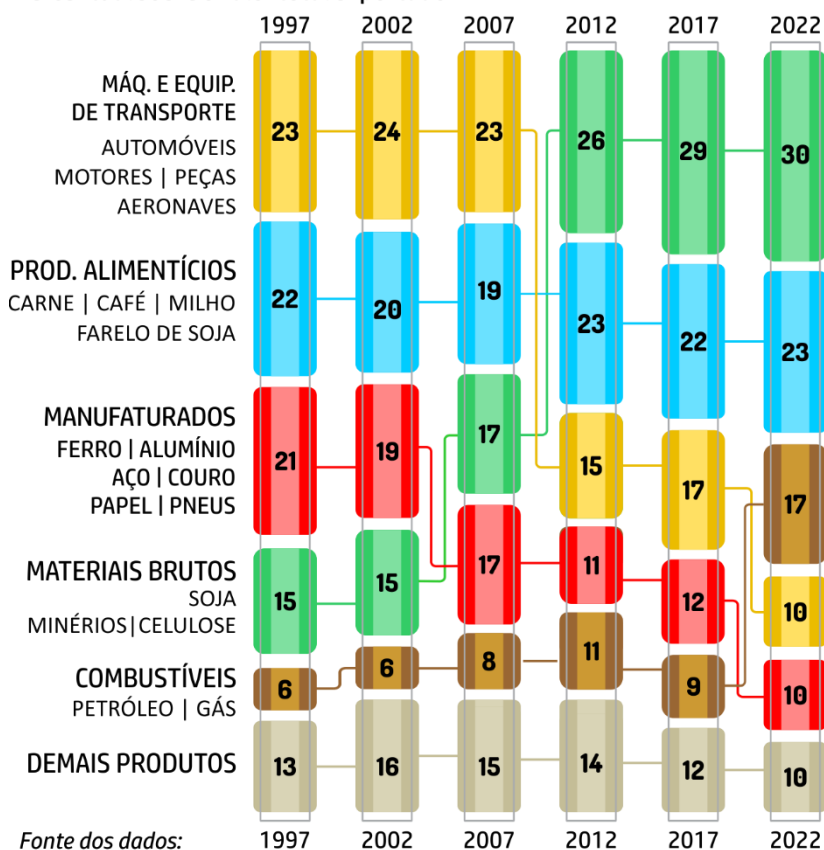
Fonte dos dados: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Elaboração própria.

Com referência ao destino das exportações, o gráfico 11 mostra substancial alteração ao longo dos 28 anos analisados. A China sai de 2% em 1997 para liderar o destino de exportações brasileiras em 2022, sendo só ela a responsável por quase um terço (27%). Em

2022, a China é o destino de 43% das exportações de produtos primários, com destaque para as *commodities* como soja e minério de ferro: 63% tem como destino a China. Do petróleo e derivados que exportamos, o país asiático responde por 43%. Mostra-se igualmente expressiva a redução dos EUA como destino, considerando que em 1997 era o principal parceiro, e hoje responde por apenas 11%. Igualmente no que se refere a Argentina, Alemanha e Japão, cujas exportações debilitaram-se no decorrer do período, fruto principalmente do recuo da indústria brasileira.

Ainda sobre as exportações, o gráfico 12 mostra que houve mudança substancial na pauta dos produtos. No ano de 1997, manufaturados, máquinas e equipamentos (indústria), representavam quase a metade (44%) dos bens exportados. Já em 2022, a indústria recuou sua participação para apenas 20%, enquanto os produtos primários passaram de 43% para 70%. Dos três grupos de produtos primários, o de produtos alimentícios foi o que se manteve praticamente estável, sendo que o discreto aumento se deve basicamente à carnes (bovina, ave e suína), seguido de açúcar, café, milho e algodão. Quanto aos materiais brutos, mais que dobraram sua participação, puxados pela soja e pelo minério de ferro. Os combustíveis e minerais saltaram de 6% para 17%, sendo o petróleo o responsável quase exclusivo por este aumento.

Gráfico 12 | Brasil - Exportações - Principais grupos de produtos
 Percentual sobre o valor total exportado



Fonte dos dados:

1997 2002 2007 2012 2017 2022
 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, disponível em:
<http://comexstat.mdic.gov.br>. Elaboração própria.

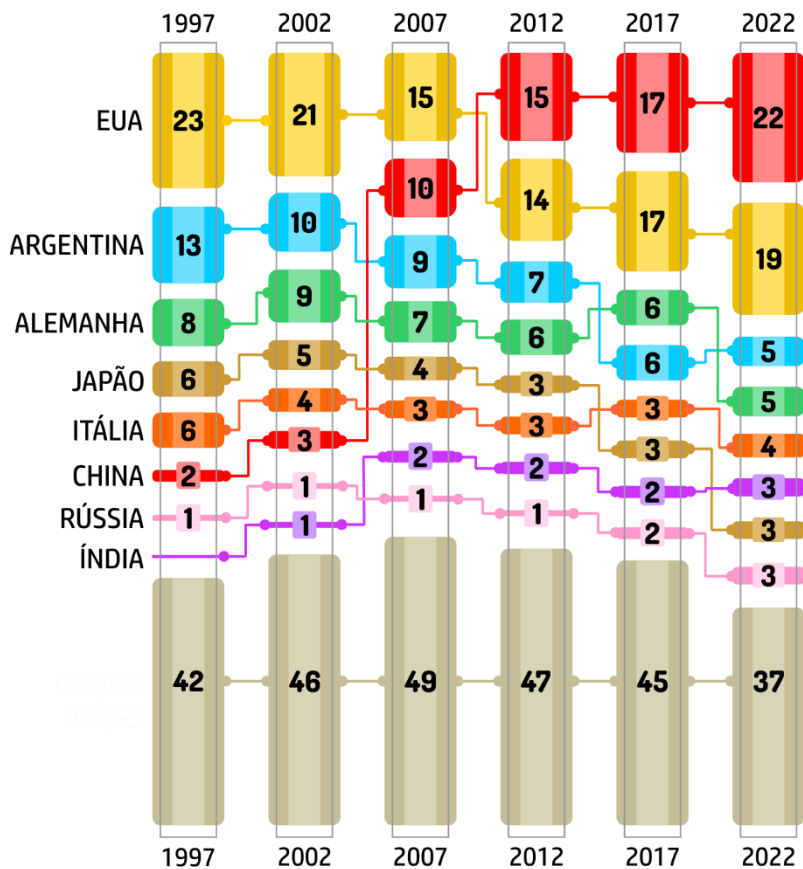
Sobre as importações, o gráfico 13 mostra alterações expressivas nos países de origem. Também aqui destaca-se a China, que em 1997 respondia por apenas 2%, e hoje é o maior fornecedor. Como mostra o gráfico 5, não ocorreu mudança substancial nas importações de

manufaturados, máquinas e equipamentos, mas em conjunto com o gráfico 14, conclui-se que passaram a ser comprados da China, e não mais dos EUA. A participação dos EUA, que experimentou retração considerável, hoje tem como pautas principais os produtos químicos e os combustíveis e lubrificantes.

Quanto à composição das importações, os produtos químicos são os que apresentaram maior crescimento, representados principalmente por fertilizantes, herbicidas e inseticidas, na razão direta do aumento das exportações de soja e outros grãos, razão pela qual Rússia e Índia passam a figurar entre os principais países dos quais o Brasil importa. Também se destacam neste grupo os medicamentos.

Combustíveis minerais tiveram redução, devido ao petróleo, e sua posição se mantém em decorrência das importações de gasolina, diesel e lubrificantes.

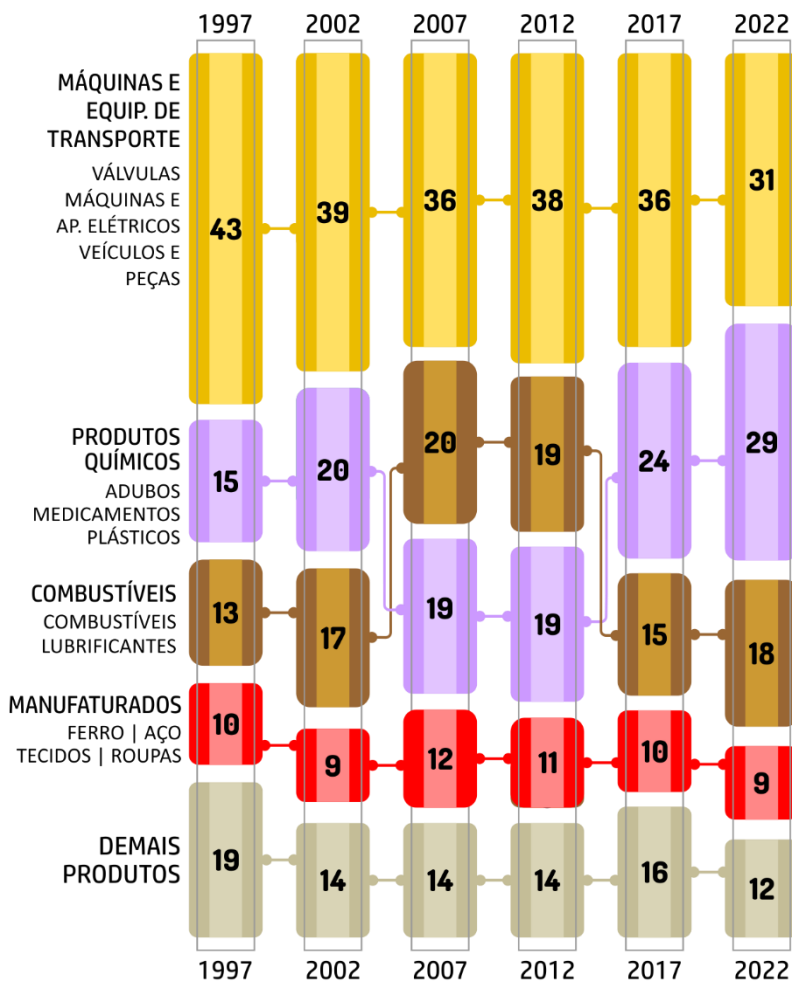
Gráfico 13

Brasil - Importações - Principais parceiros comerciais
 Percentual sobre o valor total importado


Fonte dos dados:

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, disponível em:
<http://comexstat.mdic.gov.br>. Elaboração própria.

Gráfico 14 | Brasil - Importações - Principais grupos de produtos
 Percentual sobre o valor total importado



Fonte dos dados:

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>.

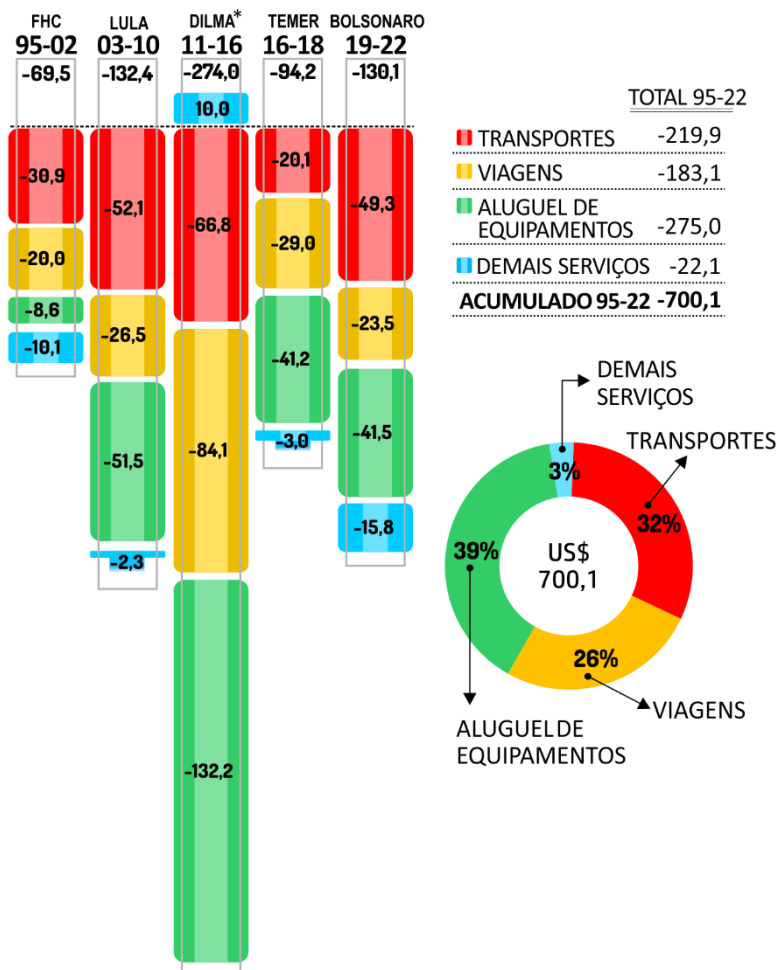
Elaboração própria.

Conta de Serviços

A conta de serviços é composta pelo saldo entre as importações e exportações de serviços, e pelo saldo entre os gastos das viagens de residentes ao exterior, menos os das viagens de não-residentes para o país. Conforme se verifica nas tabelas 1 a 4, o déficit nesta conta é histórico, sendo que em nenhum ano dos 28 analisados o fluxo foi positivo. Nesta conta, destacam-se três subcontas: viagens, serviços de transportes e aluguel de equipamentos. O gráfico 15 mostra a evolução destas subcontas em cada governo. As viagens de residentes brasileiros ao exterior durante o período analisado proporcionaram um fluxo negativo de 183,1 bilhões de dólares. Mais da metade deste valor (46%) concentrou-se no governo Dilma. O fluxo foi positivo somente em 2003 e 2004, em face da alta taxa de câmbio do período imediatamente anterior, o que arrefeceu o volume de viagens para o exterior. A média anual de saída de dólares do país a título viagens, é de 6,54 bilhões de dólares. O fluxo negativo da subconta transportes é determinado principalmente pelos custos ligados a fretes sobre importações, bem como serviços auxiliares de transporte, aluguel de embarcações tripuladas; movimentação, embalagem e estocagem de cargas. Experimentaram elevada evolução nos governos Lula e Dilma, e são responsáveis por cerca de 32% do fluxo negativo

da conta Serviços. Já a subconta Aluguel de Equipamentos, é a que mais pesa no fluxo negativo dos serviços, representando 39% do acumulado no período analisado. Destacam-se nesta rubrica o aluguel de plataformas para exploração de petróleo e gás, embarcações e aeronaves e de satélites para telefonia móvel.

Gráfico 15 | Brasil - Composição e evolução da conta de serviços
Em bilhões de dólares



Fonte: Banco Central do Brasil
Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelas/especiais>
Elaboração própria.

*Até agosto de 2016.

Renda primária

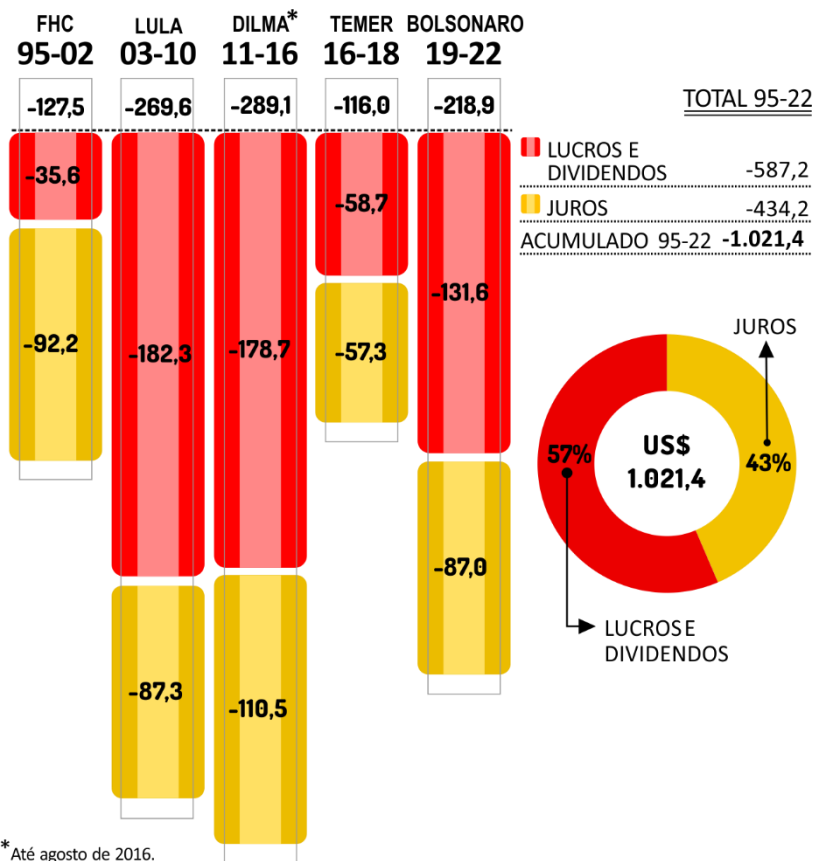
São três subcontas que compõem a conta de Renda Primária. A primeira é a subconta Salários, que registra as receitas decorrentes do recebimento de salários por serviços prestados a não residentes e as despesas relativas ao pagamento de salários a não residentes por serviços prestados à empresa sediada no país. O fluxo resultante é geralmente positivo, mas seu montante não é significativo na determinação do saldo final da Renda Primária.

Em seguida aparece a subconta de juros, que representa os custos referentes a empréstimos tomados no exterior, menos os custos de empréstimos de não residentes obtidos no país. O fluxo negativo indica que o país paga muito mais juros do que recebe. Conforme mostra o gráfico 7, durante os 28 anos analisados o Brasil pagou ao exterior 434,2 bilhões de dólares, quase a metade do déficit em transações corrente no mesmo período.

A terceira subconta mostra a diferença entre a remessa de lucros e dividendos para o exterior e o ingresso no país de valores referentes aos lucros obtidos no exterior. O gráfico 16 mostra que o fluxo retirou do país 587,2 bilhões de dólares desde 1995. Nos gráficos 17e 18 a seguir, são mostrados os principais setores remetentes e os principais países receptores.

Gráfico 16 | Brasil - Evolução das sub contas juros e lucros e dividendos

Em bilhões de dólares



* Até agosto de 2016.

Fonte: Banco Central do Brasil

Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>

Elaboração própria.

Gráfico 17 | Brasil

Remessa de lucros e dividendos para o exterior

Principais setores econômicos remetentes

Em bilhões de dólares

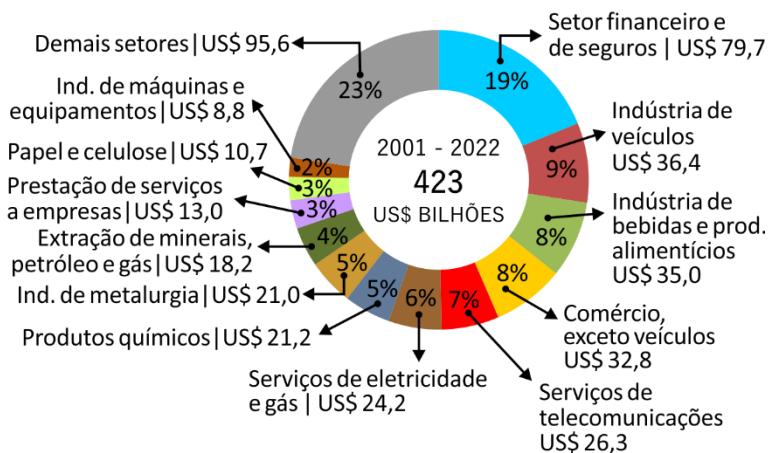
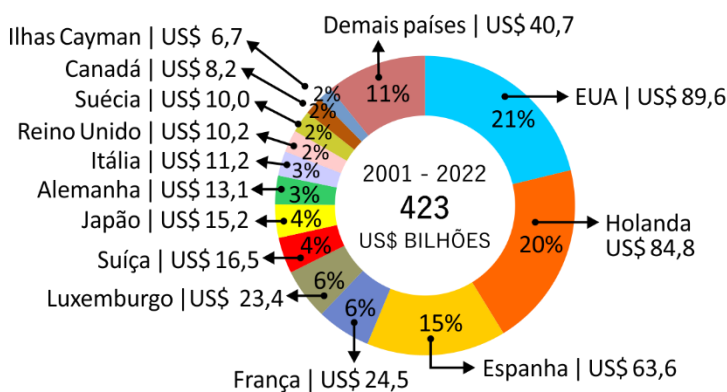


Gráfico 18 | Brasil

Principais países de destino das remessas de lucros e dividendos para o exterior

Em bilhões de dólares



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Elaboração própria.

Renda Secundária

Registra as transferências entre residentes e não residentes de uma economia sem que haja contraprestação, financeira ou não, por parte do beneficiário. Incluem-se as contribuições a entidades de classe, a entidades associativas e a organismos internacionais, bilhetes e prêmios de loterias oficiais, impostos, taxas, indenizações não amparadas por seguros, aposentadorias, pensões e reparações de guerra. Inclui, também, as transferências efetuadas por migrantes (remessas de trabalhadores, doações, heranças, etc.). O fluxo positivo é determinado principalmente pelas transferências pessoais do exterior para o Brasil. O saldo geral da conta tem uma influência modesta na composição das transações correntes.

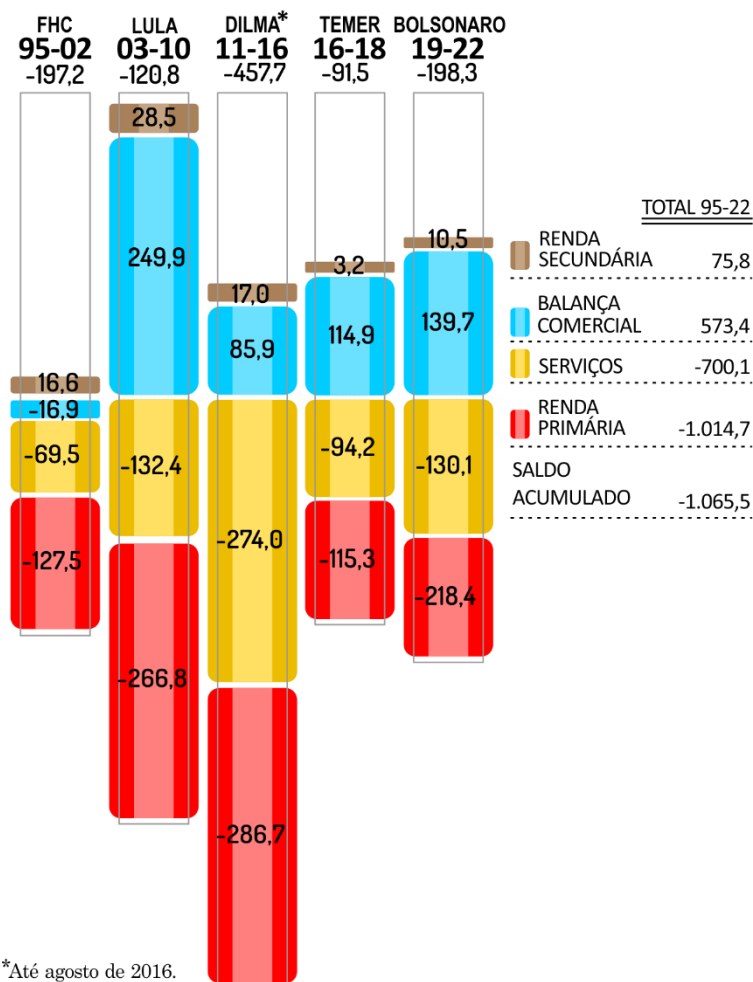
Transações correntes

É a conta que apura o saldo geral de todas as operações vistas anteriormente. Também chamada de conta corrente, quando seu saldo é negativo, significa que o país deverá obter dólares através de fluxo positivo em sua conta financeira, ou seja, deve ter sua conta de capitais aberta para a entrada de capital externo. Em não sendo suficiente a entrada de capitais externos para suprir sucessivos déficits em conta corrente, o país deve ter reservas internacionais suficientes para suportar o balanço de pagamentos. Quando estas alternativas não

forem suficientes, só resta socorrer-se de empréstimos de bancos e/ou instituições internacionais, como o FMI. Conforme exposto na tabela 1, o Brasil apresentou superávit em conta corrente em somente cinco anos dos 28 analisados: de 2003 a 2007 — em face principalmente dos expressivos superávits da balança comercial de bens —. Portanto, antes da abertura da conta financeira, proporcionando a entrada de capitais externos, um país como o Brasil contava quase que exclusivamente com o saldo positivo de sua balança comercial para fazer frente a eventuais déficits em seu balanço de pagamentos. O gráfico 17 mostra como evoluíram as transações correntes e seus componentes em cada governo. Desde o início da série até 2022, o país acumulou 1,065 trilhões de dólares de déficit.

Gráfico 19 | Brasil - Transações correntes (Conta corrente)

Em bilhões de dólares



*Até agosto de 2016.

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Elaboração própria.

Conta Capital

Esta conta registra transferências de patrimônio resultantes de imigração ou emigração; bens não financeiros não produzidos, que compreende a compra e venda de direitos de propriedade, tais como marcas e patentes. É por esta conta que circulam, por exemplo, os valores referentes à venda ao exterior de direitos sobre atletas, que respondem pela maioria dos valores que transitam na conta. O fluxo é quase sempre positivo, mas seu montante não é determinante para o saldo das transações correntes.

Conta financeira

Registra a diferença entre os fluxos de investimentos de brasileiros (pessoas físicas e jurídicas) no exterior (Ativos) e os fluxos de investimentos de estrangeiros no Brasil (Passivos). Tanto ativos quanto passivos são compostos por quatro subcontas basicamente: i) investimentos estrangeiros diretos; ii) investimentos em carteira; iii) empréstimos e títulos e iv) outros passivos. Há uma quinta subconta – Ativos de Reservas – que é a responsável por receber a diferença entre todos os fluxos vistos até aqui. O lançamento nesta rubrica reflete a diferença final do balanço de pagamentos. Quando o lançamento é negativo, significa que o país teve que usar reservas para cobrir o déficit no balanço de paga-

mentos, e quando positivo, o país aumenta seus ativos de reservas.

Para a tabela 5, adotamos o critério de expressar a conta financeira negativa quando a entrada de dólares é maior do que a saída. Por esse critério, queremos enfatizar que, quando a entrada é maior que a saída, somos, na verdade, devedores desse saldo, pois são capitais que a qualquer momento podem deixar o país, sejam eles capitais especulativos (principalmente) ou capitais para investimento direto.

Tabela 5| Brasil - Conta financeira

	FHC	LULA	DILMA	TEMER	BOLSONARO	TOTAL
Investimento direto	-154.658	-165.181	-399.270	-149.139	-177.687	-1.045.934
Investimentos em carteira	-67.291	-185.224	-136.686	32.568	29.210	-327.424
Empréstimos	-8.693	-25.334	-82.412	20.755	-12.979	-108.663
Créditos comerciais	-16.521	7.274	-29.782	214	-495	-39.310
Outros investimentos	61.616	57.808	95.289	1.929	3.342	219.984
Ativos de reserva	-767	231.833	92.071	9.198	-33.605	298.730
Conta Financeira	-186.315	-78.824	-460.789	-84.475	-192.214	-1.002.617

Conforme as tabelas 1 a 4 no início deste capítulo, o país precisou usar reservas para cobrir o déficit do balanço de pagamentos em cinco oportunidades: de 1997 a 2000, em 2013, e mais recentemente em 2019, 2020 e 2022. Em todos os demais exercícios, o saldo da conta financeira cobriu o déficit e ainda proporcionou o aumento das reservas. Assim, configura-se que o Brasil cobre seus prejuízos em conta corrente com a entrada de

capital externo, seja para investimento direto, investimento em carteira ou empréstimos.

O Brasil adota o sistema de câmbio flutuante, cuja taxa é determinada pelo próprio "mercado" através da relação entre oferta e procura. Assim, quanto maior a entrada de dólares pela conta financeira, principalmente para investimentos em carteira, mais o real se valoriza, ao passo que quando há mais saída de dólares do que entrada, esse tem seu valor depreciado.

A tabela 5 mostra o resultado dos fluxos de entrada e saída de capitais das principais subcontas, agrupadas em cada governo durante o período analisado. Valor negativo indica maior entrada do que saída de capital externo, o que torna o país devedor desses valores, visto que podem sair a qualquer momento, obrigando a converter os reais baixados das aplicações em dólar para retornarem à origem.

O primeiro período (governo FHC) caracteriza-se por desequilíbrios no balanço de pagamentos. Embora com fluxo positivo de capital externo, os déficits da balança comercial e a insuficiência de reservas internacionais, levaram o país a socorrer-se do FMI em duas oportunidades (1998 e 2002).

Os dois governos do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma), caracterizam-se pelo volumoso ingresso de capitais, tanto para investimento direto quanto para

investimentos em carteira. Associados aos grandes superávits da balança comercial, estes fatores proporcionaram a formação das robustas reservas internacionais que ainda hoje o país sustenta.

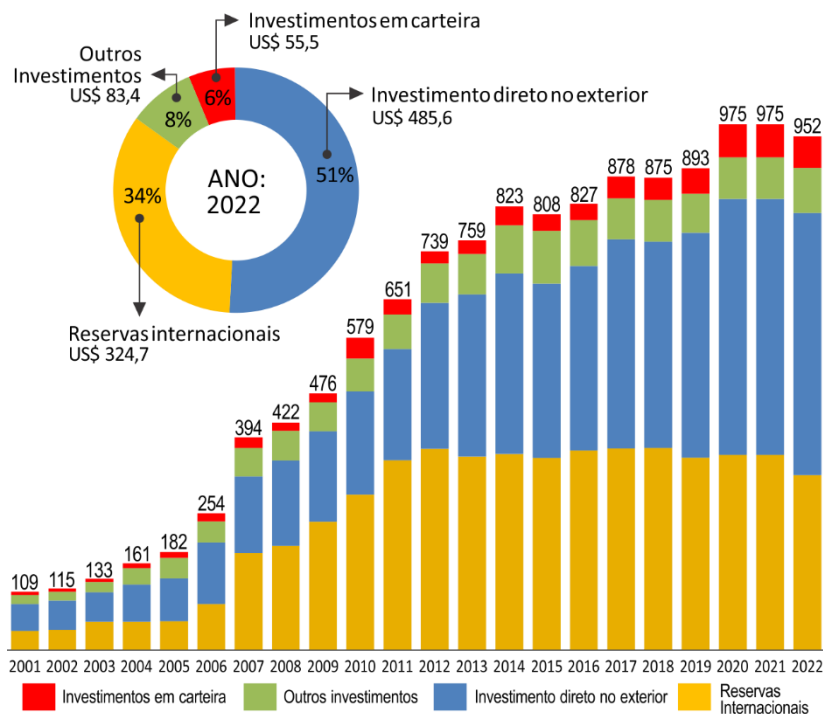
Quanto aos governos Temer e Bolsonaro, há mudanças expressivas na conta, onde somente o investimento direto foi positivo. Pela primeira vez, observa-se fluxo negativo (saída maior que a entrada) dos investimentos em carteira, que conjugado com outros fatores, resultaram na necessidade de uso de cerca de 20 bilhões de dólares das reservas internacionais do país.

A conta financeira por sua natureza, necessita de um segundo tipo de controle, para além do controle dos fluxos: trata-se da Posição dos Investimentos no Exterior e da Posição do Investimento Estrangeiro no país, que visa a mostrar qual a posição atual destes investimentos. Os saldos de investimentos e empréstimos são afetados tanto pelos fluxos como também pelas variações cambiais.

O gráfico 18 mostra a evolução da posição dos investimentos no exterior, com dados disponíveis a partir do ano de 2001. O IDE (Investimento Direto no Exterior) representa a maior parte da posição do país no exterior. Os investimentos em carteira feitos por brasileiros no exterior historicamente não assumem grande relevância. As reservas internacionais são parte integrante

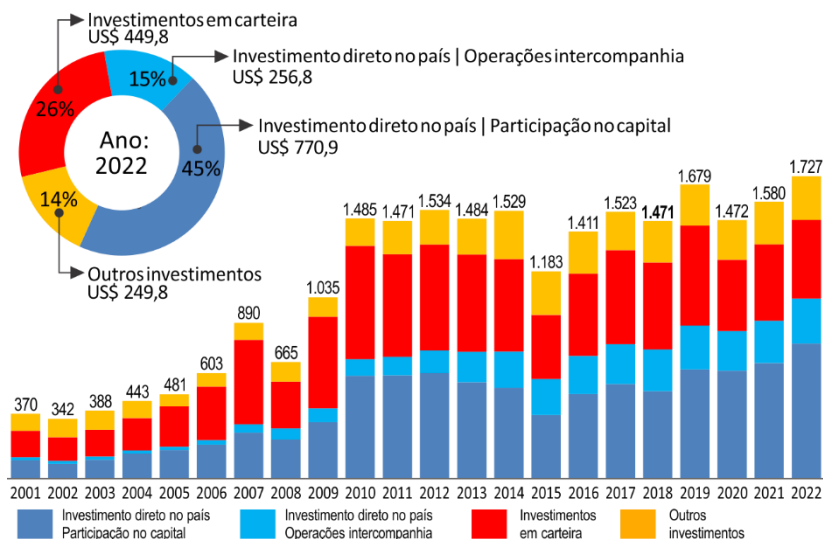
da Posição dos Investimentos no Exterior, pois configuraram um direito do país em moeda estrangeira. As reservas do Brasil estão alocadas basicamente em títulos do governo dos EUA, compondo cerca de 80% do total.

Gráfico 18 | Brasil - Posição dos investimentos no exterior
Em bilhões de dólares



Fonte: Banco Central do Brasil | Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Elaboração própria.

Gráfico 20 | Brasil - Posição dos investimentos estrangeiros no país
Em bilhões de dólares



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Elaboração própria

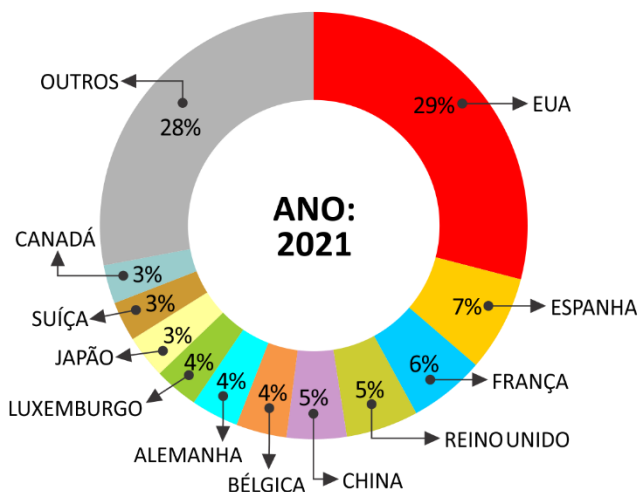
Quanto ao passivo externo mostrado no gráfico 20, ele retrata a posição dos investimentos de estrangeiros no país, tanto aqueles alocados em participação de capital em empresas quanto aplicações em ações e títulos. Além destes investimentos, o passivo espelha a posição dos empréstimos tomados no exterior pelos setores público e privado.

O investimento direto possui dois componentes: Participação no Capital e Operações Inter Companhia. O primeiro configura-se quando um investidor de uma

economia detém poder de voto igual ou superior a 10% em empresa ou fundo de investimento sediado em outra economia. Já as Operações Inter Companhia, as transações correspondem aos fluxos líquidos de capitais entre empresas residentes receptoras de IDP e seus investidores diretos não residentes.

A diferença entre o Ativo externo e o Passivo externo, é chamada de “Posição de Investimento Internacional”. Ao final de 2022, a posição brasileira mostrava um montante de 728,41 bilhões de dólares negativo (passivo maior que o ativo).

Gráfico 21 | Brasil
Investimento estrangeiro direto no país
Distribuição por país do controlador final



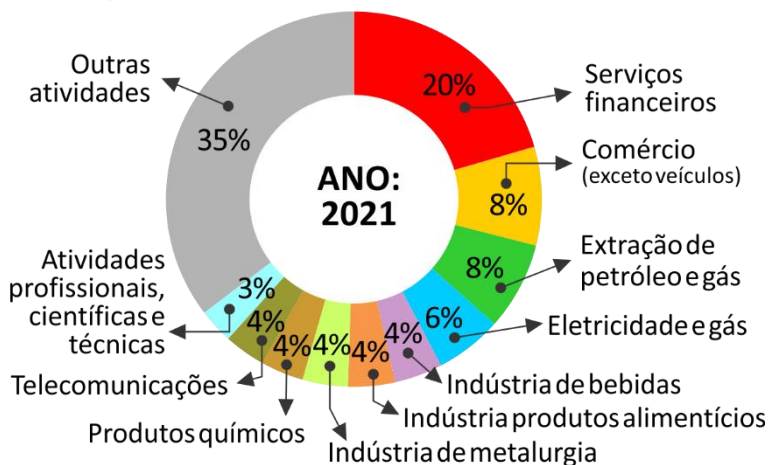
Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Elaboração própria

O gráfico 21 mostra que o EUA detém a liderança dos investimentos diretos, alcançando o valor de 191,6 bilhões de dólares. Em estudo de 2017, o Banco Central realizou pesquisa para identificar os países de origem dos controladores finais dos investimentos, visto que, em muitos casos, são usados outros países para concretizar tais investimentos. Esta prática está consolidada em todo o mundo, a ponto de hoje em dia o país com maior volume de investimento direto pelo mundo é a Holanda, embora sua economia não possua *status* para tal. No Brasil, se considerarmos o investidor imediato, veremos a Holanda em segundo lugar e Luxemburgo em terceiro. O que explica esta situação, é o fato destes países conservarem até hoje acordos seculares de isenções fiscais para trânsito de capitais, o que configura uma prática de evasão fiscal legalizada.

O gráfico 22 mostra os setores econômicos com maior participação de capital externo. O exame desta realidade desmistifica em parte a ideia de que o IDP (Investimento Direto no País) é sempre saudável para o país receptor, visto que impulsiona sua produção e o conseqüente desenvolvimento. A liderança do setor de bancos e demais instituições financeiras, demonstra que os maiores investimentos estão em um setor não produtivo, comprometido com os ganhos financeiros oriundos, geralmente, da conversão de capital monetário em capital fictício.

Gráfico 22 | Brasil

Investimento estrangeiro direto no país
Distribuição entre os setores econômicos



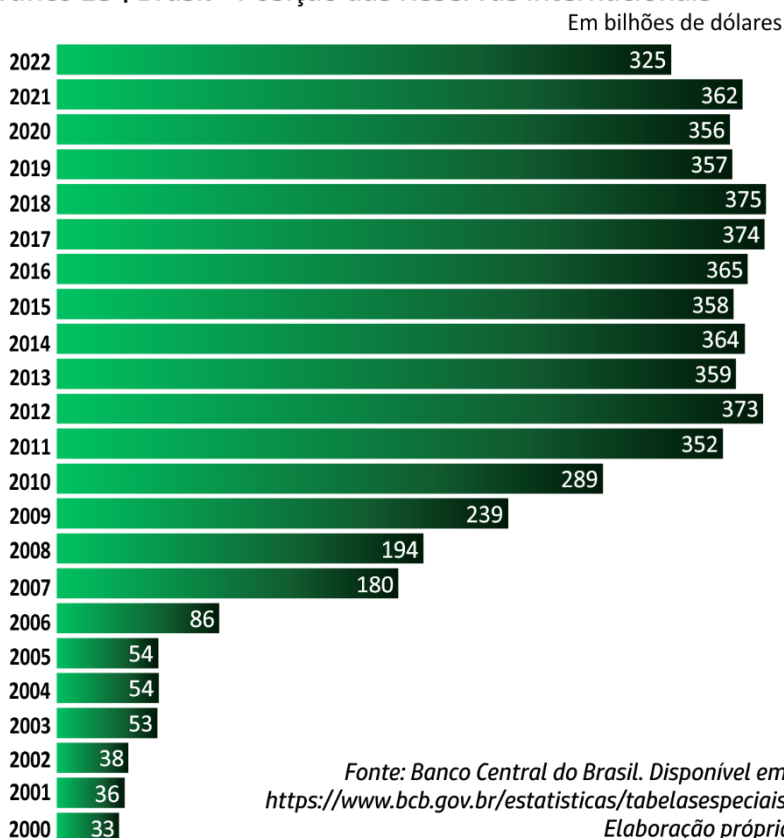
Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Elaboração própria

Reservas internacionais

Último item do balanço de pagamentos, as reservas recebem o saldo final do balanço. Na verdade, não obrigatoriamente crescem quando o saldo do balanço de pagamentos é positivo, pois o país geralmente conserva o eventual valor positivo em uma subconta chamada Ativos de Reservas. Ela representa valores que podem ser convertidos em reservas efetivas se o país decidir comprar moeda estrangeira para elevar suas reservas, ou estes valores podem permanecer estacionados para eventual uso em meses subsequentes quando o saldo do

balanço for negativo. Geralmente integram posições em instituições internacionais como o FMI, onde os países possuem um tipo de conta que pode ser usada a qualquer momento, sendo inclusive permitido o uso de um tipo de cheque especial.

Gráfico 23 | Brasil - Posição das Reservas internacionais



Conforme o gráfico 23, o Brasil apresenta atualmente um robusto saldo de reservas, que se formaram principalmente durante o governo Lula, e que hoje agem como um tipo de seguro contra eventuais crises monetárias que possam afetar seu balanço de pagamentos. O governo Bolsonaro gastou cerca de 50 bilhões de dólares das reservas, parte para fechar o balanço de pagamentos e parte em intervenções no mercado de dólares para estabilizar a taxa cambial. É sempre a primeira conta a ser observada por investidores externos antes de ingressarem com seus capitais no país, pois representa em certa medida o poder que o país tem de fazer frente a eventuais fugas de capitais.

Embora representem este “seguro”, as reservas também acarretam o chamado “custo de carregamento”, representado pelo fato de que, para mantê-las e encorpá-las, é preciso, no caso do Brasil, recorrer a outras fontes de financiamento, no caso, a dívida interna. Portanto, como os juros pagos na dívida interna é muito superior ao rendimento das reservas internacionais — preponderantemente representadas por títulos do tesouro norte-americano, não raro com juros próximos de zero — há efetivamente um custo para se manter as reservas, representado pela diferença entre as duas taxas.

O primeiro ano do novo governo LULA (2023)

O ponto mais relevante do balanço de pagamentos em 2023, é o expressivo aumento no superávit da balança comercial de bens. Em relação a 2022, o aumento foi de 82%, atingindo o valor de US\$ 80,58 bilhões, o maior saldo desde o início da série. No entanto, esse aumento não ocorreu por expansão expressiva das exportações, que cresceram apenas 1,2%, e sim pela retração das importações, que recuaram 11%.

A conta de serviços permaneceu deficitária, porém com recuo de 5,1% em relação ao ano anterior. A principal retração deu-se na subconta de fretes (-40,8%), devida à diminuição das importações de bens.

A conta de renda primária, responsável por abrigar as remessas de juros, lucros e dividendos, apresentou um incremento de 28% em relação a 2022, totalizando em 2023 o valor de US\$ 72,4 bilhões. A subconta lucros e dividendos cresceu 21,5%, enquanto os juros remetidos para fora do país aumentaram 41,4%, com destaque para os que incidem sobre operações Inter Companhia, que se elevaram em 27,3% e os juros sobre a renda de outros investimentos (não especificados no balanço de pagamentos), com crescimento de 91,2%.

A conta de renda secundária, cuja movimentação é bastante discreta, recuou 76,5%, fechando 2023 em US\$ 880 milhões, ante US\$ 3,7 bilhões em 2022.

A conta de transações correntes, que apura até aqui o subtotal do balanço, recuou 40,8% em relação a 2022, devido ao bom desempenho da balança de bens. Contudo, isso não foi suficiente para evitar um déficit de US\$ 28,5 bilhões, repetindo-se o problema estrutural que o país enfrenta, pelos elevados déficits na conta de serviços e principalmente na conta de renda primária.

A conta capital, cujos valores também são incipientes para gerar qualquer alteração significativa no balanço, cresceu 34%, passando de US\$ 245 milhões para US\$ 328 milhões.

A conta financeira continuou apresentado fluxo positivo, ou seja, entrada maior do que saída em suas duas principais subcontas: investimento estrangeiro direto e investimentos em carteira. O resultado em 2023 foi de US\$ 50,9 bilhões, 29,1% superior ao de 2022, que fechou em US\$ 39,5 bilhões. Os ingressos de investimento direto no país em 2023 superaram as saídas para investimento direto no exterior em US\$ 42,9 bilhões, um incremento de 14,7% em relação a 2022. Quanto aos investimentos em carteira, o fluxo de ingressos para aplicações no país superou o fluxo das aplicações no exterior em US\$ 6,6 bilhões. Relevante registrar que em

2023 o fluxo de investimento em carteira no país foi positivo, alcançando US\$ 11,8 bilhões, ao passo que, em 2022, esses investimentos no país apresentaram fluxo negativo (maior saída do que ingresso), fechando o ano com valor negativo de US\$ 3,0 bilhões.

Apuradas todas as contas, e considerando os erros e omissões, o balanço de pagamentos desse primeiro ano do novo governo de Lula apresentou um superávit de US\$ 21,3 bilhões.

Quanto às reservas internacionais, cresceram 9,3% em relação ao final de 2022, fechando o ano de 2023 em US\$ 355 bilhões. Com esse acréscimo de US\$ 30,3 bilhões, recuperou-se parte dos US\$ 50 bilhões que foram consumidos durante o governo de Bolsonaro por intervenções no mercado de câmbio, devido à opção do país em adotar a política de “câmbio flutuante”. A elevação das reservas foi ocasionada basicamente por remuneração (juros), variações de preços e linhas de recompra, não tendo havido intervenção direta do governo para aumento nominal.

A conclusão que se pode chegar sobre o balanço de pagamentos ao final de 2023, é de que o Brasil permanece com as mesmas vulnerabilidades estruturais que já apresentava. Mesmo com um grande superávit na balança comercial, continua não sendo possível alcançar saldo positivo em transações correntes, devido

principalmente às remessas de juros, lucros e dividendos, bem como aos prejuízos recorrentes na conta de serviços. Essa situação determina que o país se subordine ao livre trânsito de capitais pela conta financeira, como única maneira de cobrir os prejuízos em conta corrente. Como decorrência, adota a política de câmbio flutuante, deixando que o “mercado” determine a taxa cambial, tornando-se vulnerável aos ataques especulativos sobre a sua moeda. O que esperamos do Brasil é que assuma integralmente sua plena soberania, de forma a resolver definitivamente os problemas que envolvem suas contas externas.

Considerações finais

A análise do balanço de pagamentos brasileiro apresentado neste trabalho, compreendendo o período desde a adoção do Real até 2022, nos permite concluir que existem aspectos positivos e negativos no desempenho das contas externas.

O primeiro ponto a considerar é que o país tem conseguido manter saldo positivo na balança comercial de bens. No entanto, ao se aprofundar a análise nesta conta, é possível perceber vulnerabilidades estruturais. O país, no decorrer dos últimos 20 anos, inverteu sua pauta de exportações, de forma a retornar ao passado como um exportador de matérias primas. Não houvesse deprimido sua indústria, poderia conviver hoje com di-

versidade nas exportações que certamente proporcionaria maior robustez na balança comercial. A desindustrialização também afeta as importações, onde se pode observar a presença maciça de bens industrializados.

Outro aspecto positivo é o volume expressivo de reservas internacionais que o Brasil formou e tem conseguido manter. À exceção dos últimos quatro anos, quando consumiu cerca de US\$ 50 bilhões das reservas, têm se mantido já há uma década em patamar superior a US\$ 300 bilhões, sem sobressaltos.

Quanto ao exame do restante das transações correntes, as contas seguintes à balança comercial apresentaram graves déficits que comprometem sobremaneira o balanço de pagamentos.

Durante o período analisado, a conta de serviços consumiu todo o superávit da balança comercial de bens. É uma conta pródiga em mostrar as opções que o país fez no decorrer dos anos. Os maiores déficits em serviços estão na subconta Aluguel de Equipamentos, onde se destacam: i) aluguel de plataformas para exploração de petróleo e gás; ii) aluguel ou leasing de embarcações e aeronaves; iii) aluguel de satélites para telefonia móvel. Quando se constata que o país desmanchou o polo de construção de plataformas em Rio Grande no RS, vendeu a Embraer e sucateou as estruturas dos estaleiros nacionais, pode-se entender que o problema é

muito mais de opção do que de dependência. O déficit acumulado da conta de serviços nestes 28 anos, chegando a 700 bilhões de dólares, poderia ser ainda maior não fosse o resultado positivo de 139 bilhões de dólares da subconta de serviços de arquitetura e engenharia, mais um setor onde o país fez de tudo para liquidar suas empresas, através dos processos levados a cabo pela operação lava a jato.

Mas nada solapa mais o balanço de pagamentos brasileiro do que a conta de renda primária. Como se viu, por ela transitam os fluxos de juros, lucros e dividendos, e sem nenhum tipo de taxação ou regulamentação, nada menos do que 1 trilhão de dólares sangraram do país desde 1995 por este mecanismo. A quase totalidade dos lucros obtidos em solo brasileiro pelos investimentos estrangeiros diretos e em carteira, são remetidos ao exterior, o que demonstra que estes investimentos, tão decantados pelos economistas liberais como a solução para o desenvolvimento do país, comprometem sobremaneira as contas externas.

Breve histórico sobre a liberalização do fluxo de capitais no Brasil

A partir da década de 1980, parte considerável do mundo passa a viver sob a égide do neoliberalismo, cujo principal componente é o de permitir o livre trânsito de capitais entre os países. No Brasil, esta década ficou

conhecida como a “década perdida”, em face das sucessivas crises monetárias advindas das dificuldades envolvendo a dívida externa. A partir da unilateral e arbitrária elevação das taxas de juros efetuada pelos EUA em 1979 (de 7,5% para 20%), inviabilizou-se que os países em desenvolvimento continuassem honrando seus compromissos externos. Em 1987 o Brasil inicia sua abertura financeira, quando se permitiu aos residentes no exterior investirem no Brasil através da criação de diferentes tipos de fundos de investimentos, e foi gradativamente aumentando. Porém, como estava envolvido com a referida crise da dívida externa — inclusive com uma moratória decretada unilateralmente em 1987 — não atraía capitais externos até mesmo por ainda não possuir um mercado financeiro consistente. Somente a partir de 1994, quando se concluíram as negociações do chamado “Plano Brady”, que proporcionou que as dívidas dos países emergentes fossem securitizadas, criando instrumentos de dívidas negociáveis nos mercados financeiros, e com a adoção do “Plano Real”, o Brasil coloca-se em condições de se tornar um mercado atrativo para o capital externo. A partir daí várias medidas foram sendo tomadas para permitir tanto o fluxo de capitais externos para o país, quanto o fluxo para fora do país, integrando o país aos mercados financeiros do mundo.

Do ponto de vista da entrada de capital, talvez o recurso mais importante tenha sido o chamado Anexo IV da Resolução 1.832/91 do Banco Central, que permitiu o acesso direto dos investidores institucionais estrangeiros ao mercado de ações e de renda fixa nacional. Até então, o único canal para o trânsito de capitais eram as contas “CC5”. “Contas CC5” eram contas previstas na Carta Circular nº 5, editada pelo Banco Central em 1969, que regulamentava as contas em moeda nacional mantidas no País, por residentes no exterior. Referida Carta circular foi revogada em 1996 e, portanto, a expressão “contas CC5” não mais se aplica às atuais contas em moeda nacional tituladas por pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior. Hoje, as disposições sobre essas contas constam do Título VI da Circular 3.691, de 16 de dezembro de 2013. O objetivo inicial das CC5 era que o titular no exterior, ao viajar para o Brasil, depositasse o dinheiro em moeda nacional e, ao voltar ao exterior, pudesse sacar o dinheiro em moeda estrangeira. Portanto, era possível, por meio da CC5, trocar reais por qualquer outra moeda. Posteriormente, foi permitido que outras pessoas, desde que devidamente identificadas, depositassem nas CC5 para que o dinheiro fosse sacado pelo titular no exterior. Isso facilitou o envio de divisas para fora do país por um sistema que ficou conhecido no mercado como “barriga de aluguel”. Diante da grande quantida-

de de valores que estava saindo, em 1996 o governo decidiu limitar a 10 mil reais os depósitos em dinheiro nas CC5. Mesmo assim, continuaram sendo usadas para remessas ilegais, por isso, em 2005, depois do escândalo envolvendo o Banestado, o governo restringiu ainda mais a utilização das CC5, até sua extinção no mesmo ano. Atualmente, o brasileiro que quiser enviar dinheiro a outro país deve fazer um contrato de câmbio com uma instituição financeira, que será devidamente registrado e identificado no Banco Central. No âmbito dos bancos, medidas durante o ano de 1999 praticamente eliminaram quaisquer impedimentos maiores para a captação de recursos externos, liberando operações para livre aplicação no mercado brasileiro. Assim, durante a década de 1990, mesmo sofrendo ataques especulativos e fugas de capitais, gerando crises e tendo que recorrer ao FMI, o país continuou aprofundando a conversibilidade de sua conta de capitais (conta financeira).

A partir de 2000, o processo de liberalização prossegue permitindo-se a atuação de novos agentes e modalidades de aplicações específicas aos investimentos externos, também disponibilizando aos investidores estrangeiros um mecanismo para negociação direta de ações nas bolsas de valores brasileiras. A consolidação da liberalização financeira da economia brasileira se dá em 2005, com o fim da cobertura cambial nas exportações. Com isso, as empresas exportadoras brasileiras

ficam desobrigadas a internar no país os dólares recebidos pelas exportações, podendo mantê-los no exterior. Primeiramente com limites de valor e prazo, e em seguida abolindo qualquer restrição, o que vigora até hoje. Essa liberalização retirou do Banco Central um importante instrumento para agir no mercado de câmbio, perdendo o que era um mínimo de previsibilidade sobre o ingresso de moeda estrangeira. Além disso, os exportadores, em última instância, passam a atuar sob o mesmo signo dos agentes financeiros, ou seja, trazendo os dólares quando lhes convém, e permanecendo com eles no exterior quando lhes for mais favorável.

Hoje, restam somente dois aspectos que o mercado ainda espera do Brasil: acabar com as restrições legais para participação de empresas estrangeiras em alguns setores da economia; e o fim da proibição de realização de operações domésticas em moeda estrangeira, ou seja, o curso forçado do Real. Estes dois aspectos são citados pelo FMI como exemplos de “instrumentos de controle de capitais”, o que classifica o Brasil como país que ainda “restringe” o livre trânsito de capital externo.

Capítulo 10

A disjuntiva brasileira: soberania ou submissão

Neste subitem, que trata do capitalismo e neoliberalismo no caso do Brasil, busca-se trazer à consideração algumas reflexões e problemas sobre a soberania nacional. O contraposto da soberania é a submissão e dessa contraposição surgem as seguintes questões: como determinado Estado nacional submetido por outro pode superar essa relação de submissão e adquirir o seu pleno domínio? Quais as condições para o exercício pleno da soberania nacional? Estado soberano é aquele que pode constituir meios adequados à realização de sua finalidade de subordinação à soberania popular e de autodeterminação externa. A questão da soberania de um Estado é complexa e envolve os fundamentos do Estado Democrático de Direito. Para compreender a natureza das relações entre Estados e suas soberanias é necessário observar o processo geral de produção e circulação do capital, bem como o processo global da produção capitalista, porque o sistema capitalista gera vários empecilhos à efetiva soberania e autodeterminação das nações. Todavia, estamos no ponto de inflexão de mudanças estruturais e nas relações econômicas e geopolíticas no mundo. Desse panorama se vislumbram os contornos de um indispensável mundo de relações multipo-

lares entre as nações e no estabelecimento de diálogos multilaterais, isto é, um novo tipo de relacionamento entre as nações com base no respeito mútuo, coexistência pacífica, cooperação mutuamente benéfica e, principalmente, de respeito à soberania das demais nações. O Brasil, conforme assentado na Constituição da República, tem por finalidade programática desenvolver políticas públicas ao bem estar do povo brasileiro e estabelecimento de procedimentos de democratização das instituições públicas nacionais e de defesa dos direitos sociais, com vistas à efetiva democracia, de garantia do Estado de Direito e soberano e, desse modo constituído e instituído, atuar na comunidade internacional com cooperação, respeito ao direito internacional e suas regras, mas sempre com salvaguarda de sua soberania e de defesa dos interesses nacionais. A relação entre a soberania nacional e as demais soberanias das nações deve ser construção constante em busca de um futuro compartilhado e de bem-estar da humanidade. Importante destacar que alguns países não se submeteram à adoção da política neoliberal em seus governos, notadamente na Ásia, com isso asseguraram as suas soberanias e desenvolvimento econômico, social e cultural dos seus países, que detém na atualidade dois terços da produção mundial.

O que é soberania nacional?

Do conceito de nação, já examinado no primeiro capítulo, decorre que a soberania é expressão do Estado organizado e com capacidade de impor e manter o monopólio da tributação e sua destinação, com poder de criar e manter aparatos de coerção e com essas características se postar frente às demais nações.

Nação soberana é aquela com autoridade legítima escolhida por seu próprio sistema político e que em essência enfeixa o poder de estabelecer lei e de modificá-la, com autonomia para se relacionar com outras nações, sem qualquer interferência de outros Estados, e com afirmação de sua autodeterminação. Do conceito de soberania acima enunciado é possível identificar, na dinâmica das relações internacionais, a qualidade da soberania entre as nações.

A ONU, criada em 1945, com o objetivo de coordenar e articular a soberania dos diversos Estados membros que a compõem e de estabelecer normas a serem observadas por seus signatários, onde cada um desses é responsável pela observância e defesa dessas normas, é importante fórum com potencial à racionalização do conjunto diverso e heterogêneo de soberanias. Entretanto, a função da ONU tem sido limitada por conta da hipertrofia da “soberania” e dos interesses comerciais e geopolíticos dos Estados Unidos e seus alia-

dos em detrimento da soberania das demais nações do mundo.

Na maior parte do mundo predomina o modo de produção capitalista com quantidade enorme de coleção de mercadorias. Ressalta-se esse aspecto apenas para destacar o papel dos Estados Unidos na promoção e na imposição de enormes óbices ao desenvolvimento soberano das nações.

Os Estados Unidos no decorrer do processo do pós-guerra foi se constituindo como potência hegemônica e como expressão desse poder constantemente se contrapõe a Carta da ONU arrogando uma “Ordem Internacional Baseada em Regras”, de produção unilateral, em que afirma a sua superioridade a qualquer outro sistema internacional e com imposição de sua observância a todos os países. Exemplo disso, as sanções econômicas e de confisco de reservas dirigidas aos países que não se submetem. É útil examinar a maneira como o termo é usado. Na maioria das vezes, Washington se refere à “Ordem Internacional Baseada em Regras” para condenar outros Estados e designá-los como violadores de suas “regras” autodeclaradas. No entanto, a base para a condenação nunca é explicada de forma concreta. Essas “regras” não têm definições legais precisas e consistentes, mas são formuladas para atender às necessidades e interesses de Washington em momentos especí-

ficos. À medida que essas necessidades e interesses mudam, as regras também mudam. Em outras palavras, as “regras” são o que o governo dos EUA define. Por exemplo, o governo dos Estados Unidos impõe regularmente sanções unilaterais contra outros Estados sob a alegação de que violaram as “regras”. Na realidade, trata-se de uma política arbitrária usada para punir populações inteiras pelo descumprimento de seus Estados às instruções dos Estados Unidos, como exemplificado pelo bloqueio de décadas contra Cuba. Esse bloqueio não está fundamentado no Direito Internacional ou na Carta da ONU. Na verdade, Washington ignora a imensa maioria dos povos e governos do mundo que votam anualmente na ONU para condenar essa política cruel. Em vez disso, as sanções e bloqueios conduzidos pelos EUA são um exercício de poder possibilitado pelo controle do governo dos EUA sobre os fluxos internacionais de finanças e comércio, bem como pela intimidação diplomática e militar que emprega para coagir outros países. Nem a opinião popular, nem os pontos de vista da maioria dos governos do mundo importam para os Estados Unidos. O que importa para o governo dos EUA é que ele possa promover seus interesses de política externa. Para atender a essa necessidade, Washington inventa as “regras” que definem sua ordem internacional, impostas por sanções não literais, bloqueios e quaisquer meios necessários. Além dessas regras definidas arbi-

trariamente, o governo dos EUA também usa seletivamente as disposições do Direito Internacional – desenvolvidas após discussões democráticas na ONU e em outros fóruns – para policiar outros países. Por exemplo, o governo dos EUA é signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1994). No entanto, o Senado dos EUA não ratificou esse tratado e, como resultado, o governo dos EUA não faz parte dele. Apesar disso, é com base nesse tratado que o governo dos EUA conduz seus exercícios navais de “liberdade de navegação” próximo das costas de países que assinaram e ratificaram o tratado, como a República Popular da China. Em outras palavras, o Mar da China Meridional – as águas soberanas da China, membro pleno do tratado – está sendo policiado por um país que não ratificou o tratado: os Estados Unidos. Da mesma forma, o governo dos Estados Unidos não é parte do Estatuto de Roma (2002), que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional, mas são os Estados Unidos que usam agressivamente o tribunal e as leis criminais internacionais (como as Convenções de Genebra) para processar aqueles que considera seus inimigos²². Essa ordem própria e fora da

²² A questão da soberania é examinada de modo bastante amplo no texto Soberania, Dignidade e Regionalismo na Nova Ordem Internacional, que integra o Dossiê n. 62 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social em colaboração com o Centro de Pesquisa de Política Internacional – Março de 2023, disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2023/03/20230302_D62_PT_Web.pdf

Carta da ONU fere as demais soberanias dos Estados membros e gera muita instabilidade nas relações políticas internacionais. São “regras” que favorecem tão somente os Estados Unidos e geram mecanismos de coerção e de punição aos Estados que não as observam ou que se contraponham as suas diretrizes, como é o caso de embargos econômicos com a finalidade de asfixiar o livre comércio entre as nações. Com isso o governo dos Estados Unidos impõe ameaças de toda sorte aos demais países desde embargos econômicos, restrições comerciais e de crédito até instabilidade política, propagação de notícias falsas (*fake news*) e mesmo invasão, como por exemplos as ditas “primaveras árabes”. Para justificar a invasão, alegou a existência no Iraque de armas de destruição em massa, do que foi, posteriormente, comprovada a falsidade, restando a destruição e o morticínio do povo iraquiano, esse o verdadeiro terror em sua essência. Cuba também ilustra bem essa situação de prática de isolamento imposto pelos EUA de ameaças de sanções a outros países que livremente se dispuserem a manter relações comerciais livres com Cuba, que a despeito dessa odiosa prática de sanção, mantém, com muitos sacrifícios, hígida a sua soberania. O Brasil também é vítima desses métodos, a exemplo do *lawfare* praticado pela malfadada operação “lava jato” e a ingerência das Forças Armadas no governo democraticamente eleito. Porém outros Estados, por funda-

mentos vários, se submetem aos seus ditames e imposições do império tendo por resultado a degradação das condições de vida de populações inteiras dos Estados membros.

Ressalva importante é que o Estado Nacional, ou simplesmente a Nação, é uma criação política necessária do capitalismo. Quanto à Soberania do Estado Nacional, o capitalismo lhe dá um duplo caráter. Por um lado estimula a existência de nações soberanas, por outro lado, possibilita que algumas nações submetam outras. Além disso, é real que países capitalistas neoliberais utilizam um novo tipo de colonialismo, todavia, isso não impede que muitos países capitalistas não neoliberais evitem esse novo tipo de colonialismo como os países da Ásia, já referido antes.

Na atualidade a pretensão de alguma nação de promover o seu desenvolvimento nacional sofre séria restrição devido aos constrangimentos econômicos impostos pelos EUA e os instrumentos de coerção utilizados, como já exemplificados, são vários, e compreende também a manipulação da taxa de câmbio, o comércio em dólar e até mesmo o bloqueio de uso do sistema internacional de pagamentos e transferências (*SWIFT*).

Qualquer país tem o direito de criar as suas próprias condições para o desenvolvimento nacional e o bem-estar do seu povo, que possa se autodeterminar, e

controlar o crédito, a entrada e saída de capitais monetários, os juros e o câmbio. Sem esses controles e direcionamento do crédito é inviável qualquer projeto de desenvolvimento nacional sustentável. E sem o controle da entrada e saída de capitais monetários, dos juros e do câmbio, não há como o Estado garantir a soberania da nação. Como já visto, sem o domínio desses mecanismos, que dizem respeito à economia da nação, a soberania fica vulnerável e suscetível ao medo, chantagem e sanções de outro Estado autoproclamado mais “poderoso”.

A política de governo dos EUA, com a plataforma neoliberal (que nada mais é que a velha usura em sua essência), tem como fundamento o direito da classe proprietária de explorar o trabalho e a natureza, sem qualquer limite de sua vontade e para isso se organiza em grandes e poderosas empresas, com ou sem meios de produção. O Estado é diminuído a ponto de não poder operar qualquer limitação dessa vontade sem fim, de explorar o trabalho humano. Nesse contexto, as empresas são liberadas para ir a qualquer lugar e fazer qualquer coisa em busca de lucro, inclusive levar a humanidade e a natureza à beira da aniquilação. O papel do império é esse e qualquer país que tente colocar algum limite nessa exploração sem peias poderá ser imediatamente atacado e seu governo sofrerá movimento de destituição, de mudança de governo, por meio de sanções,

tentativas de golpe ou qualquer outra infinidade de métodos de guerra híbrida ou intervenção militar direta.

O governo dos EUA, ainda que em decadência, violou e viola continuamente a soberania da maior parte do mundo, desde o colonialismo até a criação de um conjunto de estruturas neocoloniais de promoção de ações de punição dos países que tentam afirmar a sua independência. Esse sistema neocolonial permite que empresas extraiam riqueza de países do Sul Global que, de outra forma, usariam essa riqueza para melhorar as condições de vida do povo e estabelecer uma relação harmoniosa com a natureza, que deveriam ser as duas prioridades essenciais para qualquer sociedade e governo sensatos.

Certo que algumas nações prescindem de sua soberania e se submetem a autoridade de outro Estado. Por que isso ocorre? A resposta é bastante complexa. A questão está no domínio das estruturas neocoloniais e da superexploração do trabalho social por parte de algum país com pretensões de dominação política e econômica e de achaque dos recursos econômicos sobre outro país, a ponto de fragilizar e comprometer a própria existência do país espoliado de sua soberania.

Para superar esse estado de submissão é necessário o desenvolvimento de ideias e práticas de multilateralismo em contraposição a unilateralidade represen-

tada pelos EUA. A possibilidade de resgate da soberania e de não mais submissão confere à nação gerar políticas de dignidade ao seu povo, mas ser soberano ou submisso depende mais da vontade do governo da nação. Não se pode por medo do terror ter por pressuposto a submissão e nesse sentido Cuba e outros países notadamente da Ásia indicam como construir uma nação verdadeiramente soberana, isto é, quando os Estados podem escolher o que é melhor para seu país. O caminho é difícil, mas a história tem-nos mostrado que é absolutamente possível e pode-se vaticinar que viveremos em um tempo em que haverá Estados soberanos que se articulam com outros Estados para a industrialização, crescimento e desenvolvimento econômico. Enfim, a soberania das nações, de respeito mútuo na arena internacional, é uma necessidade e por isso ela existirá.

O Brasil é um país soberano? A resposta é afirmativa. Porém para melhor caracterizar a qualidade da soberania brasileira é primordial examinar a história e a dinâmica da soberania do Brasil a partir da independência, o que não é escopo deste trabalho. Pesquisas, estudos e análises demonstram que a soberania nacional pode ser expressa na capacidade do Estado de gerar as condições para se desenvolver e executar projeto próprio de desenvolvimento econômico com vistas ao bem-estar social de seu povo. Assim, no âmbito interno, o Estado deve criar e desenvolver os fatores que susten-

tam a economia da nação e que produtos e serviços, além da subsistência nacional, possam ser livremente comercializados com outros Estados. Desse modo, tem-se a soberania como expressão da política autônoma do Estado no âmbito interno e externo.

A descoberta de petróleo na camada pré-sal pela Petrobrás no governo do Presidente Lula foi uma ótima notícia para o povo brasileiro quanto a essa riqueza energética e ao mesmo tempo despertou a cobiça explícita de grandes empresas petrolíferas, mormente as petroleiras dos EUA. A Petrobrás empresa pública com tecnologia própria teve a competência para explorar petróleo e gás natural na camada pré-sal e em águas profundas. O potencial energético conferiu a possibilidade de desenvolvimento industrial em um novo patamar no país, a realização de um projeto de nação desenvolvida e soberana. Trata-se da autossuficiência energética, indispensável para a nossa soberania e para desenvolvimento econômico e social.

Ao mesmo tempo em que essa fonte energética foi descoberta nossa soberania passou a ser atacada. As empresas petrolíferas estrangeiras representam os interesses dos países dos quais têm origem, cujo objetivo é obter lucros e remeter esse lucro para suas matrizes. Nesse contexto a Petrobrás passou a ser atacada das mais diversas formas e a debilitação faz parte do plano

de impedir o desenvolvimento autônomo e soberano brasileiro e impedir vantagens comerciais competitivas do Brasil. Como vimos neste texto a soberania tem duas dimensões, a interna e a externa. Há grupos de nacionais brasileiros que preconizam a nossa inserção no cenário internacional de modo subordinado, debilitando a soberania do país. Esses grupos econômicos nacionais subalternizados preconizam a adoção de políticas neoliberais com programas de privatização de empresas estatais e de venda do patrimônio público, como, por exemplo, as refinarias de petróleo. A venda de petróleo cru no mercado internacional como mera mercadoria (comodities) e a venda de refinarias torna o país necessitado de importar gasolina e óleo diesel, refinados por empresas estrangeiras e com preço em dólar. Esse o panorama em que se deu a chamada “operação lava jato”, de destruição de indústrias da construção civil e metalúrgica e da eleição de governo comprometido com os ditames do império decadente.

Apesar dos ataques sofridos, a soberania brasileira resiste e em tempos de governo progressista tende a se reafirmar e tornar o Brasil um ator importante no cenário internacional trazendo benefícios múltiplos à nação, inclusive na boa ideia soberania de um futuro compartilhado de toda humanidade. Essa a boa nova.

Seção IV

Dilemas e Perspectivas do século XXI

Capítulo 11

Um mundo turbulento, desafiador e mudancista

Um mundo turbulento porque ainda predomina o modo de produção capitalista em sua fase monopolista, ainda mais intensificada. Com o neoliberalismo, agrava-se o desenvolvimento desigual do capitalismo de região para região e de ramo para ramo de produção. As crises cíclicas passam a ser de caráter financeiro e persiste a tendência à queda na taxa de lucros.

Turbulento porque as potências imperialistas, no intuito de não perderem seus privilégios, atentam contra um ponto essencial do capitalismo: o mercado mundial, o mercado cada vez mais globalizado, universalizado. As sanções econômicas tendem a ter doravante o efeito de voltar-se contra seus próprios artífices. As nações capitalistas não neoliberais, notadamente da Ásia, vão se beneficiar dessa atitude contra a tendência inevitável do capitalismo de ter um mercado mundial cada vez mais globalizado. Marx já alertava para esse equívoco:

É evidente que, para poder lutar em geral, a classe trabalhadora tem de se organizar internamente como classe, e a esfera nacional é o terreno imediato de sua

luta. Nesse sentido, sua luta de classe é nacional, não segundo o conteúdo, mas, como diz o *Manifesto Comunista*, “segundo a forma”.

Mas os próprios “marcos do atual Estado nacional” do Império alemão, por exemplo, situam-se, economicamente, “nos marcos do mercado mundial” e, politicamente, “nos marcos do sistema dos Estados”. Qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é, ao mesmo tempo, comércio exterior, e a grandeza do sr. Bismarck reside justamente em sua forma de política internacional (MARX, 2012, p. 36).

Este raciocínio de Marx tem um valor econômico e político ainda maior para os dias de hoje, pois não só praticamente todos os Estados nacionais estão economicamente nos marcos do mercado mundial, como politicamente estão todos nos marcos de um sistema de Estados.

Turbulento porque assistimos à construção de uma nova realidade econômica no mundo, onde o centro dinâmico da produção industrial mundial se deslocou do norte da América e da Europa para a Ásia. Os imensos avanços científicos e sua aplicação à produção, que tem levado a chamada quarta revolução industrial, revivem os fantasmas da época da revolução industrial, que assombravam a sociedade com o vaticínio das máquinas

substituindo os homens. Prosseguindo, o esforço dos EUA e de algumas nações da Europa, de manter intocada sua dominação sobre outras, através de regras que só a elas interessam, esbarram em sua base material interna cada vez mais débil, provocando rupturas nas cadeias mundiais de fornecimento de matérias-primas. Como reação, crescem as aspirações de Estados nacionais a exercerem sua soberania e a desenvolverem suas economias

Turbulento porque o mundo vive o momento crucial da transição entre a unipolaridade para a multipolaridade. Nessa situação, recrudescem os conflitos em face da contradição entre os interesses dos novos atores e os da velha ordem unipolar. As nações que gravitam no entorno da unipolaridade se esforçam em impor regras cridas por elas, destoantes da carta da ONU, para manterem seus privilégios oriundos da dominação sobre outras nações, quando essas já não se deixam dominar como antes.

Turbulento porque as condições de vida das populações nos países onde predomina o neoliberalismo e naqueles presos às suas teias, aproxima-se de um nível insuportável, o que inevitavelmente levará a uma maior radicalização da luta por melhorar essas condições. Em paralelo, a falta de respostas do capitalismo a essa situação faz ressurgirem as velhas ideias e práticas de ex-

trema direita, que com suas crenças negacionistas e seu xenofobismo, acabam por jogar os povos a se digladiarem entre si, agravando ainda mais os conflitos.

Um mundo desafiador porque as mudanças que estão ocorrendo na base material da sociedade, criam problemas práticos e teóricos que desafiam as forças avançadas a encontrarem soluções inovadoras.

Do ponto de vista teórico, o desafio central é como posicionar a nação econômica e politicamente diante dos desafios impostos pelo século XXI. Reerguer uma nação assolada pelo imperialismo neoliberal é uma tarefa grandiosa, só possível quando as forças dirigentes conhecem profundamente as características nacionais e governam em estreita relação com o povo. A conclusão teórica chave sob o ponto de vista político é que no século XXI a questão nacional passa a ser mais importante do que em qualquer outra fase anterior do capitalismo. Ainda sob a ordem capitalista, e até que esse regime desenvolva a pleno as forças produtivas, torna-se indispensável conhecê-lo profundamente. Nossa opinião é de que o entendimento dessa questão na atualidade é impossível sem partir da análise marxista do capitalismo, e as respostas para esses dilemas só podem ser alcançadas através do estudo da obra *O Capital* em seus três volumes.

Um mundo mudancista porque, ao se tornar cada vez mais multipolar, engendra mudanças profundas em muitos Estados nacionais.

Mudancista porque terá que haver profundas modificações na estrutura produtiva mundial que leve em conta a crise climática e ambiental. E isso acarretará o surgimento de profundas mudanças na relação da humanidade com o meio ambiente.

Mudancista porque as chamadas “minorias”, ou melhor, os setores duplamente oprimidos e explorados da sociedade, estão se organizando cada vez mais e melhor em várias partes do mundo.

Mudancista enfim, porque o proletariado, a classe de vanguarda dos explorados e oprimidos, é mais numeroso do que em qualquer outra época da história do capitalismo e tem ao seu dispor novos instrumentos criados pelo próprio capitalismo para travar com êxito suas lutas.

Capítulo 12

A relação de poder entre as nações

Os conceitos da geopolítica sobre unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade são, por assim dizer, autoexplicativos. Unipolaridade é a hegemonia de uma nação sobre todas as demais. Bipolaridade é quando uma nação tem hegemonia sobre uma parte das nações do planeta e a outra sobre outra parte. Multipolaridade é quando mais de duas nações detêm a hegemonia repartida: cada uma tem uma influência hegemônica sobre uma parte das demais nações do planeta.

O conceito de multilateralismo é um pouco mais complexo. Nesta obra estamos usando esse termo com o entendimento que segue: multilateralismo é quando as nações respeitam a soberania das outras nações, não importando se são pequenas, médias ou grandes, e se são fracas, intermediárias ou fortes. Resumidamente multilateralismo é uma relação entre um grupo de nações que adota em suas relações a carta da ONU, que condena o fato de um Estado se imiscuir nos assuntos internos de outro e que o invada.

Se examinarmos os últimos duzentos anos do capitalismo, podemos dividi-los em períodos: de 1824 a 1890 unipolaridade, hegemonia da Inglaterra; de 1890 a 1945 multipolaridade, disputa entre Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, França, Japão, Itália e Rússia

(mesmo como URSS a Rússia era alvo das nações citadas); de 1945 a 1989 bipolaridade, caracterizada pela disputa entre EUA e URSS; de 1989 a 2008 unipolaridade, caracterizada pela hegemonia avassaladora do império estadunidense que tentou obrigar todos os países a aceitarem suas regras neoliberais; 2008 a 2024 multipolaridade, caracterizada pelo enfraquecimento econômico dos EUA e a restauração do Estado Russo e o vertiginoso crescimento da China e Índia que nunca aceitaram as regras do neoliberalismo.

Um dos principais traços da realidade mundial pós 1945, foi o processo de libertação nacional de dezenas de nações da África e da Ásia, com destaque para a revolução na Índia, liderada por Ghandi, e a revolução na China, liderada por Mao, que hoje se destacam pela robusta soberania de seus Estados e suas economias com formidável crescimento nos últimos 33 anos.

A realidade do mundo em 2024 se caracteriza pela multipolaridade, ou seja, os EUA já não ditam suas regras em todo o mundo. Há poderosos atores que fazem suas economias políticas com alto grau de soberania. Contudo, podemos afirmar que há três linhas em disputa: os EUA tentam recuperar seu poder incontestável – a unipolaridade; nações capitalistas que se desenvolvem abandonando as regras neoliberais – a multipolaridade;

e nações socialistas, como a China, que praticam uma política de multilateralismo.

Não há dúvida de que a multipolaridade facilita a transição para o multilateralismo, mas não é automático. Tem havido no mundo diversas iniciativas no rumo do multilateralismo. Desde o movimento dos não alinhados até os diversos acordos regionais que se multiplicam na Ásia, na África e na América Latina. A proposta de uma humanidade com um futuro compartilhado já foi aprovada por grande maioria na assembleia geral da ONU.

Do ponto de vista econômico, o capitalismo vive uma dualidade: países capitalistas que estão tendo altos índices de desenvolvimento e países capitalistas estagnados (notadamente os que adotam o neoliberalismo ou estão presos em suas teias). E o capitalismo convive, desde a grande revolução russa de 1917, com a existência de nações socialistas. A resultante política dessa realidade econômica é o que explica as três linhas: unipolaridade, multipolaridade e multilateralismo.

Embora o multilateralismo não seja algo novo na história (os acordos de Vestfália datam de 1648 e a carta da ONU de 1945, as resoluções da Conferência de Bandung de 1955), ele tende a adquirir muita força no decorrer do século XXI. Se por um lado, países onde poderosos monopólios controlam a política, tendem a ser

reacionários em toda a linha, como comprova o movimento supremacista branco; por outro, a existência de nações socialistas, a existência de nações capitalistas que almejam um estado de bem estar social e, sobretudo, a luta dos explorados e oprimidos, atuam no rumo de um mundo multilateral, no qual nenhuma nação possa impor a outra suas regras, a soberania do Estado nacional ganhe prioridade, e a carta da ONU seja realmente cumprida.

A questão teórica de fundo é entender que, assim como o capitalismo cria as condições materiais e econômicas para o socialismo, ele cria também as condições políticas, cuja principal é a formação dos estados nacionais. Daí a importância de as forças avançadas de cada nação inserirem em sua agenda a luta pelo multilateralismo que é a essência da proposta de uma humanidade com um futuro compartilhado. E há que considerar que as contradições insolúveis do capitalismo, agravadas especialmente nas nações que praticam o neoliberalismo ou estão presas às suas teias, podem fazer surgir novas nações socialistas em países inesperados, desde que os elementos subjetivos também amadureçam.

Há que se reconhecer que algumas nações capitalistas poderosas, não praticam essencialmente uma política imperialista: a Índia, o Irã, a Indonésia, o Egito, dentre outras. Entre os fatores que parecem influir nes-

sa postura de suas classes dominantes estão: o tortuoso processo em que conquistaram suas soberanias nacionais, a correlação de forças mundiais, terem adotado uma política na qual o Estado é indutor da economia.

As nações mencionadas acima e muitas outras tem contribuído para que o multilateralismo vá se tornando uma realidade em muitas regiões do planeta. Elas têm tomado muitas iniciativas em nível regional e mundial que o fortalece inclusive as opiniões que emitem na ONU vão nesse rumo.

Embora na atualidade o mais urgente seja afirmar a multipolaridade, o que implica múltiplas tarefas como combater os pactos militares agressivos (tipo OTAN, sabidamente controlada pelo império estadunidense), combater a política expansionista e agressiva do estado de Israel, acabar com a hegemonia do dólar no comércio internacional, combater a prática de sanções que são unilaterais e contrárias à carta da ONU, dentre outras, é importante ressaltar que o declínio do neoliberalismo é a base material que inviabiliza o mundo unipolar que existiu durante seu apogeu.

A ampliação do BRICS contribui para a multipolaridade. E as relações econômicas entre seus integrantes, estão em linha com o multilateralismo e apesar de ainda iniciais, estão contribuindo para reduzir o papel do dólar como um instrumento da unipolaridade. Seu

banco de fomento adota uma política bem distinta da do Banco Mundial e das orientações do Fundo Monetário Internacional.

A afirmação da multipolaridade no mundo atual, ao tempo em que abre caminho para o multilateralismo, descortina uma mudança que poderá se dar ainda no século XXI: a transição da multipolaridade para o multilateralismo, é fator decisivo para uma humanidade com um futuro compartilhado.

O multilateralismo de que os povos necessitam, se caracteriza por: todas as nações do planeta, sejam pequenas, médias ou grandes, respeitam a soberania de cada Estado nacional, não se imiscuem nos assuntos internos deles, as trocas entre as nações ajudam reciprocamente as economias e o bem-estar dos seus povos. Certamente em um mundo multilateral, a humanidade viverá em harmonia com o meio ambiente, as inovações tecnológicas ajudarão no bem-estar das pessoas, haverá um sistema global de defesa que impeça qualquer tipo de invasão, as distintas civilizações aprenderão umas com as outras, a economia florescerá ajudada pelo desenvolvimento científico, as inovações tecnológicas possibilitarão que a riqueza jorre em abundância.

Capítulo 13

Um futuro compartilhado para a humanidade

Esta proposta do Governo da China está em linha com os ensinamentos do socialismo científico, que é uma ciência do povo. Diferente de outros cientistas sociais, Marx destaca o papel do povo como o verdadeiro construtor da história da humanidade e não os grandes reis ou déspotas como se lê na historiografia oficial. A história real é feita por aqueles que produzem e reproduzem os meios materiais de existência da sociedade, em suma, o povo.

Uma comunidade com um futuro compartilhado comporta múltiplos aspectos, e o Governo da China a tem materializado em várias propostas: Cinturão e Rota, Iniciativa de Desenvolvimento Global, Iniciativa de um Sistema Global de Segurança, Iniciativa de Civilização Global, dentre outras.

Mas o que queremos destacar, é que essa proposta insiste em que nenhuma nação ou povo deve ficar para trás, ou que deva ser proibida de usufruir dos crescentes benefícios das inovações. Ao contrário de confrontar-se, as civilizações crescem e se desenvolvem quando interagem uma com as outras.

Essa proposta resolve uma questão teórica decisiva: o papel de todas as nações no século XXI não é buscar o confronto, mas um ativo relacionamento mu-

tuamente benéfico. É uma proposta que apresentada no presente abre caminho para o futuro. Já foi aprovada na Assembleia Geral da ONU por maioria, com manifesta oposição dos EUA.

Uma proposta desta natureza só poderia ser feita por uma nação cujo Estado esteja em mãos do seu povo e este seja conduzido por um Partido que se mantenha fiel aos ensinamentos do socialismo científico e saiba atualizá-lo. Qual outra nação poderia fazê-la? O apoio de cerca de 130 nações, mostra que ela é ampla e profunda. Atende aos interesses do proletariado e dos camponeses do mundo inteiro. Dos pequenos e médios proprietários rurais do planeta. Do que necessitam os intelectuais e os artistas. Do que precisam as nações oprimidas e dominadas. E atende, inclusive, os interesses daqueles empresários que querem investir na produção e não na especulação.

Ao insistir com a importância da inovação científica e que ela seja compartilhada por todas as nações, com uma infraestrutura que permita a interconectividade e transporte acessível, facilita o desabrochar de muitas nações para o desenvolvimento. A insistência da China na harmonia entre a humanidade e a natureza, faz com que as iniciativas mundiais de combate ao aquecimento global e proteção do meio ambiente, ga-

nhem, não apenas uma maior força, mas soluções econômicas viáveis.

A proposta de uma humanidade com um futuro compartilhado é uma espécie de diretriz geral e seu detalhamento compõe um programa de ação, que corresponde aos interesses dos povos. É uma proposta dos que defendem o socialismo científico para o mundo. Tem a força de esclarecer as mentes e aquecer os corações.

As forças que lutam pela soberania de suas nações e pelo bem-estar de seus povos passam a ter um forte estímulo com essa ideia de uma humanidade com um futuro compartilhado. Entretanto, cada uma das nações em que atuam essas forças têm contradições diversas e precisam de soluções diferentes. Nesse período de declínio do neoliberalismo, muitas delas têm uma tarefa comum: precisam mobilizar seus povos para se livrar das amarras do neoliberalismo.

Capítulo 14

Somente o socialismo supera as contradições do capitalismo

O socialismo científico, fundado por Marx e Engels, demonstra que as contradições geradas pelo capitalismo só serão resolvidas no socialismo. Em sentido histórico, a história tem comprovado o acerto dessa conclusão. Eles tinham o entendimento de que as contradições geradas pelo capitalismo tornam necessária e, portanto, inevitável sua substituição por um sistema que evite a anarquia na produção e no qual as crises cíclicas possam ser evitadas. Um sistema em que todos tenham possibilidade de usufruir da riqueza social que é, em última análise, o resultado da produção de toda a humanidade.

Em suma, eles demonstraram não apenas que outro mundo é possível, mas demonstraram enfaticamente que ele é necessário e, portanto, inevitável. Marx explicou em várias obras os limites em que o próprio socialismo esbarra:

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha socie-

dade de cujo ventre ela saiu (MARX, 2012, p. 30 e 31).

Mas essas distorções são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade (Idem, p. 32 e 33).

Essas afirmações de Marx, feitas antes das experiências dos Estados socialistas do século XX e XXI se confirmaram em todas elas. Ainda mais que na sua totalidade ocorreram não em países capitalistas avançados e sim atrasados. Ou seja, o selo da velha sociedade, que misturava relações capitalistas e pré-capitalistas, marcou essas sociedades no econômico, no moral e no intelectual.

Tanto a China como o Vietnã têm enfrentado e solucionado intrincados problemas econômicos na construção do socialismo, sobretudo como continuar desenvolvendo as forças produtivas, mostrando que os povos aprendem com sua própria experiência e com a experiência dos demais.

Ao estudar o capital portador de juros, Marx demonstra que ele pode ser uma alavanca para a transição do capitalismo para o socialismo, demonstra também que ela tem que vir em conexão com outras gran-

des revoluções orgânicas do próprio modo de produção, tarefas que os chineses e vietnamitas tem levado a contento.

Ao ser examinada a dissolução da URSS, um aspecto saliente está na base material. É normal que as demandas das massas populares cresçam no socialismo. Há que começar, como foram um traço comum a todas as experiências socialistas, pela industrialização básica, pesada. Mas isso tem que ser articulado com a indústria de bens de consumo duráveis e de consumo imediato. Por isso ganha proeminência a afirmação de Marx da conexão que terá que existir entre o crédito e outras revoluções orgânicas do próprio modo de produção.

Para o período em que vivemos, duas conclusões de Marx são de suma importância na atualidade:

Em primeiro lugar, é uma falsa abstração considerar que uma nação cujo modo de produção se baseia no valor e que, além disso, está organizada de modo capitalista, seja um corpo coletivo que trabalha apenas para satisfazer necessidades nacionais.

Em segundo lugar, posteriormente à abolição do modo de produção capitalista, porém mantendo-se a produção social, continuará a predominar a determinação do valor no sentido de que a regulação do tempo de serviço e a distribuição do trabalho social entre os diferentes

grupos de produção – e, por último, a contabilidade relativa a isso – se tornarão mais essenciais do que nunca (MARX, 2017, p. 914).

A primeira demonstra que o mercado mundial engloba a produção de todas as nações e, aquela que quiser se dissociar, ou dificultar esse mercado, acaba isolada e paralisada economicamente. O mais importante é compreender que o valor é produzido pelo trabalho humano abstrato, ou seja, o trabalho de todos os trabalhadores do mundo.

A segunda afirmação tem uma importância enorme para entendermos a essência do socialismo, como transição para outro modo de produção. Conhecer a lei do valor e administrá-la, saber que ela se torna ainda mais importante no socialismo, fazer a contabilidade cada vez mais precisa disso, tem de ser uma das principais tarefas do Estado Socialista. É evidente que a produção social se manterá no socialismo, na “*sociedade do trabalho organizado*”.

Capítulo 15

Premissas de um futuro melhor para os povos

Diante dos fatos, dados e conclusões arrolados no decorrer dessa obra, é possível elencar algumas premissas básicas indispensáveis que podem ser observadas pelas nações que pretendam desvencilhar-se das teias do neoliberalismo, possibilitando que alcancem um crescimento econômico consistente e duradouro.

Como vimos no capítulo 4, o capitalismo estimulou a formação dos Estados nacionais soberanos, com o objetivo de globalizar sua relação social fundamental: aquela existente entre os proprietários dos meios e instrumentos de produção e os proprietários exclusivamente da sua própria força de trabalho. O objetivo essencial dessa relação é investir um capital x e, ao final de um dado processo, obter $x + \Delta x$. No entanto, sob a faceta neoliberal, essa relação passa a disputar a prioridade na obtenção desse Δx , com uma outra relação econômica, a saber: aquela existente entre os proprietários de capitais especulativos e os proprietários das instituições privadas e a parte do setor público que juntos controlam os mercados financeiros das nações alvo. Para viabilizar essa nova relação, torna-se necessário debilitar ou até mesmo anular a soberania econômica das nações receptoras desses capitais.

As teias do neoliberalismo que, ao final do século passado ameaçavam aprisionar todas as nações, romperam-se em muitas nações da Ásia e estão se rompendo em tantas outras na África. Ainda são fortes na América Latina e mantêm aprisionadas a quase totalidade das nações europeias. Romperam-se na Ásia porque ali o neoliberalismo defrontou-se com nações que souberam exercer sua soberania econômica, que inclui controle e vigilância da conta financeira, permitindo somente a entrada de capitais que fortaleçam suas economias internas. Estão a se romper na África pelos mesmos motivos. Mas na América Latina ainda encontram burguesias nacionais subservientes e subordinadas aos interesses do capital externo.

Revela-se assim a primeira grande tarefa dos povos e nações que almejam libertar-se do neoliberalismo: a luta pelos interesses nacionais e o fortalecimento da soberania plena das nações. Essa é a disjuntiva central na economia e na política na atualidade: a soberania ou a submissão dos Estados Nacionais. O neoliberalismo quer manter vários Estados Nacionais presos às suas teias, submissos às suas regras, mas isso vai se tornando cada vez mais uma tarefa difícil de ser aceita. Quando se examina os dados de conjunto da realidade econômica mundial, o que se revela é que as nações que se afastaram do neoliberalismo estão crescendo, enquanto

as que continuam presas em suas teias estão estagnadas e com suas soberanias abaladas ou destruídas.

O principal artífice dessa política de desmantelamento da soberania das nações é de fácil identificação: o imperialismo estadunidense e seus aliados. Além de basear-se em seu poder militar, político, ideológico e econômico, os EUA tiveram seu trabalho viabilizado a partir da situação de unilateralidade que essa nação alcançou quando do desmantelamento da URSS em 1989. A unilateralidade, em conjunto com o dólar como moeda internacional, atuou como uma avalanche contra a soberania das nações, visando estabelecer um mundo sem fronteiras com livre trânsito para os capitais especulativos. Portanto, podemos identificar outra tarefa estratégica de resistência e combate ao neoliberalismo: o fortalecimento dos polos de poder mundial que se estabelecem visando à multilateralidade. Destaca-se o polo dos BRIC's+ que, como já destacamos está em adiantado trabalho de substituição do dólar como moeda do comércio mundial, que vem se mostrando há décadas uma armadilha nociva e mortal para todo o conjunto de nações do globo.

A partir dos dois indicativos estratégicos acima referidos – fortalecimento da soberania e da multilateralidade – decorrem algumas iniciativas táticas que capacitem os países para reverter o quadro desastroso

deixado pelo neoliberalismo. Como já restou claro, o neoliberalismo promove uma intensa desindustrialização nos países onde se instala. Portanto, um projeto nacional de reindustrialização é indispensável para reverter alguns dos gargalos impostos por esse sistema. O mais imediato deles é promover ampla oferta de emprego, amenizando uma das chagas que se observa em países que se desindustrializam, que são as altas taxas de desemprego. Outro ponto diz respeito a uma provável melhora nas contas externas, com possível aumento de exportações em conjunto com a diminuição das importações. Isso pode proporcionar, principalmente para os países em desenvolvimento, uma diminuição, ou até mesmo o fim dos prejuízos em conta corrente no balanço de pagamentos. Neutralizar déficits em conta corrente oferece a possibilidade de controle sobre a conta financeira e melhores condições para aumentar as reservas internacionais. Outro aspecto de um projeto de reindustrialização, precisa contemplar amplo investimento em pesquisa, ciência e tecnologia, visando à produção de bens e serviços com alto valor agregado e que contemple um leque de inovações que garantam a sustentabilidade do meio ambiente.

Outro movimento tático indispensável é o controle governamental sobre o banco central do país, em conjunto com administração plena da taxa cambial. Não pode existir soberania plena quando uma nação não

chama para si a administração de tão importante componente econômico. Países que adotam o câmbio flutuante, concedem ao mercado (especuladores) a possibilidade de manipular o valor da moeda nacional.

O mundo de hoje revela que muitas nações têm aplicado com sucesso as premissas acima descritas. Também é possível constatar que há exemplos que vão além, como China e Vietnã, países com economia de mercado socialista. Os indicadores que elencamos no capítulo 6, demonstram pujante e continuado crescimento econômico, comprovando a eficácia de suas políticas econômicas na busca de melhores condições de vida para seus povos. Isso nos remete a intrincadas questões teóricas que suas forças dirigentes souberam enfrentar e resolver.

Em nossa opinião, o motivo principal do êxito dessas duas nações, é que suas forças dirigentes souberam manter, atualizar, adaptar e desenvolver às suas realidades a teoria do socialismo científico. Para isso, foram capazes de compreender que: o socialismo nasce das entranhas do capitalismo e, portanto, com muitas mazelas da sociedade em que acaba de nascer, ao passo em que esse mesmo capitalismo é fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas; a necessidade de hegemonia do proletariado na conquista e manutenção do poder de estado; o povo é o verdadeiro construtor

da história e a importância da organização de vanguarda estar vinculada a ele; a visão de que o mercado mundial é único e envolve todas as nações; a certeza de que a luta pela conquista e manutenção da soberania nacional é a tarefa principal da atualidade; que a organização de vanguarda tem que utilizar sempre o marxismo para enfrentar os velhos e novos problemas da construção socialista; que o capital portador de juros pode ser uma alavanca para a construção socialista, desde que o crédito seja destinado à produção e que esteja vinculado a outras revoluções necessárias na transição. No plano subjetivo, demonstram compreensão de que a organização de vanguarda do proletariado, o Partido Comunista, é uma necessidade histórica na transição do capitalismo para outro modo de produção; e que ele precisa estar sempre se atualizando em todos os terrenos: o econômico, o político e o teórico. Diferentemente ocorreu com as forças que defendem o socialismo científico na maioria dos países da Europa e da América Latina. No plano teórico por exemplo, que é um terreno vital, essas forças estagnaram ou retrocederam, ao que Lênin adverte que: *“sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário”* (LÊNIN, 1982d, p. 96). Por fim, as experiências socialistas estão demonstrando que, quando o sistema capitalista começa a ser superada pelo sistema do trabalho organizado maior ênfase é dado ao planejamento da economia e a formulação de projetos

de longo prazo, com ênfase na ciência e na tecnologia proporcionando que a riqueza jorre em abundância, fazendo com que esse novo sistema possa socializar riquezas e não pobreza e miséria.

Certamente essas premissas enfrentam uma resistência tenaz, em especial daquelas forças que defendem com afincado o neoliberalismo. De outra parte, há um despertar dos povos em todos os continentes contra as políticas exclusivistas e excludentes, e que desejam um mundo sem guerras e explorações, um mundo limpo, belo e fraterno. Com isso, é muito provável que se criem, em algumas regiões do mundo, sobretudo onde o neoliberalismo é dominante, situações objetivamente revolucionárias, como sintetizada por Lênin neste raciocínio:

[...] não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como dantes e exijam mudanças; [...] é necessário que os exploradores não possam viver e governar como dantes. Só quando os «de baixo» não querem o que é velho e os «de cima» não podem como dantes, só então a revolução pode vencer [...]; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que arraste para a política mesmo as massas mais atrasadas [...] (LÊNIN, 1982c, p.325).

Vai se tornando evidente que a classe social mais avançada da humanidade, aquela formada pelos detentores unicamente da sua força de trabalho, só terá êxito na sua luta pela própria emancipação e, em decorrência, também das demais classes exploradas e oprimidas, se souber colocar no seu arsenal, a luta sem tréguas pela soberania de cada estado nacional e pelo fortalecimento do multilateralismo e liderar o povo nesse esforço. Especificamente, a luta pela soberania dos Estados Nacionais vai se tornando, cada vez mais nacional na sua forma e internacional no seu conteúdo.

Esperamos que estas reflexões ajudem aqueles que desejam entender a realidade e saber o que fazer diante dela. Sem esquecer de que o sucesso das forças avançadas ocorre quando elas sabem unir o povo, esclarecendo que as contradições no seio dele não são, por sua natureza, antagônicas; e há que se fazer de tudo para resolvê-las sem que se tornem antagônicas, pois os opressores dos povos tudo farão para antagonizá-las.

Acreditamos como Corisco, personagem do filme *Deus e O Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha: “*mais fortes são os poderes do povo!*” Assim como não há que se ter dúvidas de que os proletários, que não têm nada a perder, têm o mundo inteiro a ganhar.

Posfácio

O leitor mais atento pode ter percebido que nos eximimos de utilizar alguns termos e expressões comumente utilizadas para caracterizar o atual estágio do capitalismo neoliberal.

I – Capital Financeiro

O termo “capital financeiro” é hoje amplamente empregado de forma genérica para definir categorias diferentes de capitais, e em muitos casos, para definir a base econômica do neoliberalismo. O conceito foi elaborado por Hilferding no final do século 19, culminando com o lançamento de sua obra de mesmo nome em 1912. A ideia base é a fusão ou junção do capital bancário com o capital industrial. O conceito é corroborado por Lenin, que acrescenta a conseqüente formação dos monopólios. Embora consistente, reflete uma situação transitória e seu alcance não abarca o desenvolvimento do capitalismo que culmina na situação vigente neste século e não se configura como uma categoria estruturante do capitalismo. Conforme nosso entendimento explanado no capítulo 3, a categoria capital fictício é a que explica com exatidão a essência econômica do neoliberalismo.

II – Capitalismo financeirizado

Outro termo amplamente empregado atualmente é “capitalismo financeirizado” ou “financeirização”. As

finanças, ou o sistema financeiro, acompanham o capitalismo desde a imposição do moderno sistema de crédito sobre a velha usura. O capitalismo é, por essência, “financeirizado”, e não há como imaginar-se esse sistema desacompanhado de um sistema financeiro que abrigue o crédito, poderosa alavanca para o desenvolvimento das forças produtivas. Dizemos que o problema não é a existência de um sistema financeiro, mas sim sua autonomia em relação à produção de bens. São as forças políticas detentoras das instâncias de poder do Estado que determinarão a que e a quem o sistema financeiro servirá. Como ressalta Marx, as finanças, tendo como encarnação mais palpável o capital portador de juros, perpassam o capitalismo e servirão como elemento vital para o desenvolvimento mesmo após a superação desse sistema.

III – Rentismo ou rentistas

Outro adjetivo em voga nos dias de hoje é o “rentismo”/“rentistas”. Permanecendo fiel à ciência marxista, trazemos à luz o que Marx explana no capítulo 48 do terceiro livro d'*O Capital*, denominado “A fórmula trinitária”. No início do capítulo, ele mostra como ela é composta:

Capital-lucro (lucro empresarial mais juros),
terra-renda fundiária, trabalho-salário: eis a
fórmula trinitária na qual estão contidos todos

os segredos do processo de produção social. Levando em conta que, como mostramos anteriormente, os juros se apresentam como o produto próprio e característico do capital, e que o lucro empresarial, em oposição a eles, surge como salário independente do capital, essa fórmula trinitária se reduz, vista mais de perto, à seguinte:

Capital-juros, terra-renda fundiária, **trabalho-salário**, na qual é felizmente eliminado o lucro, a forma do mais-valor que caracteriza propriamente o modo de produção capitalista (MARX, 2017, p. 877, grifo nosso).

Como se vê, os “rentistas” são todos aqueles que participam do processo de produção social. Quando se lança mão desse termo para caracterizar aqueles que, por exemplo, vivem às custas do trabalho morto, da especulação financeira, acabamos por enquadrar juntos, além do capitalista produtivo, os próprios trabalhadores assalariados (!). Também aqui, optamos por definir esses parasitas neoliberais como sendo os detentores do capital fictício.

IV - Crítica generalizada à globalização

O leitor igualmente não viu por aqui uma crítica generalizada à globalização. Não parece crível imaginar um mundo não globalizado, principalmente levando-se em conta o altíssimo grau de internacionalização do

trabalho e do comércio. Ainda que consideremos as sanções e restrições comerciais que o imperialismo norte-americano tenta impor àqueles que considera inimigos, seus efeitos são nulos, pois se restringem o comércio entre algumas nações, faz aumentar simultaneamente entre outras. A globalização é absolutamente inerente ao desenvolvimento do capitalismo, não existindo, como já ressaltava Marx, “*nação que trabalhe exclusivamente para si própria*”. O que precisa ser criticado e combatido, é o tipo de globalização que o neoliberalismo tentou impingir universalmente, baseado no livre trânsito de capitais especulativos e para promover privatizações de serviços públicos essenciais às populações afetadas. A globalização neoliberal não atende aos interesses dos povos do mundo, já a globalização que envolva cooperação mútua, com ganhos recíprocos para todos os envolvidos e que possa promover um futuro compartilhado para a humanidade, é o que pode garantir melhores condições de vida para todos os povos.

V - Dependência

Termo bastante usual na atualidade para definir algumas economias. Diz-se muito, por exemplo, que o Brasil é uma economia dependente. Embora os principais dicionários definam dependência e submissão como sinônimos, em se tratando de economia política eles assumem caracteres distintos, restando, portanto, inade-

quado, em nossa opinião, usar um ou outro para designar a mesma situação. Recorremos ao conceituado dicionário Michaelis em sua definição de dependência, pois ele nos oferece um bom e didático exemplo que nos ajuda a esclarecer a confusão: “Estado em que se é obrigado a obedecer; submissão” e dá como exemplo: “A dependência da economia mundial à economia chinesa aumenta a cada ano”. Devemos considerar que a China só alcança essa situação comprando produtos e serviços de outros países, e quanto mais produz, mais precisa dos outros. Portanto, a China também depende de outros países, daí que a frase do exemplo poderia ser: “A dependência da economia chinesa à economia mundial aumenta a cada ano.” A China precisa importar *commodities* do Brasil para alimentar seu povo, logo, depende do Brasil. Já o Brasil, para fechar seu balanço de pagamentos e obter moeda internacional para suas importações, necessita exportar *commodities* para a China, logo, o Brasil depende da China. Os EUA precisam importar as chamadas terras raras da China que, entre outras coisas, garantem boa parte do seu poderio militar, logo... Já a China, ainda precisa dos EUA para abastecer-se de semicondutores e afins. E assim sucessivamente, cada exemplo mostra o quão inútil para a economia política são os termos como “capitalismo dependente” ou “economia dependente”.

Oportunamente, Brasil e China acabam por oferecer um exemplo para elucidar a questão da dependência. Até o início da década 80 do século XX, o Brasil tinha um PIB superior ao da China, tendo crescido à média anual de 8,7% entre 1967 e 1980. Este crescimento foi baseado quase exclusivamente com capital estrangeiro via empréstimos externos, acumulando assim uma robusta dívida externa, cujas desastrosas consequências são sabidas. Enquanto isso, a China, que já vinha experimentando crescimentos robustos na segunda metade da década 70 do século XX, sem recorrer ao endividamento externo como o Brasil, começa a planejar sua economia para inserir-se no contexto global. Cria conglomerados e bancos estatais, mantém total controle sobre o câmbio e sobre a conta financeira, planifica minuciosamente os setores estratégicos para o crescimento baseados em projetos regionais. Usando dois grandes poderes de barganha: a mão de obra mais abundante e por consequência mais barata do globo e crédito com taxas bem inferiores à taxa de lucros; passa a atrair investimentos do mundo todo, notadamente dos EUA, mas impondo condições que atendam o interesse nacional conforme planejado e que propiciem a transferência de tecnologia.

A relação desses dois países com o capital externo não pode ser explicada pela dependência ou não depen-

dência, pois como já vimos, todos dependem de todos. O que explica dois destinos tão distintos é a opção por se relacionar ou de forma submissa ou de forma soberana em relação ao capital externo. O Brasil fez uma opção política por liberalizar integralmente a entrada de capital externo, sem nenhum plano estratégico, e com isso, submete-se integralmente aos interesses desse capital, estabelecendo uma relação perde-ganha. Já a China, recebe este mesmo capital, porém sob condições determinadas pelo Estado chinês, levando em conta o interesse do capital, mas mantendo o integral controle sobre o ingresso e canalizando para os projetos pré-existentes, ou seja, de forma ativa e soberana, estabelecendo uma relação ganha-ganha.

Eis portanto a relação principal através da qual devem ser caracterizadas as economias: economia submissa ou economia soberana, e não dependente ou não dependente. E esta realidade é o reflexo da disjuntiva principal do século XXI: unilateralismo x multilateralismo. A submissão é imposta via coerção pelo império estadunidense. Ao passo que multilateralidade liderada pela China tem como pressuposto uma relação de ganhos recíprocos e respeito à soberania das nações. A questão é: quem se submete e quem mantém a soberania, e não quem depende de quem.

VI - Crise mundial do capitalismo

A razão principal pela qual não somos partidários da ideia da existência de crise mundial do capitalismo, apoia-se nos próprios dados que fazem parte dessa obra. As estatísticas apresentadas no capítulo 6, evidenciam que uma série de nações capitalistas lideram os principais indicadores da economia mundial. Olhando os dados do PIB, não parece sensato considerar, por exemplo, que a Índia esteja em crise, crescendo em média nos últimos 32 anos a uma taxa de 6% ao ano, quando a média mundial é de 2,9%. Isso se pode dizer de outras nações, como a Malásia (5,5%), Coreia do Sul (4,9%), e de alguns países africanos onde o regime econômico é capitalista: Etiópia (6,7%) e Tanzânia (5,2%). Todos os indicadores indicam que a crise capitalista existe, porém é bem localizada.

Em nosso entendimento, a crise tem endereço certo: ela se manifesta nos países onde o neoliberalismo comanda a economia. Os dados apontam que as nações comandadas pelo neoliberalismo figuram, majoritariamente, abaixo da média mundial em todos os indicadores. Por isso, entendemos que o mais apropriado é se dizer “crise mundial do neoliberalismo”.

Bibliografia

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, P. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BELLUZZO, L. G. **Andanças do Capital Fictício**, Revista Princípios, São Paulo: Ed. 137, jun./ago. 2015.

BRENNER, R. **O boom e a bolha - os Estado Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro. Record, 2003.

ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**, 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ESPÍRITO DE BANDUNG, **Princípios de Bandung**. Disponível em:
<https://bandungspirit.org/spip.php?article99>. Acesso em:
1 de mar. 2024.

FIORI, J. L. **O ditador, a sua 'obra', e o grande blefe do senhor Guedes**. Disponível em:

<https://jornalggn.com.br/artigos/o-ditador-a-sua-obra-e-o-grande-blefe-do-senhor-guedes-por-jose-luis-fiori/>. Acesso em: 1 de mar. 2024.

HARVEY, D. **O neoliberalismo, história e implicações**, 1. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HUDSON, M. **Incorporando os Setores Rentistas em um Modelo Financeiro**. Disponível em: <https://michael-hudson.com/2012/09/incorporating-the-rentier-sectors-into-a-financial-model-3/>. Acesso em: 1 de mar. 2024.

_____. **Guns & Butter: O Vocabulário do Engano Econômico**. Disponível em: <https://michael-hudson.com/2018/12/guns-butter-the-vocabulary-of-economic-deception/>. Acesso em: 1 de mar. 2024.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LÊNIN, V. I. Obras escolhidas em três tomos, Tomo 1: **Sobre o direito das nações à autodeterminação**, 2. Ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982a.

_____. Idem, Idem: **Um Passo em Frente Dois Passos Atrás**, 2. Ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982b.

_____. Idem, Idem: **Que Fazer?** 2. Ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982d.

_____. **Idem, Idem, Tomo 3: A Doença Infantil do “Esquerdismo” no Comunismo**, 2. Ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982c.

LOGERCIO, J. V. **Globalização e Nação no Século XXI**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: http://www.raulcarrion.com.br/FMG/biblioteca/tese_jvlog.pdf. Acesso em: 1 de mar. 2024.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**, LIVRO I: O processo de produção do capital, 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**, LIVRO I, Tomo 1: O processo de produção do capital, 1. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**, LIVRO III: O processo global de produção capitalista, 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**, 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes: A Economia Vulgar**, 1. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Obras escolhidas, K. Marx & F. Engels, Tomo 2: **A Guerra Civil na França**, [s.l.], Alfa Ômega, [s.d.].

_____. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**, [s.l.], Edições Avante, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**, São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**, 1. Ed. São Paulo: Scritta, 1995.

SADER, Emir e *alii* (coordenadores). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**, Rio de Janeiro e São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

VARGAS, L. A. **Panorama da flexibilização laboral**. “Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região”, n. 34, Porto Alegre, 2005.